

Teresa Mafalda Guinote Correia

A Vila e as Gentes de Sines

Dos tempos medievais à época moderna

Dissertação de Mestrado em História e Património

Trabalho efetuado sob a orientação de:

prof. Doutor Luís Filipe Oliveira



FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS

2020

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

Declaração de autoria de trabalho

**A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluídas.

A Candidata,

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

Copyright em nome de Teresa Mafalda Guinote Correia

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Não faria sentido começar esta dissertação sem agradecer a todos quantos, de uma forma ou de outra, me incentivaram na realização deste projeto.

Começo por agradecer ao meu orientador, Dr. Luís Filipe Oliveira, que, enquanto meu professor, me fez redescobrir o gosto pelo período medieval e o desejo de ir mais além, continuando esta aprendizagem que agora se conclui com a presente dissertação, estudo desenvolvido no âmbito do mestrado em História e Patrimónios da Universidade do Algarve para a respetiva obtenção do grau de mestre. Agradeço a disponibilidade que sempre teve para ler e reler o que eu ia escrevendo, por todas as dúvidas que foi esclarecendo, pelas conversas que fomos tendo durante a realização deste trabalho. Por tudo isto e muito mais, obrigado.

À Dra. Renata Araújo, por todas as conversas e ideias que me deu, pela leitura e pelas observações que fez do capítulo sobre o urbanismo da dissertação. Obrigada por tudo o que me ensinou. Foi um prazer ter sido sua aluna!

Carina Luz, obrigada por todo o incentivo que me deste, especialmente nos momentos de stress em que queria desistir, quando sempre me incentivaste a continuar, pois “*Era disto que gostava*”. Obrigado por todas as horas em que me ouviste falar, por todas as vezes que te disponibilizaste para me ouvir ler o que escrevia. Obrigado por teres disposto a ir a Sines e fotografar tudo o que te pedi.

Sandra Gabadinho, obrigada por te disponibilizares a ler tudo o que escrevi.

Um especial agradecimento às funcionárias da Biblioteca de São Brás de Alportel, a Dra. Teresa Oliveira e a Dra. Olga Gago, as técnicas Sandra Viegas, Mónica Mendes por toda a ajuda nas pesquisas bibliográficas e no empréstimo, por vezes prolongado, de algumas das obras consultadas.

As funcionárias da Biblioteca Municipal de Sines. À Paula Sequeira por todos os contactos que me sugeriu no início deste projecto; à Isabel Maria Guinote pelo auxílio no empréstimo, por vezes prolongado, de algumas das obras consultadas.

À Dra. Sandra Patrício do Arquivo Municipal de Sines pelo esclarecimento das questões que lhe fui colocando e a que prontamente me respondia.

Deixo aqui um especial agradecimento à Universidade do Algarve, instituição que muito me orgulho de ter frequentado e onde muito aprendi. Durante cinco anos, posso afirmar que esta instituição foi a minha segunda casa, onde aprendi e cresci como pessoa, sobretudo graças aos docentes com quem tive o prazer de aprender. Além dos já referidos, Dr. Luís Oliveira e da Dra. Renata Araújo, não posso deixar de referir a Dra. Susana Gomez, a Dra. Catarina Marado, a mestra Andreia Fidalgo, o Dr. Paulo Oliveira, Dr. João Bernardes, Dr. Francisco Teixeira, Dr. Francisco Lameira, e o Dr. Horta Correia. Foi um prazer ter sido vossa aluna e poder ter aprendido convosco. Com a certeza que, esta Teresa que sai da Universidade do Algarve, não é a mesma que um dia lá entrou. Ela leva com ela um pouco de cada um de vós. A todos o meu obrigado. Bem hajam.

Por fim, agradeço à minha família.

Ana. Obrigada por todas as vezes que por mim foste à biblioteca de Sines. Obrigada por seres a irmã que és. Que sempre me apoiaste e sempre estiveste lá para mim.

E por último, as pessoas mais importantes da minha vida e a quem tudo devo. Aos meus pais, Orlando e Delmira, nada do que aqui possa escrever será suficiente para vos agradecer. Obrigada por serem os pais que são. Obrigada por tudo o que por min têm feito.

A vocês dedico este trabalho.

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

Resumo

Elevada a vila no ano de 1362, Sines é uma vila situada no litoral alentejano que cresceu graças ao seu porto, que apesar do seu estatuto de secundário, é o único entre Setúbal e o Algarve. Sendo justo afirmar que a existência do porto está na origem e na evolução de Sines.

Inicialmente ligado à cidade romana de Miróbriga, nos séculos seguintes foi adquirindo importância, o que levanta a hipótese de o lugar de Sines ter sido território onde as gentes viveram em permanência. Como lugar do termo da vila de Santiago do Cacém, pertencia à ordem de Santiago sendo que após a sua elevação a vila, Sines passou a concelho, sob a tutela da Ordem e do monarca.

Nascida como vila portuária, procurou-se averiguar como ela foi crescendo desde o século XIV, sobretudo através da formação de bairros, até ao reinado de Filipe I, monarca cujas políticas passavam pela realização de obras de carácter defensivo não só ao nível dos edifícios de carácter militar como o castelo, como na zona portuária.

Clarifica-se assim o objectivo da presente dissertação *Sines do Medieval ao Moderno*, estudo desenvolvido no âmbito do mestrado, em História e Patrimónios da Universidade do Algarve, para a respetiva obtenção do grau de mestre: a história de Sines balizada sobretudo a partir do século XIV, mais precisamente de 1367 ano em que Sines foi elevada a vila e meados do século XVII quando foram realizadas as obras na zona portuária de Sines.

Propomo-nos assim dar o nosso contributo para a construção da história de Sines durante estes séculos

Palavras-chave: Urbanismo, Poderes, Porto Marítimo, Gentes

Abstract

Elevated to town in 1362, Sines is located on the Alentejo coast that grew thanks to its port, which despite its status as a secondary, is the only one between Setúbal and the Algarve. It is fair to say that the existence of the port is at the origin and evolution of Sines.

Initially linked to the Roman city of Miróbriga, in the following centuries it gained importance, which raises the hypothesis that the place of Sines was a territory where people lived permanently.

As a term of the village of Santiago do Cacém, it belonged to the order of Santiago and after its elevation the village, Sines became a municipality, under the tutelage of the Order and the monarch.

Born as a port village, we sought to find out how it has grown since the 14th century, especially through the formation of neighborhoods, until the reign of Philip I, a monarch whose policies included defensive works not only in terms of buildings of military character like the castle, as in the port area.

This clarifies the objective of the present dissertation Sines from Medieval to Modern, a study developed within the scope of the master's degree, in History and Heritage of the University of Algarve, for the respective achievement of the master's degree: the history of Sines marked out mainly from the century XIV, more precisely from 1367 when Sines was elevated to town and in the middle of the 17th century when works were carried out in the port area of Sines.

We thus propose to make our contribution to the construction of the history of Sines during these centuries.

Keyword: Urbanism, Powers, Sea Port, People

Índice

Índice		
Índice de figuras		
Lista de Abreviaturas		
Introdução	01	
CAPÍTULO I - Sines		
1. Localização e morfologia	19	
CAPÍTULO II – Os Vestígios Arqueológicos		22
2.1- A Pré-História	24	
2.2- Os tempos Romanos	26	
2.3- Os testemunhos Visigóticos	31	
2.4- A época Islâmica	33	
Os Vestígios Medievais	35	
CAPÍTULO III – De Afonso Henriques a D. Pedro		38
CAPÍTULO IV – Da Carta de Privilégios ao século XVI		48
4.1- Forais <i>versus</i> Cartas de Privilégio	49	
Os poderes	55	
4.2.1- O Concelho	57	
4.2.2- A Ordem de Santiago	62	
4.2.3- O monarca	71	

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

4.3- As Gentes	72
4.4 - As actividades económicas	75
CAPÍTULO V - Sines a partir do século XVI	82
5.1- As Estruturas Defensivas	82
5.2- A Vila	87
5.2.1- A estrutura viária	98
5.2.2- Espaços Coletivos	101
5.2.3- Espaços de devoção, assistência e saúde	101
5.3- O Porto	109
CONCLUSÃO	117
ANEXOS	121
FIGURAS	128
BIBLIOGRAFIA	145

Índice de Figuras:

Figura 1: Localização geográfica de Sines.	pg. 129
Figura 2: Concelho de Sines.	pg. 129
Figura 3: Ocupação pré-histórica da encosta sudeste de Chãos de Sines.....	pg.129
Figura 4: Localização das escavações de José Miguel da Costa anos 50.....	pg. 130
Figura 5: Localização do Largo João de Deus.	pg.130
Figura 6: Localização da Torre Moxa ou muralha nascente.	pg.130
Figura 7: Localização das Sondagens do Quintalão.	pg. 130
Figura 8: Localização do Largo Poeta Bocage.	pg.130
Figura 9: Ordens religiosas no centro e sul de Portugal.	pg. 131
Figura 10: Turriano, Leonardo, Costa e Planta da Vila de Sines.	pg. 131
Figura 11: Massai, Alexandre, Vila e Calheta de Sines	pg. 132
Figura 12: Mouro, João Rodrigues, Vila de Sines e Calheta.	pg. 132
Figura 13: Mota, Diogo Correia da Mota Planta da Vila de Sines.	pg.133
Figura 14: Chermont, João Gabriel Planta da Vila de Sines.	pg. 133
Figura 15: Reconstituição do adro igreja matriz.	pg. 134
Figura 16: Massai, Alexandre, Planta da Vila Nova de Milfontes.	pg. 134
Figura 17: Massai, Alexandre, Planta do Forte de Vila Nova de Milfontes, Forte de São Clemente.	pg.134
Figura 18: Massai, Alexandre, Planta do Forte defronte da Ilha do Pessegueiro...	pg. 135
Figura 19: Massai, Alexandre, Planta do Forte da Ilha do Pessegueiro, (Fortim)...	pg. 135
Figura 20: Massai, Alexandre, Planta do Castelo de Sines,	pg. 136
Figura 21: Plano perfil e elevação do Forte de Nossa Senhora das Salas.	pg. 136
Figura 22: Turriano, Leonardo, Planta da Calheta em Mayor Forma.	pg. 137

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

Figura 23: Turriano, Planta da Calheta em Mayor Forma.	pg. 137
Figura 24: Leonardo Turriano, Costa e Planta da Vila de Sines.	pg. 137
Figura 25: Turriano, Perfil da Calheta em Mayor Forma.	pg. 137
Figura 26: Massai, Alexandre, Calheta da vila de Sines.	pg. 138
Figura 27: Massai, Alexandre, Calheta da vila de Sines.	pg. 138
Figura 28: Chermont, João Gabriel. Planta da Vila de Sines.	pg. 139
Figura 29: Vila de Sines. Localização núcleo medieval.	pg. 140
Figura 30: Sines núcleo medieval.	pg. 140
Figura 31: Rua Direita.	pg. 141
Figura 32: Rua da Praça.	pg. 141
Figura 33: Praça Ribeirinha.	pg. 141
Figura 34: Castelo de Sines.	pg. 142
Figura 35: Forte do Revelim/ Forte Nossa Senhora das Salas.	pg. 142
Figura 36: Ermida São Sebastião.	pg. 143
Figura 37: Ermida São Marcos.	pg. 143
Figura 38: Ermida da Senhora das Salas.	pg. 143
Figura 39: Hospício de São Francisco/ Igreja de Santa Isabel.	pg. 144
Figura 40: Igreja de São Salvador/ Igreja Matriz.	pg. 144
Figura 41: Hospital da Misericórdia.	pg. 144
Figura 42: Igreja da Misericórdia.	pg. 145
Figura 43: Antiga Cadeia	pg. 145
Figura. 44. Fábricas piscícolas romanas (Musealização).	pg. 145
Figura 45: Fábricas piscícolas romanas ((Pormenor).	pg. 145

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

Abreviaturas:

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

FL. – Fólio

Esc. – Escala

Lv. - Livro

Mt - Metro

Km - Quilómetro

Obs. A autora não segue o acordo ortográfico

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

Aos Meus Pais

Introdução

A presente dissertação é a conclusão do trabalho desenvolvido para a obtenção do grau de mestre em História e Patrimónios pela Universidade do Algarve. O tema desta dissertação partiu da união do interesse em saber a história da vila onde estão as minhas raízes, com o período medieval, para mim o mais interessante de todos os períodos históricos, pelo que fez todo o sentido dar-lhe o título de *A Vila e as Gentes de Sines. Dos tempos medievais à época moderna*. Assim, é objectivo desta dissertação delinear a evolução urbana da vila de Sines, tendo em conta que foi na época romana que se verificou a primeira ocupação estável e prolongada do lugar de Sines, que só em 1362 foi elevada a vila, e que teve nos séculos XVI e XVII o seu maior desenvolvimento. Assim, optámos por utilizar como balizas temporais o período romano e a época moderna, sendo que o principal enfoque será sempre a Idade Média, até porque a vila de Sines de então é consequência de movimentos históricos anteriores, e a evolução que se iniciou nesse período já só veio a terminar na época moderna.

E porque a evolução também se faz com as gentes, vamos ter sempre em consideração durante este hiato temporal quem foram estas gentes, no que trabalhavam, como viviam, e sobretudo se estas gentes sempre ocuparam este território de forma contínua.

Antes de iniciar as pesquisas bibliográficas, em conversas mantidas com as gentes locais, sobretudo os mais velhos, apercebi-me que as suas histórias, mais ou menos semelhantes, giravam todas à volta do mesmo assunto, o orgulho de “*aqui nasceu Vasco da Gama*”. Mas, a história de Sines não se resume a ter sido local do nascimento do navegador, existe muito mais para ser estudado e investigado.

As primeiras pesquisas realizadas recaíram sobre o período medieval, o que não se avizinhou tarefa fácil, pois a documentação no Arquivo de Sines era praticamente inexistente, a que existia encontrava-se na Torre do Tombo em Lisboa. Efectivamente, à medida que fui alargando as minhas pesquisas percebi que os temas que tinham sido investigados, com mais ou menos semelhanças, baseavam-se nas mesmas fontes. E havia

períodos mais privilegiados, tal como o período romano em Sines, com um maior número de investigações. O que, eventualmente, terá a ver não só com o número de peças arquitetónicas datadas deste período, que têm vindo a ser descobertas nas escavações arqueológicas realizadas desde inícios do século XX em Sines, como também com a proximidade do lugar de Sines à cidade romana de Miróbriga.

Decidimos assim incluir numa primeira parte deste trabalho, no Estado da Arte, um balanço de síntese sobre as investigações e estudos que têm sido realizados sobre a história local.

A história de Sines não se constrói sozinha, vai-se construindo ao mesmo tempo que a história do reino, ou melhor, é consequência da história do reino. Pelo que achámos por bem incluir neste capítulo a bibliografia de apoio que servirá de enquadramento histórico aos vários assuntos que iremos tratar nos capítulos seguintes, sendo que nos casos em que por impossibilidade de obtermos informações precisas relativas a Sines, a ela iremos recorrer para comparar ou eventualmente colocarmos hipóteses baseadas em vilas cujo percurso histórico seja semelhante ao de Sines. Efectivamente, por vezes é necessário levantar hipóteses para o que não se consegue comprovar, pois é a formulação de hipóteses, desde que devidamente fundamentadas, que permitem avançar com o conhecimento.

Numa segunda parte olharemos para as fontes manuscritas, ou seja, os documentos, que se encontram guardados na Torre do Tombo e que nos facultam informações precisas. Falamos das chancelarias e das visitas da Ordem de Santiago. Da administração, ao urbanismo, aos edifícios, à arquitetura, às gentes, a leitura desses documentos foi fundamental para a realização desta dissertação.

Numa terceira parte olharemos para a cartografia da vila nos séculos XVI e XVII também guardada na Torre do Tombo, em particular nos Códices 28 e 29 da Casa de Cadaval¹. Essencial para o estudo do urbanismo, a cartografia tem um papel determinante

¹ Tratam-se das "*Plantas das fortalezas da costa portuguesa entre Vila Nova de Mil Fontes e as Berlengas e um mapa geral de todas*", disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908670>, acedido em novembro de 2018 e da "*Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do*

para o conhecimento de qualquer vila na medida em que, além de identificar os diferentes elementos que a compõem, mostra a forma como a vila foi crescendo.

Após esta terceira parte, decidimos dividir o restante trabalho em cinco capítulos:

O primeiro capítulo, “Sines” é dedicado à caracterização geográfica, morfológica bem como os recursos naturais existentes na vila.

No segundo capítulo, “Vestígios Arqueológicos”, faremos uma análise dos trabalhos arqueológicos realizados a partir da década de 50/60 do século XX no concelho de Sines, principalmente os que foram realizados na vila, tendo sempre como objectivo perceber se as descobertas feitas são significativas para documentar a existência de povoamento na vila. A mesma análise será feita para os períodos da pré-história, período romano, visigótico, muçulmano e medieval.

No terceiro capítulo, “*de D. Afonso a D. Pedro*”, partiremos de uma análise geral para chegarmos a uma análise particular. Assim, começaremos por analisar a situação do reino a partir de D. Afonso Henriques, por ter sido durante o seu reinado que surgiram as ordens dos freires, que auxiliaram não só este monarca como os seus contemporâneos durante o período da reconquista que terminou no reinado de D. Afonso III com a reconquista da cidade de Faro aos muçulmanos. Analisaremos sobretudo a Ordem de Santiago, por ter sido a Ordem que dominou praticamente a região litoral a sul do Tejo, território recebido por doação régia. Foi durante reinado de Sancho I, em 1186, que se deu a primeira conquista e doação à ordem de Santiago de Alcácer do Sal, cujos domínios territoriais incluíam Santiago do Cacém e o lugar de Sines.

Foi no período após a reconquista que o reino se afirmou, quer através de alterações nas políticas administrativas, cada vez mais centralizadas, quer através da delimitação das fronteiras, com particular ênfase na costa litoral.

Palmar na entrada do Rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache”, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671> _acedido em novembro de 2018

É também no final da reconquista que surgem as primeiras referências a Sines², e ao porto marítimo³, que aparece designado como porto de Santiago do Cacém⁴, local de onde saíam vários produtos para outros portos tais como o de Lisboa. Quer isto dizer que foi o porto, embora secundário, que esteve na origem do crescimento da vila de Sines.

Foi este crescimento, enquanto termo de Santiago do Cacém, que tornou possível aos homens bons pedir a D. Pedro em 1362, “*estatuto de vila com jurisdição cível e crime, isenta da sujeição a Santiago do Cacém*” (Pimenta, 2005, p. 149).

O quarto capítulo, “*da Carta de Privilégios ao século XVI*”, optámos por o dividir em três subcapítulos. No primeiro discutiremos a questão dos forais e das cartas de privilégio, onde discutiremos o foral manuelino de Sines de 1512, e recuaremos a 1362 ano em que Sines recebeu a carta de privilégio de D. Pedro que a elevou a vila, passando a ser administrada por um concelho, pela ordem de Santiago e por um conjunto de funcionários em representação do monarca. Nele iremos discutir este conjunto de poderes - poder do concelho, da ordem e do rei -, a forma como cada um deles se manifestava e se relacionava com os outros. Saber quem eram os funcionários de cada um e que funções desempenhavam, é o nosso objectivo.

Governar, administrar, pressupõe a existência de um território que por sua vez pressupõe a existência de população. Assim, o terceiro subcapítulo será a análise às gentes locais, desde os homens do poder concelhio às gentes comuns. Importa perceber quem eram, como viviam, e as actividades económicas que tinham.

² A primeira referência a Sines encontra-se na Crónica de Rogério de Hoveden, um cruzado inglês que tomou parte na 3ª Cruzada, provocada pela queda de Jerusalém em 1189 (Marques, 2017, nota 14). Um outro documento datado de 1272 entre D. Afonso III e o mestre da Ordem D. Paio estipula que “*nenhum mouro forro seja recolhido em Sines, nem em qualquer outra vila pertencente à Ordem de Santiago sob pena régia em virtude de serem elementos perniciosos à consolidação da nacionalidade*” (Soledade, 1982, p. 29);

³ Num diploma, datado de 1254/1255 no qual “*D. Afonso III ordena às justiças de todos os lugares da fronteira marítima e terrestre que não deixem levar para fora do reino ouro, prata, cera e panos de cor, definindo pena para os infractores*” (Costa P. P., 2006, p. 693).

⁴ De entre os portos mencionados no diploma de 1254-1255, surge o nome de *Sanctum Jacobum de Cacem*. (Costa P. P., 2006, p. 171)

O quinto e último capítulo, "*Sines a partir do século XVI*" organiza-se em três pontos diferentes, divididos também em subcapítulos.

Portugal e Espanha estiveram unidos sob a mesma coroa de 1580 a 1640. Obviamente que a situação política vivida do lado espanhol afectava o lado português. Foi o que sucedeu durante a guerra que opôs ingleses a espanhóis, a guerra anglo-espanhola (1585-1604). Preocupado com a defesa da costa devido às investidas por mar dos ingleses, foi durante o reinado de Filipe II e de Filipe III de Portugal⁵, que surgiram os primeiros projectos de fortificação da linha da costa. Assim, no primeiro subcapítulo iremos discutir as fortificações defensivas com o objectivo de perceber como a linha de costa era defendida, e como passou a ser defendida a partir da dinastia filipina.

No segundo subcapítulo, discutiremos a evolução urbanística da vila. Para tal iremos recorrer às plantas datadas entre os finais do século XVI e os finais da centúria seguinte. Será nosso objectivo esmiuçar ao pormenor as ditas plantas, extraindo o máximo de elementos possíveis, bem como comparar as plantas da vila dos diferentes séculos para perceber a sua dinâmica de desenvolvimento. Neste subcapítulo, teremos em consideração a vila como um todo, ou seja, iremos considerar todas as infra-estruturas que fazem parte da dinâmica da vila: rede viária, espaços colectivos de devoção, assistência e saúde.

Por último, o terceiro subcapítulo terá como tema o porto. Vamos olhar para a sua importância e evolução, tentando perceber de que forma é que o porto influenciou a existência da vila. Tentaremos perceber se os melhoramentos dos inícios do século XVII na zona da ribeira, sobretudo na zona da calheta, foram justificáveis e se ajudaram a aumentar a importância do porto

Terminaremos com uma conclusão, onde retomaremos as questões tratadas e faremos uma síntese dos principais assuntos discutidos.

⁵ A bibliografia muitas vezes designa Filipe II de Espanha como Filipe I de Portugal e Filipe III de Espanha como II de Portugal.

Estado da Arte

Nas pesquisas realizadas ficou perceptível que, até à primeira metade do século XIX, a história de Sines não tinha sido estudada, sendo que as referências existentes se limitavam a pequenas descrições em obras generalistas. É o caso da obra “*Corografia Portuguesa, e descriçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm*”; lv. II, pg. 506-507, do Padre Carvalho da Costa na qual apenas se caracteriza, sucintamente, a vila, no que concerne à localização geográfica, senhorio, castelo, espaços de devoção, assistência e saúde e o número de vizinhos. Embora se pudessem dar mais exemplos, este bastará por certo.

De facto, foi necessário esperar pela segunda metade do século XIX, pelos trabalhos do fareense, médico de profissão, Francisco Luiz Lopes, a quem se deve a primeira monografia sobre a vila, *Breve Noticia de Sines*, editada em 1850. Nas palavras do próprio autor, “*não é um ensaio histórico ou statistico – é uma simples noticia – é o vult et non vult piger. [...] O meu primeiro e único fim foi mostrar que Vasco da Gama era natural de Sines*” (Lopes, 1850, p. 07). A obra divide-se em duas partes, sendo a primeira dedicada a provar a naturalidade de Vasco da Gama, e, na segunda parte, o autor aborda assuntos que vão desde a demografia à iconografia. Uma das particularidades interessantes desta segunda parte é a exposição que o autor faz de todos os “*Peixes ou mariscos que eu conheço, ou que são aqui conhecidos*”, bem como de “*Plantas, que eu conheço, ou são aqui conhecidas*” (Lopes, 1850, pp. 105-119).

Posteriormente a esta obra, só nas últimas décadas do século XX é que começaram a surgir uma série de estudos sobre a história da vila e do concelho. De monografias a estudos específicos, a artigos generalistas, têm sido vários os historiadores que se dedicaram ao seu estudo. Obra de referência, consultada por todos quantos se têm dedicado ao estudo da vila, *Sines Terra de Vasco da Gama*, de Arnaldo Soledade, é citada em praticamente todos os artigos que são escritos sobre Sines. Ainda que, no nosso entender, o autor utilize por vezes um discurso que enaltece as origens da vila bem como as gentes locais. As informações facultadas pelo autor são relevantes para o conhecimento da história de Sines. É o caso dos dados referidos pelo autor para o período visigótico: a

sua hipótese da existência de uma basílica faz todo o sentido. Baseado nas peças arquitetónicas descobertas, o autor vai mais longe, fazendo da basílica o que chama de “*descrição conjectural*” (Soledade, 1982, pp. 22-23). Na verdade, Sines possui peças arquitectónicas datadas do período visigótico, existindo largo consenso entre os investigadores para as caracterizar como pertencendo a uma basílica visigótica.

Em 1998, na comemoração dos 500 anos da descoberta do caminho marítimo para a Índia, foi publicada, em Lisboa, pela Comissão Nacional Descobrimientos Portugueses, a obra *Da Ocidental Praia Lusitana Vasco da Gama e o Seu Tempo*. Foram nela compilados vários estudos que englobam a arqueologia, não só fora da vila como no interior das muralhas do castelo (Silva & Soares, 1998, pp. 21-45), estudos estes em que se tenta clarificar a história da construção da ermida da Nossa Senhora das Salas e onde também é privilegiada a arquitetura e a decoração desta (Falcão & Pereira, 1998, pp. 81-101), ou esclarecer a história de Sines entre o período medieval e moderno (Quaresma, 1998, pp. 47-65).

A partir de 2008, *Os Encontros de História do Alentejo Litoral*, organizados pelo Centro Cultural Emmerico Nunes, contaram com a participação de vários historiadores, cujas comunicações têm englobado diversos assuntos relacionados com os diferentes períodos históricos. Da arquitetura à história, a individualidades, passadas ou presentes, são comunicações de tema variado e que muitas vezes estão na origem ou são a base de estudos mais profundos. Embora não tenha sido possível aceder a todas as comunicações dos dez encontros realizados⁶, nos que estão publicados verificou-se que foram apresentados estudos que se têm vindo a desenvolver com o objectivo de dar a conhecer a história de Sines e a forma como a vila evoluiu desde o período pré-histórico. Através destes encontros, dispomos de trabalhos que abordam os mais diversos assuntos. De estudos arqueológicos que nos mostram a forma como o concelho foi ocupado no período compreendido entre o Mesolítico e a Idade do Bronze (Silva, Soares, & Soares, 2009, pp. 11-34), a estudos sobre o convento franciscano de Santo António, o qual, após a extinção

⁶ Lamentavelmente, só se encontrarem publicadas as actas dos primeiros cinco encontros, o que impossibilitou aceder aos estudos realizados dos últimos cinco encontros.

das ordens religiosas, acabou por desaparecer (Pereira, 2012, pp. 174-187), ou a análise do porto de Sines, único entre Setúbal e o Algarve (Patricio, 2011, pp. 112-125).

Objecto de consulta também foram as *Actas dos Encontros sobre as Ordens Militares* que se têm vindo a realizar em Palmela desde 1989. Delas retirámos os artigos que considerámos uma mais-valia para o nosso estudo. Entre eles, pode mencionar-se o trabalho de Maria Cristina Pimenta “A Ordem de Santiago em Portugal: fidelidade normativa e autonomia política” trabalho incluído nas Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares denominado As Ordens Militares Freires, Guerreiros, Cavaleiros. ou o de Humberto Baquero Moreno “O Mestrado da Ordem de Santiago no século XV”, trabalho incluído nas Actas do III Encontro sobre as Ordens Religiosas denominado Ordens Militares Guerra Religião Poder e Cultura, importantes por terem ajudado a compreender o domínio que a Ordem de Santiago exercia sobre Sines e Santiago do Cacém.

Já em 2017, realizou-se o colóquio, Sines, *O Porto e o Mar*⁷, no qual foram apresentados dezasseis artigos, todos relativos à relação com o mar, distribuídos por quatro temáticas diferentes, desde a evolução histórica do porto de Sines até ao património portuário. Este colóquio também serviu de mote para a apresentação de duas obras sobre o concelho. Uma delas foi *Sines na Idade Média. Da fundação ao foral manuelino* de Maria Alegria Fernandes Marques. Obra dividida em duas partes, fazendo a autora na primeira um enquadramento da época, sobretudo no que diz respeito à administração do território desde a carta de privilégios de D. Pedro ao foral manuelino. Já na segunda parte a autora faz a transcrição do foral manuelino, da carta de privilégios de D. Pedro que elevou Sines a vila com jurisdição própria, e das cartas de desanexação da vila de Colos e de fundação de Vila Nova de Milfontes.

A segunda obra apresentada no mesmo colóquio foi *Sines a Terra e o Mar*, de Sandra Patrício e Paula Pereira, obra onde foram publicados alguns dos estudos

⁷ *Sines a Terra e o Mar*. Disponível em https://www.academia.edu/35663858/Sines_Hist_ria_e_Patrim_nio_o_Porto_e_o_Mar_-_Atas.pdf (acedido outubro 2018)

arqueológicos e historiográficos sobre a região de Sines. Sandra Patrício tem publicado inúmeros artigos sobre a história de Sines durante o período medieval e moderno. Entre eles, “*Sines e a Ordem de Santiago no século XVI: fontes e perspectivas de estudo*” (Patrício, 2012, pp. 125-148), onde a investigadora faz uma síntese sobre a documentação da Ordem que respeita à vila de Sines, identificando o que considera merecer ser estudado, e a monografia *Santa Casa da Misericórdia de Sines: 500 anos de história de uma instituição*, onde estuda o percurso dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Sines.

Importa referir sucintamente, já que a eles voltaremos em capítulo próprio, os trabalhos arqueológicos de Paula Pereira no Largo João de Deus (Pereira & Ferro, 2017), e os trabalhos no interior das muralhas do castelo (Pereira, 2018), com achados que têm levantado alguma discussão entre os investigadores, sobretudo devido à descoberta de um pano de muralha do período romano e da placa fundacional de um *ribat*.

Obviamente muitos estudos surgiram sobre Vasco da Gama, que acabam por ser fundamentais tanto para o estudo do indivíduo como da época em que viveu. Importa referir neste âmbito, a obra de Luís Adão da Fonseca *Vasco da Gama; O Homem, A Viagem, A Época*. A importância desta obra, no âmbito do nosso estudo, prende-se sobretudo com o conhecimento histórico sobre a política económica e social do reino durante este período.

Importante para o estudo da localidade é obra de Lívio da Costa Guedes, *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII*. “*Descrição de Alexandre Massaii (1621)*, onde o autor faz uma síntese sobre os trabalhos de Massaii em Portugal, levando-o a concluir que Massaii “*tinha nítido desconhecimento do “reino de Portugal e os elementos que tinha extraído de bibliografias já publicadas não são totalmente fidedignos, além de que os temas que escolheu, não sendo os mais representativos, têm a agravante de não serem completos e de terem uma apresentação caótica*” (Guedes, 1989, p. 178).

Também Luísa Trindade investigou a evolução urbanística das vilas medievais portuguesas, analisando vinte e duas vilas, entre as quais a de Sines, e propondo hipóteses

importantes sobre a forma como a vila cresceu a partir do seu núcleo central⁸. José Mattoso resume o trabalho da investigadora dizendo que ela analisou “os vários tipos de plano adoptados entre nós, a dinâmica que faz evoluir as suas formas, as funções e hierarquia dos elementos próprios das cidades (a rua, a praça, a sede do poder, o casario, os quintais, a igreja, o equipamento defensivo, etc.), os fenómenos que condicionam e explicam as soluções adoptadas através dos tempos, a política desenvolvida pela coroa em relação ao controle da orgânica urbana” (Mattoso, 2012).

Para o conhecimento do período visigótico, muito contribuiu o estudo de Mélanie Wolfram, onde a autora faz uma “síntese de todos os elementos concretos permitindo confirmar a cristianização do sul da Lusitânia entre o século IV e o início do século VIII” (Wolfram, 2011, p. 04). A autora começou por elencar todos os lugares com presença paleocristã no Alentejo, incluindo Sines. Interessou-se depois pelos motivos decorativos das igrejas, assim como o que ela designa como especificidades regionais, para estudar por último a epigrafia funerária.

Incluimos neste capítulo, autores cujos trabalhos tem sido fundamentais para o estudo da história de Portugal: Alexandre Herculano, José Mattoso, A. H. de Oliveira Marques, Leontina Ventura, Joel Serrão, Maria Amélia Andrade, Maria Helena Coelho, Luís Adão da Fonseca, Armando Luís de Carvalho Homem. Raul Cunha, são alguns dos investigadores cujas obras foram consultadas para enquadramento histórico dos vários assuntos que iremos tratar nos capítulos seguintes. A esta bibliografia iremos recorrer nos casos em que se justifique, sobretudo quando nos for impossível obter informações concretas sobre o nosso objecto de estudo, tornando-se assim necessário recorrer a uma bibliografia mais abrangente para efectuar algumas comparações mormente com outras vilas que evoluíram história e urbanisticamente de forma semelhante à da vila de Sines.

A realização desta dissertação também passou pela consulta de uma serie de estudos, artigos, trabalhos como por exemplo: as Actas do Encontro realizado em Lyon, *Habitats Fortifiés et Organisation de l'Espace en Méditerranée Médiévale*, onde uma das

⁸ *Urbanismo na composição de Portugal*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2009

primeiras referências a Sines, é descrita por Robert Durant e diz respeito a um documento pertencente à Ordem de Santiago datado dos finais do século XIII que descreve os seus domínios “*Par ailleurs, ils commandent un vaste territoire (terminum), dans lequel l’ordre a procédé à plusieurs regroupements de population (fuit edificata seu constructa). Deux illustrations. Dans l’immense territoire – envirom 4 000 kilomètres carrés – d’Alcácer, les chevaliers de Santiago ont fondé quatre villae, dont trois “cum suo fortlitio”. La plus importante, Santigo do Cacém, dominait la plaine littorale et son développement avait été tel qu’elle était elle-même promue au rang de castrum, dont dépendait notamment la villa cum fortelitio de Sines*” (Durand, 1982, p. 73). Esta informação é de extrema importância, pois diz-nos que nos finais do século XIII já existiria uma pequena fortificação em Sines. Certamente que a isso voltaremos, sempre que for necessário.

Fontes Manuscritas

As fontes utilizadas neste estudo estão quase todas publicadas. A maior parte encontra-se na *Monumenta Henricina*, nos *Descobrimentos Portugueses* e na *História Florestal, Aquícola e Cinegética* de Baeta Neves. A elas se juntaram as Chancelarias régias e as Memórias Paroquiais de Sines, além das Visitações da Ordem de Santiago. Destas últimas, algumas estão publicadas, como as de 1480 e de 1517, mas para as outras houve que recorrer aos originais manuscritos da Torre do Tombo.

As *Memórias Paroquiais do Concelho de Sines*, ordenadas pelo Marquês de Pombal, dois anos após o grande terremoto de 1755, foram transcritas por José António Falcão. Trata-se de um inquérito, constituído por um conjunto de questões bastante pormenorizadas. Realizado em todas as paróquias, o seu objetivo era não só conhecer o número de paróquias que existia, bem como tudo o que lhes dizia respeito, desde os edifícios existentes até ao número das gentes suas habitações e a forma como viviam. Os resultados são um conjunto de informações mais do que suficientes para caracterizar qualquer paróquia no que se refere à economia, à administração, ao social, ao religioso e à demografia. Esta publicação, bem como os outros trabalhos consultados serão citados sempre que se mostre necessário, estando todos referenciados na bibliografia final.

“A Chancelaria é sede da governação, constituindo-se como o principal órgão da administração central, tanto em recursos humanos como em meios especializados na produção, organização e guarda dos documentos régios” (Freitas, 2009, p. 138)

De facto, as chancelarias régias são de enorme importância para o estudo da administração do reino. Numa época em que se começavam a implementar as bases da administração central, era necessário registar as acções dos monarcas. Durante o reinado de D. Afonso II (Homem A. L., 1996, p. 531), foi criada a chancelaria como o órgão responsável pela transcrição de todos os diplomas régios tais como leis, sentenças, ofícios, que eram guardados no registo de chancelaria, onde o chanceler, dito chancelermor a partir do século XIV, supervisionava todo o serviço. A chancelaria passou assim a organismo de governação, onde eram registados, reproduzidos e organizados todos os documentos administrativos. Estes registos, a que podemos chamar de memórias régias escritas, são uma enorme fonte de informações que nos permitem perceber a forma como os monarcas governavam o território.

Se as chancelarias são as memórias da administração dos monarcas, as visitações são as memórias escritas das vilas portuguesas doadas às ordens militares. Neste caso concreto, as visitações realizadas à vila de Sines pelos freires da ordem de Santiago são a memória escrita da vila. As visitações tinham como principal identificar, através de um extenso inquérito, não só as propriedades que a Ordem possuía nas vilas, como também as condutas quer dos comendadores, quer dos priores⁹. Em particular, *“a legalidade da posse do hábito e da comenda”* (Costa, 2012, p. 407), ou *“Se usavam os hábitos certos e nos momentos oportunos, se oficiavam as missas a que estavam, por norma, obrigados, bem como se levavam a cabo as orações nas horas devidas e no local apropriado [...] se confessavam e comungavam nas datas que a Regra estipulava para o efeito”* (Costa, 2012, p. 10). Destas inquirições, os tabeliães também eram alvo: *“O tabelionado local era*

⁹ *“O objectivo imediato destes inquéritos feitos pelas Ordens era identificar bens patrimoniais e hábitos comportamentais, sobretudo de natureza religiosa, no sentido de corrigir procedimentos e gerir bens e direitos de forma mais eficiente no quadro das suas complexas estruturas orgânicas”* (Costa P. M., 2012, p. 407)

inquirido sobre as suas cartas de ofício, se as tinha e se ainda eram válidas” (Costa, 2010, p. 10).

Por registarem os bens que eram propriedade da Ordem, as visitas são documentos extremamente uteis para o conhecimento de qualquer vila e das gentes que lá viviam, desde os seus nomes, aos cargos que desempenhavam¹⁰. Desde a fundação da ordem que nos seus estatutos estava previsto que todos os anos fossem visitadas as vilas que pertenciam à Ordem de Santiago¹¹, o que nem sempre era o caso. Quando elas eram realizadas, eram visitadas todas as propriedades (castelo, igrejas, ermidas e hospital) da Ordem¹². No final da visita, eram descritas as correções que deveriam ser feitas¹³, ou seja, as *Determinações Gerais*.

Mário Cunha, divide as Visitas do século XVI em quatro ciclos distintos (Cunha, 2012, pp. 18-27). As duas primeiras, realizadas durante o mecenato de D. Jorge de Lencastre, a terceira e a quarta foram realizadas já durante o reinado de D. João III e de D. Sebastião. O primeiro ciclo de visitas está ligado ao ano de 1508 e ao Capítulo

¹⁰ “Os textos das visitas são ricos de conteúdo e de significado. Oferecem, a partir de uma leitura mais linear, informações sobre cargos e respectivos titulares, elementos arquitectónicos e construtivos dos edifícios, descrições sobre objectos de arte e de culto (prata, paramentos, ornamentos, imagens, retábulos, cera, alfaias litúrgicas e livros), sobre património rural e urbano e a organização do espaço, rendas, gestão patrimonial, indicadores populacionais, dados relacionados com a administração de confrarias, capelas, hospitais e ermidas.” (Costa P. M., 2012, p. 423)

¹¹ “A criação de um sistema de controle interno, através da nomeação de visitantes anuais, remonta à bula fundacional de Alexandre III, emitida em Julho de 1175” (Oliveira, 2005, p. 517)

¹² No sumário da *Visita de 1480 a Sines* lê-se “E começamos de a visitar aos XIII dias do mês de Novembro era de mil e III^o LXXX. E principalmente visitamos a igreja de Sam Salvador da dicta vila e as hermidas e espital e capeelas, a saber, prata, joyas e ornamentos da dicta igreja e meudamente totalas cousas de servido da dicta igreja” (Fonseca, 1999, p. 285 fl.1r)

¹³ “A actividade dos visitantes debruçava-se sobre as pessoas e bens da Ordem. No que dizia respeito à 1^a, interessava saber como viviam em função do espírito da Ordem e da sua Regra [...] No que se referia aos bens, seria ainda dever dos visitantes verificar o estado de conservação e, se fosse necessário, mandá-los reparar” (Barbosa, 1991, p. 160)

Geral de Palmela, onde D. Jorge de Lencastre foi escolhido como um dos visitantes¹⁴. O que consideramos que, apesar de desempenhadas as funções de mestre da Ordem, seria a escolha mais lógica, pois seria uma forma do mestre tomar conhecimento de todos os bens da Ordem. Assim, vamos encontrá-lo, juntamente com Diogo Coelho, escrivão, na *Visitação de 1517*¹⁵ realizada à vila de Sines. Bastante completa, a sua leitura fornece uma panorâmica geral sobre a vila, não só no que diz respeito aos edifícios religiosos e propriedades, como também à forma como os bens existentes eram administrados.

O segundo ciclo de visitas decorre entre os anos 1533 e 1535 sendo D. Jorge ainda mestre da Ordem. Durante este segundo ciclo de visitas, a comenda de Sines é visitada em 1533¹⁶. Mário Raul de Sousa Cunha, baseia-se na obra de Arnaldo Soledade e na de Jacinto Rebelo¹⁷, para afirmar que, no capítulo geral de Palmela em 13 de outubro de 1532, foram “(...) *electos pera [...] visitar [...] a dita comarca do Campo d’Ourjque Alvaro Memdez cavalejro da ordem de Samtyago e Afonso Rodriguez prior da jgreja de sam Pedro da vylla de Pallmella (...)*” (Cunha, 2012, p. 22), esclarecendo que foram estes visitantes que estiveram na comenda de Sines em 21 de Novembro de 1533 (Cunha, 2012, p. 22). Contudo, tal informação cremos não ser totalmente correta. De acordo com o Auto de posse do castelo de Sines de 24 de Novembro de 1533, os visitantes foram Diogo Salema e António Fernandez. “*Ano do nascimento de nosso senhor Jhesu Christo de mil e quynhentos e trynta e três anos aos xxiiijº dias de mês de novembro em a vylla de Sines no castello e fortaleza dela estando hy diogo çalema cavaleiro da hordem de santiaguo e antonio Fernandez prior da vylla des collos vesytadores per autoridade e mandado do mestre e duque etc. nosso senhor e pelos defyndores do capitullo gerall que*

¹⁴ “*Viditaçam da Villa de Sines feyta per dom Jorge filho del Rey dom Joham o segumdo, mestre de santiaguo e davis duque de cojmbra sennhor de momte moor e de Torres nouas e das beatrias e etc*” (Soledade, s.d, p. 01 fl. 1)

¹⁵ A. N. T. T, Ordem de Santiago, códice nº 164. A Visitação de 1517 foi transcrita por Arnaldo Soledade

¹⁶ Visitação de 1533, A. N. T. T, Códice Ordem de Santiago, códice nº 164. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251455>

¹⁷ Arnaldo Soledade, *Sines. Terra de Vasco da Gama*; Jacinto Rebelo, *Navegadores e Exploradores Portugueses até ao século XVI. Documentos para a sua História. Vasco da Gama, sua família, suas Viagens, seus Companheiros.*

se celebrou no convento de pallmella a xiiij dias do mês doytubro do ano passado |...|”
(Azevedo, 1905, pp. 100-101)

Nada consta quanto ao terceiro ciclo de visitas, na primeira metade dos anos 50 do século XVI. O quarto ciclo de visitas sucedeu entre os anos de 1564 e 1566 tendo tido a sua origem no Capítulo Geral da Ordem, celebrado em Lisboa em 1564 onde foram nomeados como visitantes Estevão de Brito, comendador de Panóias e de Faro, e Mestre Gaspar, prior da igreja de Santa Maria de Setúbal. O relato desta visita realizada a Sines em 1565 incorpora a visita às igrejas e o tomo das propriedades. A visita está registada no Livro 215 da Ordem de Santiago¹⁸. O tomo foi realizado pelo prior Gonçalo Barradas e por Estevão de Brito — *Tombo das propriedades que a ordem possuía na vila de Sines e na de Santiago do Cacém* — e encontra-se no Livro 238 da mesma ordem¹⁹.

A realização destas visitas era feita tendo por base um conjunto de normas, semelhante a um manual, onde estavam estipuladas não só a forma como as visitas deveriam ser realizadas bem como os direitos e deveres dos visitantes e dos visitados. Estas normas, os *Regimentos de Visitas*, eram criados durante os capítulos gerais da Ordem, onde também se procedia à nomeação dos visitantes (Oliveira, 2005, p. 517), (Barbosa, 1991, p. 159). Em Portugal são conhecidos unicamente dois Regimentos de Visitas. O *Regimento de Visita de 1478*²⁰, criado no capítulo geral que teve lugar em Alcácer, era D. João, futuro D. João II, administrador da Ordem. Foram eleitos como visitantes o prior-mor Frei Pero Dias, e os comendadores Duarte Furtado de Mendonça e Gil Vaz da Cunha, Álvaro Dias foi o escrivão (Pereira, 2009, p. 114). O outro regimento conhecido é o *Regimento de Visita de 1508/9* em que o mestre da ordem era D. Jorge de Lencastre (Barbosa, 1991, p. 159). Podemos assim concluir que estes regimentos estão

¹⁸ Ordem de Santiago, Livro 215. Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251476> acedido em janeiro 2019

¹⁹ Ordem de Santiago, Livro 238 <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251483> acedido em janeiro 2018

²⁰ Neste regimento estão descritos a forma como as visitas deveriam decorrer, bem como “*direitos e deveres quer dos visitantes quer dos visitados*” (Pereira, 2009, p. 133)

na base da realização das visitas. Como refere Mário Cunha, “os *visitadores* *teram este regimento na mão e perguntaram per ordem por totalas cousas como em elle he comteudo (...)*” (Cunha, 2012, p. 37).

Cartografia

Essencial para o estudo do urbanismo de qualquer vila, a cartografia tem um papel determinante na medida em que, não só identifica os diferentes elementos que a compõem, como mostra a forma como a vila foi crescendo. Assim, também analisámos O Códice Cadaval nº 29 de 1617, onde se encontra a maior parte da cartografia, realizada por Turriano e Massai, para a vila e concelho²¹, o Códice Cadaval nº 28 de cerca de 1617 onde se encontra a cartografia realizada por João Tomas Correia. No que concerne a cartografia também foi consultado o site da Direcção Geral do Território onde se encontram os mapas de Diogo Correia da Mota e de João de Chermont²². Esta cartografia surgiu da necessidade de fortificação das vilas do litoral, as quais, devido à sua situação de fronteira marítima, foram sempre assoladas pelos corsários do norte de África, sendo que foi durante a dinastia filipina que surgiram os primeiros planos de fortificação destas vilas do litoral.

“Os primeiros engenheiros que trabalharam na costa alentejana foram os italianos Filipe Terzi, Alexandre Massai e Leonardo Turriano. Homens imbuídos da cultura renascentista, o seu pensamento e a sua obra realçavam a experiência, e não apenas a teoria. Releve-se o facto de as grandes obras do litoral alentejano, na época filipina, terem sido primordialmente obras portuárias, uma das áreas de acção destes técnicos, embora sempre associadas à fortificação” (Quaresma, 2011, p. 03)

²¹ Códice Casa Cadaval, livro 29. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908671> acedido em novembro 2018

²²<http://docbase.dgterritorio.gov.pt/advsearch.aspx?base=CARTOTECA&search=%22CHERMONT%22&p age=1&type=&format=&class=isbd,programas,partituras%20Obtido%20em%20fevereiro%202020>

Após a morte de Filipe Terzi, Leonardo Turriano tornou-se engenheiro-mor do reino. É da sua autoria o primeiro esquema da vila, baía e cabo de Sines (Fig. 10)²³, bem como o “desenho em planta e em perfil da calheta” (Fig. 22-25)²⁴, que seria construída e onde existira um espaço para a artilharia, o que reforça o seu carácter defensivo (Quaresma, 2011, p. 04). Alexandre Massaii trabalhou quase exclusivamente no concelho de Sines, tendo desenhado o mapa da vila (Fig. 11)²⁵, bastante semelhante ao de Leonardo Turriano. A este arquiteto também se deve o projecto portuário da Ilha do Pessegueiro “*com componente defensiva e explicita intenção de povoamento do território*” (Quaresma, 2011, p. 04), como o Forte de Vila Nova de Milfontes e a Calheta de Sines²⁶, assim como os projetos que fez para as obras no castelo, as quais nunca foram realizadas.

Ao nível cartográfico, também vamos recorrer aos mapas de Diogo Correia Mota (Fig. 13), e João Chermont²⁷ (Fig. 14). Apesar de pertencerem aos finais do século XVII e XVIII, são mais fáceis de ler do que os de Turriano e Massaii.

²³ Leonardo Turriano, Costa e Planta da Vila de Sines, Códice Casa Cadaval, livro 29, fl.120 disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671> acedido em novembro de 2018

²⁴ Leonardo Turriano Calheta em Mayor forma, Códice Casa Cadaval, livro 29, fl.129 disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671> acedido em novembro 2018

²⁵ Alexandre Massaii, Planta da Vila de Sines, Códice Casa Cadaval, livro 29, fl.133 disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671> acedido em novembro 2018

²⁶ Alexandre Massaii, Calheta de Sines, Códice Casa Cadaval, livro 29, fl.136 disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671> acedido em novembro 2018

²⁷ João Gabriel Chermont, Planta de Sines finais do séc. XVIII Lisboa Mapoteca nº 415

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

“Porque o que temos são sempre fragmentos de uma história. A História que se escreve não é a que se viveu” Dias, João Alves, in Fragmenta Histórica nº 1

CAPÍTULO I

Sines

“A Villa de Sines fica na Provincia do Alentejo, pertence/ao Arcebispado de Evora, e he da Comarca do Campo de/Ourique [...] Está situada esta Villa na parte mais oc/cidental da Provincia do Alentejo junto ao mar oc/ceano em huma ponta de terra, ou península que/forma a Costa de Norte, e Sul. Está bem assentada/em lugar iminente ao mar, mais chegada á Costa/do Sul, que á do Norte, mas tambem desta pouco / distante” (Falcão, 1987, pp. 19-20).

1. Localização e Morfologia

Localizada no litoral alentejano (Fig. 1), entre o mar e a serra, Sines está limitada a Norte pela Reserva Natural da Lagoa de Santo André e de Dona Sancha, a Este pela Serra de Grândola e pela Serra do Cercal, a Sul pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. (Fig. 2).

De acordo com Alexandre Massaii, *“A Villa d Sines esta 3 legoas mais áo diante p.^a a p.^{te} do Óeste da Jila do Pexig.^o [...] Ediste do cabo de Saõ / Viçente 18 legoas E do cabo despichél 12 por mar, E da Villa de saõ Tiaguo de cassem q/ue/ ešta pello sartaõ 3 legoás e da de Setúbal q/ue/ lhe fi / qua da p.^{te} do norte 15 legoas por terra, ”* (Guedes, 1989, p. 32)

“Em termos morfológicos, o concelho de Sines divide-se em três grandes unidades: a planície, a escarpa oriental e o relevo residual do maciço vulcânico de Sines. São também relevantes a costa arenosa norte, o cabo de Sines e a costa rochosa sul. A maioria das linhas de água têm origem na zona da serra (os limites da parte sul do concelho seguem quase exatamente sobre a linha de cumeada que separa a plataforma litoral da bacia do Sado). Na área a sul, as ribeiras mais importantes cavaram os seus vales na plataforma, chegando nalguns casos a romper a cobertura sedimentar, tendo os seus leitos atuais nas formações xistosas do carbónio (caso das Ribeiras da Junqueira e do Morgavél)” (Dossier do Investidor, 2015, p. 07)

A sua proximidade com o oceano atlântico²⁸, e a influência do mar mediterrâneo fazem com que no inverno as temperaturas sejam amenas e no verão quentes. Quer isto dizer que as suas características geográficas, morfológicas, e climáticas, tornam Sines numa terra com a mesma importância de outros territórios do litoral sul onde o mar sempre desempenhou um papel fundamental. “*E a sobreditta Villa de sines m.^{to} sadia e fresca*” (Guedes, 1989, p. 32)

A erosão do mar foi a principal responsável pela forma de toda a zona portuária onde se reconhece um cabo que entra pelo mar e uma baía natural que serve de abrigo aos ventos do norte, tornando-o único. Foi caracterizado por Francisco Jordão como “*Um lugar singular entre a terra e o mar, no qual ao longo do tempo se reuniram as condições para o seu desenvolvimento enquanto cidade-porto e cidade-porto-indústria*” (Jordão, 2017, p. 03). É este *lugar singular entre a terra e o mar*, propício à presença humana que vai estar na base do desenvolvimento e importância de Sines.

O seu estatuto de único porto entre Sagres e o estuário do Sado levou não só ao desenvolvimento da vila, como ao desenvolvimento do próprio porto, actualmente considerado “*o maior porto de águas profundas da Europa e o primeiro que se encontra nas rotas transatlânticas. Em termos estatísticos, é o quarto porto da Península Ibérica, 18º da Europa e 93º do mundo*” (Campos N. M., 2016, p. 01). As suas águas profundas são ideais para ancorar grandes barcos, e a sua localização estratégica faz com que se encontre “*no cruzamento das principais rotas marítimas internacionais Este-Oeste e Norte-Sul*”²⁹, sendo um polo de atração para empresas que se dedicam à exploração de sectores industriais tais como o carvão, o gás natural ou a eletricidade, o que vai levar ao desenvolvimento não só da vila como de toda a região.

Jaime Cortesão afirmou na obra *Os factores democráticos na formação de Portugal* que «*A actividade marítima está não só nas raízes da nacionalidade*

²⁸ “*Onde a terra se acaba e o mar começa. O mar é o mais poderoso factor das relações geográficas remotas. Caminho aberto para todos os lugares do mundo, nas suas cidades-portos, o exótico cabe sempre entre o local. Mas ele marca também o fim da terra habitada*” (Ribeiro O. , 1945, pp. 158-159)

²⁹ Porto de Sines, Disponível em: <http://www.portodesines.pt/o-porto/hinterland/> acedido em abril 2019

[portuguesa], donde sobe como a seiva para o tronco, mas é como a linha medular que dá vigor e unidade a toda a sua história” (Lopes, 2015).

Fazendo um paralelismo, a mesma afirmação pode ser feita sobre a vila de Sines. “*A actividade marítima está não só nas raízes de Sines, donde sobe como a seiva para o tronco, mas é como a linha medular que dá vigor e unidade a toda a sua história”*, quer isto dizer, que a história de Sines se faz, ou melhor, Sines existe enquanto vila com alguma importância, devido ao seu porto que, como já tivemos ocasião de referir, foi crescendo e originando o crescimento da vila. Será justo afirmar que sem a existência do porto, a história de Sines se teria perdido no tempo.

Como refere Francisco Jordão “*A abertura do comércio europeu e a fundação e autonomização da nova vila de Sines, promove um crescimento significativo deste território, onde a pesca, o comércio marítimo e a produção agrícola depressa atraem populações e contribuem para a construção e desenvolvimento da Vila” (Jordão, 2017, p. 15).* O que a existência do porto levou à ocupação do território. Naturalmente, o porto também se torna porta de entrada de indivíduos vindos de outras terras e que traziam novas culturas, novas vivências, o que leva a um aumento do número das gentes que habitavam o pequeno povoado de Sines.

Para o período em questão, consideramos que o mar e o solo eram os recursos naturais existentes em Sines. Como veremos nos próximos capítulos estes dois recursos estão na base de sustento destas gentes. A utilização do solo traduziu-se no cultivo das terras. Produtos frutícolas e hortícolas, plantas tais como o linho, grandes áreas de sobreiros, vinha, e colmeias, bem como áreas não cultivadas, onde o gado pastava, desenhavam a paisagem. Já no que concerne ao mar, não só se traduz na actividade da pesca, como está na base do comércio marítimo.

CAPÍTULO II

Os vestígios arqueológicos

O desenvolvimento da arqueologia, no século XIX³⁰, transformou-a, na ciência que responde ao que as fontes escritas não conseguem. Como anteriormente referimos, a análise dos vestígios arqueológicos existentes é feita com o objectivo de perceber se o seu número é significativo para provar a existência de povoados e desde quando existiram, pelo que decidimos recuar no tempo. Esta análise só é possível porque “*A arqueologia situa o homem no espaço e no tempo a partir da recuperação da sua cultura material*” (Ricardo, 2012, p. 01).

Com o objectivo de ficarmos com uma panorâmica geral sobre os sítios arqueológicos existentes no concelho de Sines (incluindo a freguesia do Porto Covo), a nossa primeira pesquisa foi realizada na Base de Dados do Endovélico³¹. Nela contámos então oitenta e oito sítios arqueológicos, sendo que quarenta se encontram em meio aquático (dizem respeito sobretudo a naufrágios que ocorreram ao longo da costa de Sines), e quarenta e seis em meio terrestre. Destes, dezasseis pertencem à freguesia do Porto Covo e trinta à de Sines.

Tendo por base o número de quarenta e seis sítios em meio terrestre para o concelho de Sines, alargamos a nossa pesquisa ao concelho vizinho, Santiago do Cacém composto por oito freguesias e com uma área cinco vezes superior ao concelho de Sines, bem como ao concelho de Faro composto por oito freguesias e com sensivelmente a mesma área que Sines³². Sendo que a nossa pesquisa pretendia comparar o número de sítios arqueológicos datados do mesmo período para os três concelhos. Foram assim

³⁰ “O nascimento da arqueologia portuguesa pode situar-se nos meados do século XIX, tendo como dois grandes actos fundadores a criação da Sociedade Archeologica Lusitana, em 1850, e a reestruturação da Comissão Geológica do Reino em 1857” (Fabião, 1989, p. 11)

³¹ Portal do Arqueólogo. Disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/> acedido em abril de 2019

³² <https://www.pordata.pt/Municipios/Superf%C3%ADcie-57> acedido em fevereiro 2020

contabilizados, para Santiago do Cacém³³, um total de setenta e nove sítios encontrados³⁴, sendo que a maior parte deles estão datados do período romano. Já para o concelho de Faro³⁵, foram contabilizados oitenta e nove sítios arqueológicos³⁶, a maioria dos quais pertence ao período romano, tal como no concelho de Santiago do Cacém. Tendo em conta a área de cada concelho e o número de sítios arqueológicos existentes no concelho de Sines e no de Santiago do Cacém, conclui-se que em Sines este número é superior. Já comparando o concelho de Sines e o de Faro que possuem áreas idênticas, verifica-se um maior número de sítios no concelho de Faro.

Para facilitar a leitura destes dados relativos ao concelho, composto pela freguesia de Porto Covo (Anexo 1/1A) e Sines (Anexo 2/2A), optámos por fazer um quadro e um mapa para cada uma das localidades, com os períodos da história, a designação do sítio e o respectivo número de referência, o CNS (Código Nacional do Sítio), e os vestígios existentes. Para os sítios que possuem testemunhos de vários períodos em ambos os quadros, optámos por colocar os CNS em azul. A leitura destes mapas e dos quadros baseados no Portal do Arqueólogo permite tirarmos algumas conclusões:

- Existem testemunhos de ocupação desde o paleolítico até à Idade Moderna;
- O mesolítico é o que apresenta maior número de testemunhos, tanto no Porto Covo como em Sines;
- Alguns destes sítios (CNS em azul) possuem vestígios de uma ocupação contínua. No interior do Porto Covo e nas zonas limítrofes os vestígios

³³ Portal do Arqueólogo. Disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> acedido em fevereiro de 2020

³⁴ Paleolítico Superior três; Neolítico Antigo quatro; Neolítico quatro; Neo-Calcolítico cinco; Calcolítico três; Idade do Bronze quatro; Idade do Ferro três; Alta Idade Media um; Romano trinta e seis ; Indeterminados doze.

³⁵ Portal do Arqueólogo. Disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> acedido em fevereiro de 2020

³⁶ Paleolítico Superior dois; Neolítico Médio um; Neo-Calcolítico quatro; Calcolítico quatro; Idade do Bronze quatro; Idade do Ferro dois; Alta Idade Media um; Romano trinta e sete; Idade Moderna dezassete Indeterminados dezassete.

arqueológicos mostram uma ocupação do território desde o paleolítico até ao período romano ³⁷. Em Sines, nas zonas limítrofes da vila os vestígios arqueológicos mostram uma ocupação contínua do território, que de *grosso modo* se iniciou no paleolítico superior e terminam no romano³⁸;

- Até aos dias de hoje não se encontraram vestígios pré-históricos na vila de Sines;
- No Porto Covo predominam os sítios arqueológicos junto à costa;
- Em Sines a maior parte dos sítios arqueológicos está no lado nascente.

Como dissemos anteriormente, os dados obtidos no Portal do Arqueólogo são importantes pois dão-nos uma perspectiva geral de todos os sítios arqueológicos existentes no concelho, situando-os no tempo e no espaço. Numa perspectiva mais específica, olhemos então para os trabalhos arqueológicos realizados em Sines e nas descobertas que foram feitas.

2.1 – A Pré- História

Os primeiros trabalhos arqueológicos em Sines surgem na segunda metade do século XIX: “*Os trabalhos de Carlos Ribeiro em 1866, e de Paul Choffat de 1885-1887 demonstraram a existência na região de Sines, de rochas eruptivas da época Pliocénica para norte e sul deste cabo*” (Soledade, 1982, p. 07). Posteriormente só na década de 40 do século XX, Henri Breuil, Georges Zbyszewski e José Camarate França, desenvolveram trabalhos de prospeção no Alentejo Litoral, onde identificaram vestígios de ocupação pertencentes ao paleolítico (Patricio, 2017, p. 24). Já nos anos 70 do século XX, Victor de Oliveira Jorge desenvolveu trabalhos de prospeção, também estes com resultados para o paleolítico (Patricio, 2017, p. 24).

³⁷ No interior do Porto Covo os vestígios de ocupação contínua estão datados do paleolítico e mesolítico, em Vale Vistoso (3228), a ocupação contínua está datada do neolítico antigo e calcolítico, na Praia da Oliveirinha (3187), a ocupação contínua está datada do neolítico antigo e do calcolítico, no Pessegueiro (3611), a ocupação contínua está datada da idade do bronze e da idade do ferro, e na Ilha do Pessegueiro (12747), a ocupação esta datada da idade do ferro e do período romano

³⁸ Na Praia do Norte (18940), os vestígios de ocupação contínua estão datados do paleolítico superior e mesolítico, a Foz da Ribeira de Morgavél (3191), a ocupação contínua está datada também do paleolítico superior e mesolítico, em Monte Novo 1 (148), a ocupação contínua está datada do neolítico final e calcolítico, e no Castelo de Sines (4173), a ocupação contínua está datada da alta idade média e do período romano.

Na década de 80 do século XX, Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e António Coelho Soares iniciaram escavações arqueológicas, nomeadamente, na encosta sudeste de Chãos de Sines (Fig. 3), que vieram aprofundar o conhecimento sobre o período da pré-história no concelho. Os locais escavados são testemunho da ocupação do território sobretudo durante o neolítico. Os dados referentes a este período são o testemunho de comunidades agrícolas que se começam a sedentarizar sobretudo nos locais planos ou nas arribas perto dos cursos de água³⁹.

Posteriormente, foi descoberta na Herdade do Gaio, onde hoje se situa a barragem de Morgavel, uma necrópole púnica cujo espólio ficou conhecido como o Tesouro do Gaio, datada da Idade do Ferro. O seu espólio é composto por objectos de adorno femininos em ouro e prata, entre os quais um escaravelho de cerâmica pertencente à XVIII dinastia do Egipto Antigo⁴⁰, cerca de 1550 a.C. a 1295 a.C. As características deste espólio testemunham a existência de contactos entre dois continentes.

Tendo em conta os sítios e as datações referidas no Portal do Arqueólogo, bem como as descobertas arqueológicas realizadas na freguesia de Sines, é visível alguns sítios foram ocupados de forma contínua. A Praia do Norte os vestígios arqueológicos foram datados do paleolítico superior e mesolítico, tal como em Monte Novo onde os vestígios foram datados do Neolítico Final e Calcolítico. Já na Palmeirinha os vestígios arqueológicos foram datados de períodos distintos, Neolítico Medio e Idade do Bronze, bem como a Foz da Ribeira de Morgavel que não só possui vestígios de ocupação contínua do Paleolítico Superior ao Mesolítico, bem como, e se tivermos em conta que a Herdade do Gaio se situava na Foz da Ribeira de Morgavel, poderemos concluir que este sítio foi ocupado em três períodos. Como referimos, de forma contínua no Paleolítico

³⁹ Para um conhecimento mais profundo sobre a escavação na encosta sudeste de Chãos de Sines, consultar os trabalhos de Siva, Soares, & Soares, "Arqueologia dos Chãos de Sines. Novos elementos sobre o povoamento pré-histórico", in *Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral*, pp. 11-34

⁴⁰ Portal do Arqueólogo, Herdade do Gaio. Disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=56478> acessado em abril 2019

Superior e Mesolítico, passando depois a local sem ocupação até à Idade do Ferro, período a que pertence o Tesoiro do Gaio.

Podemos assim concluir que estes testemunhos arqueológicos demonstram que Sines, à exceção da vila, teve ocupação desde o Paleolítico até à Idade do Ferro. As estruturas habitacionais e o espólio descoberto provam que desde o paleolítico o homem caminhou, viveu e morreu nestas planícies do litoral.

2.2 – Os Tempos Romanos

É na arqueologia que vamos encontrar os testemunhos das relações entre Miróbriga e o pequeno porto do lugar de Sines, como haverá oportunidade de verificar. A base de dados do Endovélico referencia no concelho de Sines um total de cinco sítios arqueológicos datados do período romano. A maior parte deles em Sines e um na ilha do Pessegueiro, junto a Porto Coco.

Nesta última, foi identificado um complexo industrial de salgas de peixe, habitações e armazéns⁴¹. Estes testemunhos são suficientes para levantar a hipótese de a Ilha ter sido habitada por gente que trabalhava nas fábricas de salga e residia no local. José Carlos Quaresma coloca a hipótese de a Ilha do Pessegueiro ser um *vicus* industrial, à semelhança de Troia, cuja cronologia é semelhante (Quaresma J. C., 2010, p. 09), ou seja, entre o século I e VI d.C. Tendo em conta a inexistência de fontes relativas à Ilha do Pessegueiro até ao século XVII, é nossa opinião que após o declínio do império romano a Ilha do Pessegueiro esteve desocupada até ao século XVII. Como então referiu Alexandre Massai “|...| a Planta do forte que está feito dentro da Ilha do Pexegueiro o qual está despovoado e sem ninguém”⁴².

A Norte da vila foram descobertos três sítios arqueológicos com testemunhos romanos, na Courela dos Chãos, no Monte Novo 2 e em Almarjões. Os testemunhos mais

⁴¹ “Na Ilha do Pessegueiro, a segunda metade do século I é denominada pelos autores da escavação como de “fundação do entreposto comercial”, ocorrendo no século II a implantação da unidade fabril, dotada de balneário” (Quaresma J. C., 2010, pp. 08-09)

⁴² <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671> fl.114

significativos são os de Courela dos Chãos, onde foram descobertos vestígios de um balneário, o que pressupõe a existência de uma *villae* romana, dos séculos I a V d. C.⁴³

Os primeiros testemunhos arqueológicos da presença romana em Sines surgiram nos anos 50 do século XX, quando José Miguel da Costa pôs a descoberto, entre a Rua Ramos da Costa, Travessa de São Sebastião e a Ladeira do Bispo/Barroca (Fig. 4), três tanques de preparados de peixe que se encontravam bastante danificados (Pereira, 2017, p. 41). Já nos anos 60, o mesmo investigador escavou o Largo João de Deus (Fig. 5), onde encontrou uma outra oficina de preparados de peixe, além de um poço e uma estrutura que, segundo Paula Pereira, foi interpretada como um forno de fundição, assim como um forno de ânforas, o qual se encontrava junto à muralha (Pereira, 2017, pp. 41-42). Por essa época, foi “*encontrado à superfície do terreno entre a muralha do castelo de Sines e a igreja matriz, no antigo cemitério da vila*” (Encarnação, 1996, p. 07), uma ara funerária em mármore de São Brissos. Em 1983, foi retirado da Torre Moxa (Fig.6), um pedestal do mesmo mármore, o qual, pela inscrição⁴⁴, estava dedicado ao Deus da Guerra e da Agricultura, Marte. José d’ Encarnação, baseado na forma como os indivíduos foram identificados bem como na forma da escrita, colocou a hipótese de ser datada da segunda metade do século III d.C. (Encarnação, 1996, p. 05). Desse mesmo sítio, Torre Moxa (Fig. 6), fora retirada em 1983 uma ara funerária em mármore de S. Brissos, datada por José d’ Encarnação da segunda metade do século II d. C. (Encarnação, 1996, p. 06).

As descobertas de José Miguel da Costa conjuntamente com a identificação destas outras peças levou os investigadores a colocarem a hipótese de que seriam peças vindas de Miróbriga e depois reutilizadas, dada a relação de Sines com a cidade romana de Miróbriga⁴⁵. Nos nossos dias sabemos que esta hipótese não é viável. De facto, o volume

⁴³ Portal do Arqueólogo, Courela dos Chãos. Disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2186231> acessado em abril 201

⁴⁴ “*Signum Martin Augusto. Cicerius Iuvenalis augustalis ex testamento poni iussit. Masclionus (?) sive Raiciri [...] ponendum (?) curavit.*”, em português, “Estátua a Marte Augusto. O augustal Cícero Juvenal mandou colocar por testamento. Mascliono – também chamado Raicirri...- tratou de a executar a cláusula testamentaria.”

⁴⁵ “*Cidade romana, tornada município na época dos imperadores flávios no séc. I. Com aproximadamente 10 hectares de extensão, são conhecidas algumas das suas estruturas: um fórum, ou centro cívico e religioso, zonas comerciais, balneários públicos, zonas habitacionais e um hipódromo*” (Vale, 2010, p. 08)

das peças⁴⁶ leva-nos a afirmar que teriam sido transportadas sim, mas não de Miróbriga, nem com o objectivo de serem reutilizadas. O transporte de peças daquele tamanho não era fácil, nem barato. Se o objetivo era a reutilização, certamente que em Miróbriga existiriam sítios onde poderiam ser reutilizadas.

A descoberta do pedestal a Marte significa que existiria uma estátua de culto ao Deus Marte. Numa lógica de raciocínio, tal culto pressupõe a existência de gente, talvez ligada ao porto e ao comércio, como lembra José d'Encarnação⁴⁷. Já as peças funerárias descobertas levantam a hipótese da existência de um cemitério romano em Sines. Hipótese em aberto, pois, até aos nossos dias, as escavações arqueológicas nunca comprovaram tal existência. Para que tal fosse comprovado eram necessários estudos, prospeções e escavações nas zonas mais afastadas do núcleo da vila, o que até aos dias de hoje não tem acontecido. As escavações arqueológicas efectuadas em Sines têm sido sempre no castelo e na sua área envolvente.

Na última década do século XX, o interior das muralhas do castelo e o Largo João de Deus foram de novo escavados (Fig. 5). Dentro da cerca, os investigadores Carlos Tavares da Siva e Joaquina Soares da Silva descobriram junto ao pano nascente peças de sigillata hispânica datada do período entre o século I e finais do século IV inícios do V (Silva & Soares, 1998, p. 30). No mesmo local, foram identificados dois muros perpendiculares com cerca de 50 cm de espessura, cuja função se desconhece. Já no Largo João de Deus foi descoberta uma fábrica de preparados de peixe, datada pelos investigadores de “*meados ou da segunda metade do século I*” (Silva & Soares, 1998, p. 30). Diga-se que os trabalhos no Largo João de Deus prolongaram-se durante toda a década de 90 e que, em 1997, a fábrica que José Miguel da Costa tinha descoberto na década de 60 foi de novo identificada. No início do século XXI, o espaço compreendido

⁴⁶ As medidas do pedestal são 96.5x54.5x41.5 (Encarnação, 1996, p. 02); as medidas da ara funerária são 114.5x50x30 (Encarnação, 1996, p. 06); as medidas da base encontrada são 66x64 (70.5) x32/39.5 (Encarnação, 1996, p. 07).

⁴⁷ O autor afirma que as estátuas de Marte eram frequentes em portos e entrepostos comerciais (Encarnação, 1996, pp. 01-05).

entre a Rua Ramos da Costa, Travessa de São Sebastião e a Ladeira do Bispo/Barroca, escavado por João Miguel da Costa nos anos 50 (Fig. 4), foi de novo escavado, tendo sido identificada na zona da Barroca uma outra fábrica, que terá sido parcialmente destruída durante a construção da estrada que dá acesso à praia.

Contabilizamos, assim, um total de seis fábricas de preparados de peixe⁴⁸, localizadas no cimo da encosta, nas imediações do castelo, sendo as situadas no Largo João de Deus, as mais bem preservadas⁴⁹. O seu número e a sua localização levaram José Quaresma a levantar a hipótese de ter existido em Sines um bairro fabril (Quaresma J. C., 2010, p. 09). Com maior probabilidade, José d'Encarnação sugere que “Sines teria sido um *vicus*, ou seja, aldeia sem estatuto próprio nem organização administrativa autónoma” (Encarnação, 2008, p. 41).

Em 2016, o interior das muralhas do castelo, apelidado *Quintalão* pela arqueóloga Paula Pereira, voltou a ser intervencionado (Fig. 7). Fez aí seis sondagens, sendo o espólio descoberto composto maioritariamente por cerâmicas e algumas moedas (Pereira P., 2018, p. 58), datadas dos vários períodos, pelo que podemos concluir que o castelo teve várias fases de ocupação. No que respeita ao período romano, foram encontrados fragmentos de ânfora e *terra sigillata*, o que levanta a hipótese de uma utilização do espaço. Na escavação junto à muralha nascente/Torre Moxa, designada pela arqueóloga por S5, designação que optamos por utilizar, foi revelado que “o pano nascente do Castelo de Sines é mais antigo do que se pressuponha. O pano nascente terá sido construído durante o Baixo Império ou sobre uma estrutura do Baixo Império” (Pereira P., 2018, p. 42). Este pano nascente, que terá sido construído durante o século IV (Pereira, 2018, p. 19), prova que no espaço onde o castelo foi erguido existia um edifício anterior, de fábrica romana. Considerando a existência do bairro fabril e o local onde foi descoberto o pedestal, poderemos colocar a hipótese de que o pano nascente da muralha terá pertencido a um templo onde estaria a estátua de Marte.

⁴⁸ Nessas fábricas produzia-se o *garum* que como sabemos é feito à base de vísceras de peixe, sobretudo de atum e cavalas, espécies que dada a localização das fabricas, sabemos existir no mar de Sines

⁴⁹ “O Largo João de Deus teve uma ocupação intensa durante o período romano (séculos I-VI d.C.), marcada por uma componente industrial comprovada pela presença de três tipos de oficinas: oleira, metalúrgica e de preparados de peixe, que terão coexistido em determinado momento” (Pereira & Galhano, 2019, p. 34)

Sandra Patrício refere que al-Himyari menciona a existência de uma basílica que terá sido fundada no período de Diocleciano (Patrício, 2017, p. 56). Tendo em conta que Diocleciano foi imperador entre cerca de 284 d. C a 305 d. C e que não se possui uma data exacta para a construção do pano nascente, excepto ter sido construído no século IV, podemos colocar a hipótese deste pano de muralha ter pertencido à basílica referida por al-Himyari. Talvez o templo romano e a basílica cristã sejam o mesmo edifício, ou ocupassem pelo menos o mesmo espaço.

Pelo conjunto de vestígios arqueológicos existentes, sobretudo no castelo e na zona envolvente, há motivos suficientes para afirmar que o lugar de Sines foi, entre o século I e os séculos V – VI, um povoado permanente, provavelmente um *vicus*, como sugeriu José Encarnação. As unidades de preparados de peixe dão testemunho da actividade económica praticada pelas suas gentes, assim como o seu pequeno porto revela a rede de trocas que servia a cidade de Miróbriga, a partir do qual não só eram escoados os produtos para o império⁵⁰, como entravam novos produtos, novas gentes vindas de outros lugares, logo novas culturas, novas vivências. A própria estátua dedicada ao Deus Marte, se por um lado vem comprovar a existência de povoamento no lugar de Sines, por outro, segundo João Carlos Quaresma, não é um culto frequente na Lusitânia. Dele só há vestígios em Sines e em Conímbriga, embora se conheça outro junto ao Farol da Corunha, já na Tarraconensis. (Quaresma J. C., 2010, p. 09). Localizando estes três sítios no mapa, constatamos que é possível desenhar uma linha praticamente recta entre Sines e a Corunha, separadas por cerca de 727 Km, com Conímbriga sensivelmente a meio das duas. Não deixa de ser interessante a localização destas estátuas, talvez reveladora de uma antiga rota marítima e dos seus portos de apoio.

⁵⁰ Segundo Vasco Matias, o transporte desses produtos seria feito nas *caudicariae* ou *codicariae*. A opinião do investigador tem em conta a caracterização destes barcos, que eram destinados à navegação fluvial e à cabotagem, bem como a provável existência destes barcos no pequeno porto de Sines (Matias, 1998, p. 203).

2.3 – Os testemunhos Visigóticos

A decadência do império romano no Ocidente levou a que Miróbriga fosse perdendo importância. Nas fontes consultadas, não há referências para o período entre a decadência e o abandono de Miróbriga e a ocupação muçulmana: “*O certo é, que dos trezentos anos do domínio visigótico, não há um só documento de que possamos inferir a existência de uma povoação nestes lugares.*” (Silva, 2009, p. 12). Consultando o “Inventário do Património Arqueológico de Santiago do Cacém” no Atlas do Sudoeste Português (Covas, Soares, Duarte, & Silva), os vestígios arqueológicos visigóticos para este período referem um capitel decorado com folhas de acanto, dois fragmentos de cancelas visigóticas, e uma vila romana que foi reocupada na época visigótica. Segundo os autores, tais testemunhos não são suficientes para falar em ocupação visigótica do território.

Em Sines, a situação é diferente. O pequeno povoado continuou a existir provavelmente graças ao seu porto, sendo que os testemunhos arqueológicos relacionados com o período visigodo descobertos em Sines levam a crer que o território teve ocupação durante esses séculos. Mélanie Wolfram defende que a ocupação visigótica no sul da Lusitânia deu-se entre os séculos V ao VIII, sendo que o período entre 450 e 585, designado por visigótico inicial, corresponde à conquista do território, já o período entre 585 e 711 designado por visigótico áureo, vai corresponder à fixação dos visigodos (Wolfram, 2011, p. 13)

Nas já referidas escavações de 1961 de José Miguel da Costa no interior da cerca do castelo, foram colocadas a descoberto várias peças arquitetónicas pertencentes ao período visigótico⁵¹. Também nas escavações de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, feitas nos anos 90 no interior das muralhas do castelo, se levantaram diversos elementos arquitetónicos de cronologia visigótica, que estavam a ser reutilizados nas paredes pelo que optaram por conservá-los *in situ*. Segundo estes investigadores,

⁵¹ Entre capiteis, ábacos, pilastras, colunas, são cerca de setenta peças arquitetónicas no total, na sua maioria, tal como as peças romanas, construídas em mármore de São Brissos. (Patrício, 2017, p. 51). Através dos motivos iconográficos e das técnicas utilizadas, foram todas datadas do século VII (Silva & Soares, 1998, p. 35).

Fernando de Almeida atribuiu aqueles vestígios a “*uma basílica visigótica de muita importância*”, templo que, segundo o mesmo autor, terá sido erguido no século VII, talvez no local onde hoje se encontra a igreja matriz. (Silva & Soares, 1998, p. 35). A existência desta basílica visigótica em Sines tem sido admitida pelos especialistas⁵².

Os motivos decorativos destas peças⁵³, sobretudo das pilastras, levaram Mélanie Wolfram a referenciá-las como pertencentes ao que chama escola de Sines⁵⁴, dado terem características arquitetónicas únicas, diferentes das peças de Beja ou de Mértola. Diz ela: “*Sines tem especialidades estilísticas [...] Os motivos escultóricos são mais originais. É um estilo próprio. O mundo da representação de animais bem como a árvore da vida ou a composição floral simétrica não encontram paralelo nem na escola de Beja nem na escola de Mértola*” (Wolfram, 2011, p. 83). O conceito de *Escola* utilizado pela investigadora traduz a existência de uma oficina de talhe de pedra que desenvolveu um estilo próprio, revelando o facto de elas fazerem parte de outro universo cultural. Talvez isso se deva aos contactos permitidos pelo porto de Sines. Certamente que não seria só porto de circulação de produtos, como também de circulação das gentes vindas de outros lugares, o que significava novas culturas, novas aprendizagens, que se vão manifestar em todos os aspectos do dia-a-dia.

Além das peças arquitetónicas, foram descobertas três moedas em ouro, presentemente expostas no Museu de Sines. Uma do Rei Sisebuto (612-621), cunhada em Mérida, outra dos Reis Égica (687-702) e Vitiza (702-710), supostamente cunhada em Hispalis (Sevilha) e a terceira do Rei Recaredo (586-601) também cunhada na mesma cidade (Pereira, 2017, p. 52). Estas moedas não só provam a existência em Sines de gente vinda de outras terras, provavelmente por mar, já que as estradas eram poucas e más, por vezes não mais do que caminhos tortuosos, como também provam a circulação da moeda

⁵² “*Estamos na primeira metade do século VII d. C. Em Sines vamos encontrar uma grande basílica perto do Castelo da Villa*” (Soledade, 1982, p. 22)

⁵³ “*A rosácea de oito pétalas, relevo em bisel, inserida em círculos ou sem limite só se encontra em Sines*”; “*Representados em círculos estão cruzeiros e animais*” (Wolfram, 2011, p. 58); “*Encontramos nas suas representações iconográficas a videira, uvas, parras, mas também a árvore da vida e a representação de animais como leões, pombas, cordeiros, águias, lebres*” (Patricio, 2017, p. 51)

⁵⁴ Mélanie Wolfram apresenta três escolas diferentes; Beja, Sines e Mértola em que em cada uma possui “*uma corrente estilística regional que as difere das outras*” um estilo próprio de escultura.

e a inserção de Sines no reino visigótico, ou a relação com Sevilha. Quer isto dizer, em suma, que os vestígios materiais são suficientemente abundantes e significativos para que possamos afirmar que o lugar de Sines foi um lugar com alguma importância durante os séculos VI e VII e que não terá sofrido interrupção do povoamento desde a época romana.

2.4 – A época islâmica

Da dominação muçulmana em Sines apenas se conhece uma epígrafe muçulmana, encontrada durante as escavações realizadas por Paula Pereira em 2008 no interior das muralhas. Nela comemora-se a construção de um *ribat* no ano de 1009” (Pereira P. , 2018, p. 61): “/...esta/ rābida para que seja mencionad0 (o nome de Deus), se Deus quiser. E isso (foi) no mês de / Ramadão do ano 399 |...| / Deus |...| / |...|”. A informação, é de grande importância pois revela-nos o povoamento de Sines em época islâmica, ainda que, reduzido, ao que parece, a um espaço associado à oração e ao controlo da fronteira marítima. Mas é importante, também, por atestar a continuidade da ocupação de Sines, pelo menos a partir do século XI. Isso é sugerido por dois outros testemunhos posteriores. O primeiro é a referência de Rogério de Hoveden a Sines por finais do século XII (Marques, 2017, nota 14), facto que atesta que o topónimo Sines já então individualizava uma secção do litoral alentejano. O segundo deles, ainda mais significativo, é a existência de uma pequena fortificação em Sines, um *fortelitio*, divulgada por Robert Durand a partir de um diploma da Ordem de Santiago relativo ao século XIII: “*Dans l’immense territoire – envirom 4 000 kilomètres carrés – d’ Alcácer, les chevaliers de Santiago ont fondé quatre villae, dont trois “cum suo fortlitio”. La plus importante, Santiago do Cacém, dominait la plaine littorale et son développement avait été tel qu’elle était elle-même promue au rang de castrum, dont dépendait notamment la villa cum fortelitio de Sines*” (Durand, 1982, p. 73)

Tais testemunhos parecem indiciar a ocupação muçulmana desde espaço. Cláudio Torres e Santiago Macias levantaram a hipótese de Sines ser *Marsa Hashim*, mencionada por al-Himyari, em que *Marsa* vem do termo árabe para porto, enquanto *Hashim* seria uma derivação do latim *Sinu*, com que se lembraria a baía local. (Patrício, 2017, p. 56). Por outro lado, Sandra Patrício refere a existência no concelho de Sines de lugares com

nomes de origem islâmica (Sonega, Benaiça⁵⁵, Bemparece, Atalaia, Outeiro, Abóbada), afirmando ser possível que esses lugares tenham sido durante o período islâmico espaços rurais de cariz agrícola (Patrício, 2017, p. 56). cremos que também é necessário ter em consideração a localização de Sines em relação a Santiago do Cacém, *Qāsim* (Vivas & Leitão, 2008, p. 224), ou *Kassem* (Silva, 2009, p. 13), lugar com ocupação islâmica. Tal como na época romana, Sines pode ter continuado a ser um pequeno povoado dependente de *Qāsim/ Kassem*, no qual existiria um ribat, ou seja, um lugar de retiro fortificado. A hipótese não é segura, mas ajudaria a compreender o *fortlitio* documentado por finais do século XIII na documentação da Ordem de Santiago. A pequena fortificação deveria servir, além de lugar de retiro e oração, de posto de defesa contra os inimigos vindos do exterior, ou seja, além de ser um espaço com função espiritual era um espaço com funções de vigia e de controlo. Dada a localização do *fortlitio*, no cimo da encosta onde hoje se ergue o castelo, seria dali que o porto seria vigiado.

Por muito que ainda esteja por descobrir acerca do período muçulmano em Sines, a epígrafe em árabe e o *fortlitio* medieval são suficientes para se aceitar ocupação do lugar de Sines, pelo menos a partir do século XI. Na opinião de Sandra Patrício, as gentes locais dedicavam-se sobretudo à agricultura. De facto, até aos nossos dias, em todas as escavações nunca foi encontrado qualquer espólio militar, nem qualquer vestígio de uma ocupação imposta pela força das armas. Considerando as afirmações de Cláudio Torres⁵⁶, cremos que a ocupação muçulmana do lugar de Sines teve origem na “*dinâmica mercantil dos portos*” (Torres, 2018), uma afirmação que parece adaptar-se bem aquilo que se sabe de Sines durante as épocas visigoda e muçulmana.

⁵⁵ *Benaiça terá a sua origem em BANÚ ' ISÃ. Este topónimo surge referenciado no século XVI, como hũa povoação que se chama Benaiça, duas legoas e mea da villa [de Sines] ao levamte, que tem nove moradores dos quais he hũa viúva. Deriva de banú Isá, com o significado de “filho (ou filhos) de Isã” antropónimo correspondente a Jesus. (Vivas & Leitão, 2008, pp. 226-230)*

⁵⁶ *“Hoje sabemos, por causa da arqueologia, que não houve nenhuma invasão em 711, não vieram exércitos nenhuns. [...] as grandes religiões do Mediterrâneo, o judaísmo, o cristianismo, o islão, que vieram da zona do actual Líbano e Israel, obviamente que não são nunca impostas pelas armas. São religiões de salvação, a sua força tem a ver com o Além. [...] Essas religiões estendem-se rapidamente para os mais pobres, para os dominados. E chegam cá pela dinâmica mercantil dos portos. [...] A religião islâmica veio através do comércio, dos portos. O diálogo é a base do comércio, e é através do diálogo que se expandem as ideias, as religiões, as coisas novas.” (Torres, 2018)*

5 – Vestígios “Medievais”

Têm sido sobretudo as escavações de Paula Pereira que nos tem fornecido dados para o conhecimento da história de Sines no período medieval. As já referidas escavações na cerca do castelo permitiram a recolha de vários tipos de cerâmicas relativas todas ao período entre que vai do século IV ao século XX. Sendo que a nós nos interessam os vestígios cerâmicos a partir do século XIV ao XVII. *“A cerâmica comum recolhida nas seis sondagens é constituída por formas destinadas à preparação, confeção e armazenamento de alimentos [...] destaca-se os conjuntos corresponde à ocupação do século XIV-XVII e os da Antiguidade Tardia. Da fase de ocupação Medieval/Moderno (sec. XIV-XVII) destacam-se as formas fechadas como tachos, potes e panelas e as formas abertas representadas por tigelas e alguidares. [...] A cerâmica vidrada foi recolhida nas seis sondagens, destacando-se os recipientes que correspondente à fase de ocupação do século XIV-XVII.”* (Pereira, 2018, pp. 51-52).

Também da responsabilidade de Paula Pereira, conjuntamente com Sónia Ferro, realizaram-se em 2013 escavações no Largo Poeta Bocage (Fig. 8), situado ao pé do castelo e da igreja de São Salvador. Foi aí descoberta uma necrópole, a *Necrópole de São Salvador, espaço sucessivamente utilizado como necrópole entre o século XIII e princípios do século XVII*”. (Pereira & Ferro, 2017, p. 28).

Os trabalhos identificaram um total de 53 indivíduos⁵⁷, sepultados segundo a tradição cristã (crânio para a oeste e pés para este), 4 reduções e 4 ossários. A escavação foi dividida em quatro áreas diferentes (Área 1,2,3,4), sendo identificados enterramentos nas áreas 1, 2 e 4, com um total de trinta e nove sepulturas (Pereira & Ferro, 2017, p. 28). Uma das particularidades desta necrópole é a sobreposição de muitas destas sepulturas (Pereira & Ferro, 2017, p. 28), o que pode ter a ver com a capacidade do cemitério, que a

⁵⁷ “Foi calculado um número mínimo de indivíduos (NMI) de 53. Destes 53, 28 eram indivíduos adultos e 15 não adultos. Dos indivíduos adultos, 11 foram considerados masculinos, 11 femininos e em 16 dos casos não foi possível fazer a diagnose sexual, sendo por isso considerados indeterminados.” (Pereira & Ferro, 2017, p. 37)

dada altura era pouca para o número de pessoas que morria, o que nos leva a supor que Sines teria vindo a crescer em termos demográficos.

Além da cerâmica, já referida, o espólio integra alguns alfinetes de cobre e bronze e trinta e oito moedas, entre portuguesas e espanholas. Vinte e cinco delas eram moedas em prata e encontravam-se junto a um indivíduo provavelmente de origem africana, ou sul americana⁵⁸. A origem provável deste indivíduo mostra que em Sines viviam, ou morriam, pelo menos, gentes de outros continentes, como por exemplo África ou Brasil. Provavelmente consequência dos descobrimientos. O espólio numismático a ele associado mostra que o indivíduo não seria um escravo, mas alguém com uma posição elevada, talvez um comerciante. As vinte e cinco moedas eram todas da época moderna: “8 moedas de meio tostão e 4 moedas de tostão pertencentes ao reinado de D. Sebastião (1557-1578), 1 moeda de meio tostão, 3 moedas de tostão e uma de 80 reis pertencentes ao reinado de João III (1521-1557), 3 moedas de 4 ou 8 reais (moedas espanholas) pertencentes ao reinado de D. Filipe II de Espanha/Filipe I de Portugal (1581-1598), 2 moedas de 4 ou 8 reais (moedas espanholas) pertencentes ao reinado dos Reis Católicos (1474-1516), 2 moedas de 4 ou 8 reais cunhada no México 1 moeda de 4 ou 8 reais cunhada em Lima) pertencentes ao reinado de D. Filipe II de Espanha/Filipe I de Portugal (1581-1598) (Pereira & Ferro, 2017, p. 37).

Entre as restantes moedas identificadas, encontra-se um “*Dinheiro de Sancho II (1223-1247), Dinheiro de Sancho II (1223-1247), Dinheiro de D. Afonso III (1248-1279) ou D. Afonso IV (1325-1357), Ceitil de D. Afonso V (1438-1481), Ceitil de D. Afonso V (1438-1481), Real Preto de D. Afonso V (1438-1481), Ceitil de D. João II (1477, 1481-1495) ou D. João III (1521-1557), Ceitil de D. João III (1521-1557) ou D. Manuel (1495-1521), Ceitil de D. Afonso V (1438-1481), Ceitil de D. Manuel (1495-1521), 2 indeterminadas.*” (Pereira & Ferro, 2017, p. 37). Tendo em conta a proveniência e a cronologia destes achados, de Sancho II a João III, pode admitir-se, portanto, a existência

⁵⁸ A opinião das arqueólogas sobre a origem do indivíduo esta baseada na dentição, “*Este indivíduo apresentava mutilações dentárias nos incisivos superiores, que são compatíveis com alterações rituais dentárias tipicamente africanas ou sul americanas*” (Pereira & Ferro, 2017, p. 41)

de um núcleo de povoamento em Sines, desde a primeira metade do século XIII, talvez já com uma pequena capela e com um cemitério associado.

Assim, tendo em conta as descobertas arqueológicas relativas aos vários períodos analisados, concluímos que é visível a permanência humana no território desde a pré-história. Em particular nas zonas limítrofes da vila, nos espaços junto dos principais cursos de água. Em contrapartida, os testemunhos romanos, visigóticos, muçulmanos e medievais, encontram-se no núcleo da vila, sobretudo junto e no interior do castelo, facto que mostra não só a importância do local, mas também a provável continuidade do povoamento de Sines, eventualmente desde o domínio romano.

CAPÍTULO III

De Afonso Henriques a D. Pedro

Como referimos, os dados arqueológicos testemunham a existência de um povoamento contínuo, localizado sobretudo no núcleo central da vila de Sines, a qual até ao reinado de D. Pedro dependia da vila de Alcácer, e, depois, da de Santiago do Cacém. Para perceber como e porquê Sines foi elevada a vila, torna-se necessário recuar no tempo e entender a forma como o reino se foi desenvolvendo até ao reinado de D. Pedro, monarca que outorga a carta de privilégios a Sines, desanexando-a de Santiago do Cacém. Sabendo que, para estes séculos, a informação sobre Sines é praticamente inexistente, iremos recorrer à bibliografia geral, e perceber como era o território, as políticas e a forma de governar durante o período que vai da segunda metade do século XII até à segunda metade do século XIV.

São vários os motivos que nos levaram a recuar até ao reinado de Afonso Henriques, não por ser o 1º rei de Portugal, título que assumiu em 1140 após a Batalha de Ourique, mas por ter dado a independência a Portugal, pela sua preocupação na defesa do território, e por considerarmos que não se pode falar da reconquista sem falar nas Ordens Religioso-Militares⁵⁹, sobretudo a sul do Tejo. Não só durante o seu reinado, como em toda a dinastia, foi visível a preocupação deste monarca com a defesa do território, sendo

⁵⁹ “As Ordens Militares que encontramos no território português são de origem diferenciada: de um lado, as ordens internacionais do Templo e do Hospital, criadas, respectivamente, para a defesa do Santo Sepulcro e proteção e assistência aos peregrinos, e do outro, as de criação ibérica, Avis e Santiago, vocacionadas para a Reconquista cristã.” (Fernandes, 2002, p. 37); Segundo Oliveira Marques “O século XII foi o século das ordens religiosas e militares. Em Portugal, os Templários e os Hospitalários aparecerão entre 1120 e 1130. Seguram-se-lhes a ordens de Calatrava e Santiago (ambas por 1170). Todas tinham uma tarefa clara a cumprir: expulsar os Mouros, libertar as terras para Cristo” (Marques, 1985, p. 130); Maria Cristina Fernandes refere que “Protegidas pelos monarcas, as Ordens Militares crescem na proporção do seu empenho, acumulando, ao longo de sucessivos reinados territórios, privilégios e isenções que lhes permitiram criar verdadeiros potentados jurisdicionais, económicos e sociais. A Sul, emergem grandes domínios constituídos pela generosidade e o fervor religioso dos nossos monarcas, aliados à necessidade de defesa e colonização das regiões conquistadas aos mouros. Na verdade, durante todo o período de Reconquista as grandes concessões feitas à Ordem de Santiago pelos monarcas portugueses resultam na entrega de grande parte do Alentejo e do Algarve, transformando-a num poderoso senhorio no espaço meridional.” (Fernandes M. C., 2002, p. 72)

que já em 1135, antes de se ter autoproclamado rei, “*fez construir o castelo de Leiria, para servir de poderosa base defensiva e ofensiva*” (Marques, 1985, p. 110).

A conquista do território do reino que, desde o século VIII era ocupado pelos muçulmanos, levou este monarca a procurar apoio militar, inicialmente junto dos cruzados⁶⁰, que se dirigiam para a Terra Santa. Com o apoio destes, conquistou em 1147 a cidade de Lisboa. Esta vitória foi decisiva para que se desse início à conquista de outras cidades do reino sobretudo as localizadas a sul do Tejo⁶¹, onde o monarca procurou ter o apoio das Ordens Religioso-Militares, que acabariam por se tornarem as grandes aliadas dele, decisivas durante todo o processo da reconquista e repovoamento do território a Sul.

À medida que a reconquista avançava vão sendo doados às Ordens as vilas conquistadas aos muçulmanos, ficando assim a defesa e o repovoamento garantido⁶². O recurso a estes freires/guerreiros vai dar uma nova conotação à guerra entre muçulmanos e cristãos. Como refere Luís Oliveira, “*As ordens religiosas uniam o ideal da vida religiosa à profissão das armas*” (Oliveira, 2014, p. 389), unindo “*as obrigações religiosas do monge unidas à arte e às competências do cavaleiro |...| Para os monges-guerreiros o centro da vida religiosa afastou-se do claustro e da reclusão, transferindo-se para o |...| campo de batalha*” (Oliveira L. F., 2016, p. 456). Também Maria Teresa Pereira relembra as palavras de José Mattoso sobre a vocação de não fazerem guerra por ideias políticas, mas sim pela fé e em nome da Cristandade (Pereira M. T., 2012, p. 1047). Tinham o mesmo objectivo dos cruzados, defender o cristianismo contra o infiel, a luta do que julgavam ser o Bem contra o Mal.

A nós interessa-nos particularmente a ordem de Santiago, também chamada de Cáceres, ou de Uclés (Marques, 1985, p. 130), pois a vila de Sines fazia parte dos seus domínios. (Fig. 9). Fundada em Cáceres, em Agosto de 1170, por Fernando II de Leão e

⁶⁰ “*Os Portugueses pedirem e obtiveram a ajuda dos cruzados seis vezes: em 1147 (conquista de Lisboa), duas vezes em 1189 (conquista de Alvor e Silves), em 1190 (ajuda a Santarém cercada pelos Mouros), em 1197 (ataque fracassado contra Silves) e em 1217 (conquista de Alcácer do Sal)*” (Marques, 1985, p. 129)

⁶¹ A norte, a situação era diferente. A preocupação do monarca com a guerra contra Leão tinha-o levado a recorrer à nobreza como aliada que recebia doações do monarca pelos serviços prestados.

⁶² Ordem tinha dois papéis fundamentais durante este período, o de lutar e o de repovoar sendo que este repovoamento passava pela atribuição de forais pela Ordem, como no caso de Setúbal, Aljustrel, Mértola e Garvão (Costa, 2006, p. 84)

protegida pelo arcebispo de Santiago, a ordem combatia sob a bandeira do apóstolo (Oliveira L. F., 2016, p. 475). Teve uma participação determinante durante todo o processo de reconquista, o que está representado nos privilégios e doações territoriais. Logo em 1172, foi-lhe doada a vila de Arruda por D. Afonso Henriques, a que se seguiu o castelo de Monsanto, em 1173 o castelo de Abrantes (Fernandes, 2002, p. 40), sendo que, entre 1174/75, recebeu os castelos de Almada e Alcácer (Oliveira, 2014, p. 90).

Aos freires da Ordem cabia a defesa destes territórios, o que não se adivinhou tarefa fácil, pois a maioria destes freires encontrava-se no reino de Leão. Isso fez que os que se encontravam no reino não fossem suficientes para parar as investidas muçulmanas, acabando a Ordem por perder os castelos de Abrantes e de Monsanto e a vila de Arruda (Oliveira, 2014, p. 90). Só em 1186, durante o reinado de Sancho I⁶³, e após a participação da Ordem na defesa de Santarém, voltou esta a recuperar, por doação régia, a vila de Arruda e os castelos de Almada e de Palmela⁶⁴, bem como o de Alcácer. Nos domínios territoriais deste último, incluía-se Santiago do Cacém e Sines⁶⁵. Através destes castelos doados à Ordem, assegurava-se a defesa do Tejo e do Sado⁶⁶, o que quer dizer que a preocupação com a defesa da costa dos ataques muçulmanos não desaparecera.

Apesar de controlar o território de Sines desde 1186, a organização do povoamento é posterior. O facto foi devido à Ordem ter voltado a perder Alcácer em 1190-91⁶⁷, que só foi definitivamente reconquistada aos muçulmanos em 1217, durante o

⁶³ O seu cognome, *O Povoador*, é suficiente para perceber que o seu reinado foi caracterizado por uma necessidade de repovoamento do território, sobretudo nos territórios reconquistados. Este monarca ficou conhecido por ter sido um dos que mais forais concedeu.

⁶⁴ O castelo de Palmela foi perdido, tendo sido recuperado por volta de 1194 (Oliveira, 2014, pp. 90-91)

⁶⁵ O foral manuelino refere a doação do lugar à Ordem de Santiago ocorreu na “*Era de mil e duzentos e vinte e quatro*” (Marques M. A., 2017, p. 21)

⁶⁶ “*Assim, Santiago passará a estar conotada com uma actuação costeira de pendor atlântico, isto é, com uma fronteira marítima*” (Costa, 2006, p. 82)

⁶⁷ Numa tentativa de colocar um termo à reconquista, D. Sancho I, juntamente com a sua hoste, os cruzados e os freires guerreiros, tentou reconquistar o Algarve, tentativa mal sucedida, sendo que em resposta a esta incursão do monarca, a investida muçulmana foi de tal forma organizada que acabaram por recuperar os territórios algarvios como também recuperaram os territórios a sul de Lisboa, como foi o caso de Alcácer do Sal.

reinado de D. Afonso II, tendo o monarca doado de novo a vila à Ordem em 1218 (Oliveira, 2014, p. 92). Já quanto ao *Reino do Algarve*, foi preciso esperar pelo reinado de Afonso III, depois da chegada de Paio Peres Correia a Alcácer⁶⁸, para que o território fosse todo reconquistado⁶⁹, sendo o futuro Mestre da Ordem de Santiago e os seus freires fundamentais neste processo. Com a conquista em 1249 de Faro, Albufeira e Porches, deu-se por terminada a guerra contra o infiel⁷⁰.

O final da reconquista significou a total disponibilidade do monarca para “*limar arestas*” na política de centralização⁷¹, que já vinha sendo aplicada desde Afonso II⁷², mas que não deixava de ser ambígua. Por um lado, o desejo de uma centralização governativa, por outro as doações e privilégios recebidos quer pela nobreza, quer pelas ordens. Por outras palavras, vilas e privilégios doados pelos monarcas exigiam um equilíbrio e faziam parte de uma estratégia. Se para as vilas o objectivo era a defesa e o desenvolvimento, os privilégios procuravam promover o povoamento. A existência de diplomas régios aplicáveis em todo o reino era uma forma de atenuar as diferenças existentes entre o Norte, terra de inúmeras propriedades pertencentes à nobreza senhorial, e o Sul, terra das grandes propriedades governadas pelas ordens militares⁷³.

⁶⁸ Como refere Luís Oliveira “*Um papel decisivo na conquista das terras do sul*” (Oliveira, 2014, p. 93).

⁶⁹ “[...] tomaram-se Moura, Serpa, Aljustrel, Mértola, Alfajar de Pena, Aiamonte, Tavira e Cacela” (Ventura, 2009, p. 106)

⁷⁰ “*E assim terminava a Reconquista portuguesa. [...] o território português ganhava a sua configuração definitiva*” (Ventura, 2009, p. 106)

⁷¹ “*O que o Rei propunha agora, não era o mesmo que tinha acontecido durante os séc. XI-XII; longe estavam os tempos de autoridade senhorial ruralizada, do referencial religioso e simbólico. O que o rei propunha era um povoar dependente do poder régio, central efectivo e urbano*” (Paio, 2001, p. 68)

⁷² As primeiras leis gerais e a introdução de processos que vão restringir o poder dos senhores surgiram ainda durante o reinado de Afonso II. Falamos das confirmações (onde se solicitava aos senhores que mostrassem os títulos de propriedade que permitia a pose e legitimava o poder), e as inquirições, inquéritos realizados Entre-Douro e Minho e parte da Beira para determinar a natureza e a condição jurídica dos títulos e os direitos reais em terra, rendas e padroados religiosos (Marques, 1985, p. 98).

⁷³ “*Os Templários receberam a maior parte da Beira Baixa e um vasto território entre o Mondego e o Tejo; os Hospitalários ficaram com um quinhão mais pequeno e menos importante no Alto Alentejo, no alto vale do tejo e para la do Guadiana-, Avis obteve uma grande parte do Alto Alentejo-, para Santiago ficou boa parte do Sul [...] A Ordem de Santiago, cujas possessões se dilatavam principalmente pelo Alentejo desde Almada até à fronteira com o Algarve, numa extensão máxima de 180 Km contínuos no sentido Norte-Sul, senhoreava os seguintes concelhos de hoje: todos os do distrito de Setúbal, com centros principais em*

Voltando ao tema da centralização, D. Afonso III continuou com a política anterior e com as inquirições iniciadas com o seu antecessor. Em 1258, foram realizadas inquirições gerais, que Leontina Ventura adjectivou como um empreendimento “*quase fotográfico*” do reino (Ventura, 2009, p. 143). Certo, é que perante este retrato foi possível ao monarca no espaço de quinze anos criar medidas legislativas, quer ao nível da justiça quer ao nível da fiscalidade régia (Ventura, 2009, p. 155), que estiveram na base da centralização política e administrativa do reino. Ao mesmo tempo, continuava a existir a preocupação de repovoar sobretudo o sul do Tejo, onde, além de algumas cidades, havia um grande deserto. Seguindo políticas anteriores, aí se fundarão novas vilas, umas criadas de raiz, outras formadas a partir de pequenos aglomerados existentes.

No litoral, a situação era idêntica, as zonas costeiras eram pouco povoadas devido sobretudo ao medo que as gentes tinham não só do próprio mar, como daquilo que o mar poderia trazer⁷⁴. Recordemos as palavras de Camões, naquela que é a maior obra épica da cultura portuguesa, *Os Lusíadas*, onde no Canto V, o episódio do Gigante Adamastor, é representativo do medo que os indivíduos tinham do mar, sobretudo entre as estrofes 38 e 40 (Camões, 1984, p. 197):

“Tao temerosa vinha e carregada, / Que pôs nos corações um grande medo. / Bramindo, o negro mar de longe brada, / Como se desse vão nalgum rochedo. / - “Ó Potestade disse – sublimada, / Que ameaço divino ou que segredo / Este clima e este mar nos apresenta, / Que mor cousa parece que tormenta?”

Não acabava, quando ãa figura / Se nos mostra no ar, robusta e válida, / De disforme e grandíssima estatura, / O rosto carregado, a barba esqualida, / Os olhos encovados, e a postura / Medonha e má, e a cor terrena e pálida, / Cheios de terra e crespos os cabelos, / A boca negra, os dentes amarelos.

Tão grande era os membros, que bom posso / Certificar-te que este era o segundo / De Rodes estranhíssimo Colosso, / Que um dos sete milagres do mundo. / C’um tom

Alcácer d Sal e Palmela; no distrito de Beja, Ourique, Almodôvar, Mértola, Castro Verde, Aljustrel, Ferreira do Alentejo e do de Odemira. No Algarve eram seus os povoados de Cacela Aljezur. Tinha ainda Bens no distrito de Lisboa (Arruda dos Vinhos, Santos-o-Velho) e em Coimbra” (Marques, 1985, pp. 141-142).

⁷⁴ “Para a sociedade rural do ocidente medieval cristão, incluindo a peninsular, no seu quotidiano como no seu imaginário o mar é visto como fronteira exterior da Cristandade, como o anti mundo a que se associa um carácter destrutivo, demoníaco implicando, para quem tem de o cruzar ou com ele contactar, a sempre difícil superação de medos e terrores.” (Andrade, 2005, p. 65); “Nesta época, o mar era também uma fonte de perigos e adversidades, exercendo um duplo efeito de atração / recusa, por um lado era a partir dele que se exercia a pesca e fomentava o comércio marítimo, por outro lado era de onde surgiam os perigos e ameaças corsárias” (Jordão, 2017, p. 17)

de voz nos fala horrendo e grosso, / Que pareceu sair do mar profundo. / Arrepiam-se as carnes e o cabelo / A mim e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo.”

Se este sentimento era suficiente para que as zonas junto da costa fossem as menos povoadas, população nela existente vivia da agricultura, com o complemento da pesca.

Amélia Aguiar Andrade tem investigado o crescimento do litoral português durante a Idade Média, tendo concluído que o seu desenvolvimento se deu em três épocas distintas (Andrade, 2008, p. 14). A primeira entre 1249 (final da reconquista) e 1325 (final do reinado de D. Dinis); a segunda época está balizada entre 1325 (subida de D. Afonso IV ao trono) e 1415 (conquista de Ceuta); a terceira, já nas últimas décadas da época medieval, finais do século XV, tem mais a ver com a navegação, o contacto com outras regiões europeias e o desenvolvimento da fiscalidade sobretudo no que respeita aos novos métodos de cobrança e a criação de organismos administrativos e fiscais. A nós interessamos sobretudo a primeira e segunda época. A primeira, entre 1249 (final da reconquista) e 1325 (final do reinado de D. Dinis), foi a época de criação das estratégias para tirar o máximo partido das potencialidades económicas e fiscais do litoral, enquanto se garantia um maior domínio quer do mar quer dos rios mais importantes⁷⁵, utilizados como vias naturais de transporte quer de mercadorias quer das gentes. Tendo em conta que geograficamente Portugal era delimitado pelo oceano, era natural a preocupação dos monarcas em povoar a costa litoral⁷⁶, sobretudo em zonas passíveis de criar portos marítimos, que seriam úteis a Portugal durante a expansão comercial.

⁷⁵ “O controlo da foz dos rios mais importantes, a promoção da ocupação urbana dos pontos mais importantes da linha costeira, o fomento, a vigilância e o usufruto sobre as actividades portuárias, pesqueiras e salineiras, o estabelecimento da rede alfandegaria e ainda, um outro conjunto de iniciativas destinadas a favorecer actividades marítimas, designadamente a constituição de uma marinha de guerra, naturalmente associada ao fomento da construção naval” (Andrade, 2005, p. 73); “Os séculos XIII e XIV correspondem em Portugal, de norte a sul, à fundação e ampliação de inúmeras povoações no litoral [...] ligadas à necessidade de fixar gente para defesa da costa e para apoio ao comércio marítimo. [...]” (Quaresma, 1998, p. 48)

⁷⁶ “O litoral caracterizava-se ainda por uma paisagem específica na qual o mar e os rios eram elementos preponderantes e onde os núcleos portuários foram paulatinamente adquirindo algumas especificidades na organização do espaço, nomeadamente através da existência da Ribeira, um espaço imbricado nas suas formas e funções com a vida marítimo – fluvial e ainda, pela progressiva implantação de estruturas edificadas – alfândegas, taracenas, armazéns, pontos de venda e locais de secagem e tratamento dos produtos do mar – destinadas a apoiar as actividades ligadas à pesca, à comercialização, à construção e reparação naval bem como a albergar as estruturas administrativas e fiscais de enquadramento entretanto criadas e progressivamente aperfeiçoadas” (Andrade, 2008, p. 13)

Como anteriormente referimos foi durante o reinado de Afonso III, que surgem as primeiras referências a Sines. Ao contrário do que já foi dito, a primeira delas não se encontra num documento de 1272, relativo a um acordo entre D. Afonso III e o mestre da Ordem D. Paio — “*nenhum mouro forro seja recolhido em Sines, nem em qualquer outra vila pertencente à Ordem de Santiago sob pena régia*” (Soledade, 1982, p. 29) —, já que o diploma não menciona Sines, nem qualquer outra vila da Ordem. É noutro acordo de 1279, celebrado entre as mesmas personagens, que se lê na verdade a primeira alusão a Sines: “*E se per ventura alguua ballea ou balleato ou seream ou foca ou roaz ou musarana ou outro pescado grande que semelhe algum destes morrer em Sezinbra ou em Sines ou nos outros logares da Ordem que el Rey aja ende seu dirreito e de aas igrejas da Ordem a dizima daquel dirreito que hi ouver el Rey aly hu os pescados sobredictos matarem*” (Costa, 2006, pp. 268-269). Era a pesca e o mar que davam relevo a Sines, a qual, apesar de ser termo de Santiago do Cacém, tinha identidade própria e era colocada pelo monarca a par de Sesimbra. “[...] *alguum destes morrer em Sezinbra ou em Sines*” (Costa P. P., 2006, p. 268).

Com a expansão comercial, o mar tornou-se o principal meio de transporte de mercadorias, o que levou a que aumentasse a importância do porto de Sines, por ser o único entre Setúbal e Sagres, embora pequeno. Sabemos que começaram a ser exportados para a Europa, entre outros, frutos secos (figos e passas), sal vinho, azeite e mel, e que a Portugal chegavam tecidos. É natural que o porto de Sines fosse porto de escoamento dos produtos importados e exportados⁷⁷.

Durante o reinado de D. Dinis, tal como os seus antecessores, o monarca recorreu às Ordens Militares para repovoar e defender as vilas que iam sendo criadas, sobretudo as vilas portuárias junto à costa. Na opinião de Maria Cristina Fernandes, o reinado deste monarca é caracterizado principalmente pela definição da fronteira portuguesa, e pela preocupação com o povoamento do território e sua defesa (Fernandes M. C., 2002, p. 157). Por outro lado, Luís Oliveira refere que “*Ao contrário das restantes ordens*

⁷⁷ A pequena povoação de Sines enquanto termo de Santiago do Cacém, sob a égide dos espatários, afirmou-se como um dos raros pontos (portos) de escoamento dos produtos do Baixo Alentejo (cereais, cortiça, peixe ou carvão)” (Bastos, Dias, Batista, & Batista, 2012);

militares, cujas comendas tinham uma distribuição mais continental, as de Santiago concentravam -se em maior número nas zonas costeiras, de Cacela e de Tavira a Aljezur, passando por Santiago do Cacém e por Sines, por Alcácer e por Palmela e Setúbal, até Sesimbra e Almada” (Oliveira, 2019, p. 141). Para o investigador, a Ordem era atraída pelas lides do mar, justificando a sua afirmação com o facto de os conventos da Ordem — Palmela, Alcácer, Mértola — se localizarem perto do litoral.

Como refere Virgílio de Carvalho “*D. Dinis, terá compreendido ser necessário fazer de agricultores também marinheiros, porque a Portugal não chegaria apenas lavrar a terra. Impunha-se-lhe que lavrasse igualmente o mar, para sobreviver*”(Carvalho, 1988, p. 40). Efectivamente, D. Dinis terá percebido a importância que o mar tinha não só no que respeita à expansão comercial, como também no que respeita ao desenvolvimento da actividade piscatória⁷⁸. Disso fala uma carta datada de 1305, pela qual D. Dinis empresta “*a Joane Momedes e Bonanati, pelo tempo de 10 anos, [...] 1.500 libras e feitura de uma almadrava para pescar atuns, golfinhos, toninhas e espadartes, entre Sines e Setúbal [...] e pagariam a dizima e a sétima parte dos atuns, etc., que matassem*” (Marques, 1988, pp. 24-25 nº 33). Durante o longo reinado deste monarca, assistiu-se a um desenvolvimento económico do reino graças à expansão comercial, ao desenvolvimento da agricultura e actividade marítima. Mas também foi a época do fortalecimento das fronteiras do reino, através do tratado de Alcanices⁷⁹, e da conclusão da centralização da administração. Como refere José Mattoso, “*1325, - Data da morte de D. Dinis [...] momento final do período de criação e montagem dos principais órgãos do Estado monárquico português, agora dotado de instrumentos eficazes de centralização*” (Mattoso, 2015, p. 48).

Voltando às fases de crescimento do litoral português propostas por Amélia Andrade, a segunda época está balizada entre 1325 (subida de D. Afonso IV ao trono) e 1415 (conquista de Ceuta). Foi o período de apogeu comercial com o norte da Europa e da circulação de mercadores. Segundo Virgílio de Carvalho “*Portugal chegou, já no*

⁷⁸ No início de trezentos, entre Sines e Setúbal, havia actividade de pesca de atuns, delfins, toninhas, espadartes e corvinas, usando-se para tal armações especiais designadas “almadravas” (Gomes, 1996, p. 483)

⁷⁹ Tratado assinado entre D. Dinis e o rei de Leão e Castela D. Fernando IV que visou sobretudo a delimitação da fronteira do reino de Portugal.

reinado de D. Afonso IV, a pescar em longínquas águas francesas e inglesas.” (Carvalho, 1988, p. 40). No reinado deste monarca, Lisboa já “*era a cidade mais importante e populosa do reino*” (Fernandes C. V., 2006/2007, p. 144)

Considerada por alguns historiadores como o grande acontecimento social do reinado de D. Afonso IV, a Peste Negra dizimou 1/3 da população europeia. Com menos gente a alimentar e com falta de braços, vai haver uma diminuição das áreas cultivadas sendo os terrenos transformados em áreas de pastagem, o que quer dizer que o aumento da criação de gado veio substituir a agricultura, facto que originará uma carência de cereais e conseqüentemente um decréscimo no rendimento quer da Ordem, quer do monarca. As conseqüências da peste negra foram desastrosas para a agricultura do país, levando a que no reinado de D. Fernando fosse criada a Lei das Sesmarias que obrigava os proprietários a cultivar a terra perante a ameaça de elas lhes serem retiradas.

Para Sines, não possuímos dados documentais e bibliográficos para falarmos da existência de casos de peste negra. Embora saibamos que havia na vila tal como “*em muytas comendas muytas terãs baldias e desaproveitada*” (Soledade, s.d, p. p.45; *fl.* 24) e que na *Visitação de 1517* estão descritas uma série de determinações relativas a sesmarias (Soledade, s.d, pp. p.46-50; *fl.* 24-26). Serão estas terras *baldias e desaproveitadas* o retrato do que tinha acontecido no país por causa da peste? Será que as sepulturas sobrepostas da necrópole de Sines são conseqüência da peste? Talvez o tamanho da necrópole fosse pequeno para o elevado número de mortos. Questões que se podem colocar, hipóteses que se podem levantar, mas que só novas investigações poderão eventualmente dar resposta.

Esta segunda época é de apogeu da expansão comercial, quando o porto de Sines começou a ganhar importância, sobretudo por ser o único entre Setúbal e o Algarve, como se fosse outra “*porta aberta ao mar e ao mundo*”⁸⁰. A Sines, chegavam produtos vindos de outras partes do Alentejo, as quais posteriormente eram enviados nas caravelas para Lisboa, tornando assim o porto de Sines, porto abastecedor da cidade de Lisboa⁸¹. No

⁸⁰ Expressão utilizada por Carla Varela Fernandes no seu artigo “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa - A escolha de um lugar de memória”, acerca do porto de Lisboa.

⁸¹ Segundo António Costa que cita António Quaresma “*Dadas as condições dos acessos terrestres a Sines, o mar era uma estrada privilegiada de mercadorias e pessoas. Sines escoava sobretudo produtos*

foral da portagem de Lisboa, de 1377, o porto de Sines está referenciado como lugar de onde saía vinho, cereais, mel, peixe, carvão, e cortiça em direcção a Lisboa⁸². Temos assim uma população cujo sustento vinha do mar, quer através da pesca e do comércio marítimo, quer através de um conjunto de actividades que surgiram e que estão directamente relacionadas com o mar e com a actividade comercial, quer através da agricultura. A localização da vila perto da Serra do Cercal e da Serra de Grândola, onde predominavam grandes áreas de sobreiros e pinhais levou ao desenvolvimento das actividades relacionadas com a cortiça e madeira. Estas actividades proporcionam um aumento da capacidade económica das gentes, o que leva a que o povoado comece a crescer na medida das necessidades, o que se vai traduzir num desenvolvimento urbano.

O aumento da capacidade económica das gentes leva a que surja uma série de pequenos proprietários locais, os homens bons, que começam a manifestar o desejo de que o povoado de Sines passe a ter autonomia própria, separando-se assim da vila de Santiago do Cacém. Como se pode ler no sumário da carta de privilégios outorgada por D. Pedro, é este grupo de homens bons que vai pedir a D. Pedro jurisdição própria. “[D]om pedro pella graça de deus Rey de portugal e do algarue A quantos esta carta ujrem faço saber que os homeens boons de sines me enujarom dizer que se (1) fosse mjinha mercee de os fazer jsentos de sugeiçom de santiago de cacem cuja aldeia era e que fosse ujlla per ssy” (Marques A. H., 1984, pp. 323-324). E foi assim, durante esta segunda época, que, em 24 novembro de 1362 “Sines recebe estatuto de vila com jurisdição cível e crime, isenta da sujeição a Santiago do Cacém” (Pimenta, 2005, p. 149).

provenientes do seu termo e dos Concelhos vizinhos [...] nomeadamente Santiago do Cacém e Grândola, podendo o seu raio de influencia alargar-se ao Campo de Ourique” (Campos, 2017, p. 88)

⁸² “Titulo dos aueres que vierem dodemjra e de sines pela foz” (Marques, 1988, p. 53).

CAPÍTULO IV

Da carta de Privilégios ao século XVI

4.1- Forais versus Cartas de Privilégios

No que diz respeito aos forais, comecemos por lembrar que a sua doação não foi exclusiva dos monarcas. Fazia parte dos inúmeros poderes concedidos aos senhores e às ordens, o direito a concederem forais a territórios que governavam por doação régia.

Leontina Ventura designa o foral como o “*documento que criava ou legitimava um concelho reconhecendo a uma comunidade de homens livres regras de existência próprias e a capacidade de deliberarem e assumirem o poder local*” (Ventura, 1996, p. 558). Os séculos XII e XIII são a época em que mais forais foram concedidos⁸³, e os seus textos, escritos em latim ou português arcaico, “*foram instrumentos extraordinários de fomento do povoamento do território, contribuindo decisivamente para a atracção de população para determinadas regiões do país ou possibilitando o desenvolvimento de povoações já existentes.*” (Marques, 2012, p. 09).

Os poderes descritos nos forais e executados pelo concelho eram de natureza administrativa, fiscal e jurídica e diziam respeito à vida em comum das gentes, sendo que eram diferentes de vila para vila. Outra das características destes forais era estarem desactualizados em termos de conteúdo, o que seria expectável visto muitos destes forais terem sido doados dois ou três séculos antes. Compreende-se assim o pedido dos procuradores do povo, que nas cortes pediam a sua actualização, pese embora esta só viesse a concluir-se no reinado de D. Manuel.

Com uma linguagem mais actualizada, “*o fim dos novos forais era certificar a natureza e o quantitativo dos direitos reais, uma das principais fontes de receita do Estado e meio de recompensa de serviços prestados ao rei e ao reino*” (Marques M. A., 2017, p. 16). Reformar os forais antigos não foi tarefa fácil, nem rápida. Como refere

⁸³ “*A contagem dos forais por períodos indica-nos aproximadamente 90 para os séculos XI-XII, 207 para o século XIII e 49 para o século XIV, sendo os reinados mais foraleiros os de Afonso III, Sancho I e Afonso II, com médias anuais de cartas concedidas entre os 2,7 e os 2,2. Seguiram-se o de D. Dinis, o de Sancho II e o de D. Afonso Henriques*” (Marques, 1985, p. 145)

Maria Alegria Marques, “*a tarefa de actualização dos forais antigos implicava a recolha dos forais existentes, a rigorosa examinação de todos eles, de tombo e documentos avulsos necessários à correcta revisão de cada um deles, a recolha de informações dos homens-bons dos concelhos acerca dos direitos reais e respectiva forma de pagamento [...]*” (Marques M. A., 2017, p. 16). Entre 1496 e 1520, através de actualizações de forais pré-existentes, ou de forais concedidos a concelhos criados a partir doutros concelhos, foram feitos mais de quinhentos forais novos, sendo feitas três cópias de cada foral, “*dois completos que o rei assinava, [...] um resumindo ao essencial, o registo no “tombo”, isto é no livro que havia de permanecer no arquivo real*” (Marques M. A., 2017, p. 17).

É neste contexto de concessão de forais a concelhos criados a partir de concelhos pré-existentes que em 1512 foi concedido o foral a Sines⁸⁴, que será entregue na câmara por Alvaro Fragoso, procurador de Évora e da comarca de Entre Tejo e Odiana para efeitos do foral, em 1515⁸⁵. O conhecimento que se tem hoje sobre o foral manuelino de Sines é nos facultado pelas investigações de Maria Alegria Marques que se tem dedicado não só ao seu estudo, como à história local no período que antecedeu a concessão do foral, pelo que será no trabalho desta investigadora que nos iremos basear.

Em 1497, através de carta régia⁸⁶, é ordenado que se apurem “*as rendas, direitos reais, passagens, costumagem e o título e direito sob que eram devidos*” respeitantes não só à vila de Sines como a todo o concelho. Foi assim realizada uma reunião, assistida por todos quantos tivessem o direito em cobrar estas rendas com o objectivo de lavrar um documento que posteriormente seria enviado ao monarca⁸⁷. Na reunião realizada entre o concelho e Álvaro Anes, representante do alcaide D. Luís de Noronha, surgiram queixas dos homens do concelho e das gentes do mar. Os homens do concelho lamentaram-se do valor da portagem cobrada, já as gentes do mar tinham um maior número de protestos:

⁸⁴ O ano de 1512, “*foi o grande ano de concessão de forais ao Alentejo, num total de 42*” (Marques, 2017, p. 30)

⁸⁵ A vila de Santiago do Cacém recebeu o foral no reinado de D. Dinis. Sendo que este foral velho foi substituído pelo foral novo em 1510 tendo sido publicado em 1515.

⁸⁶ A reforma dos forais, levou a que todas as vilas e cidades do reino recebessem a mesma carta. Era a forma que o monarca tinha de saber o rendimento de cada território.

⁸⁷ A transcrição desta carta, feita por Maria Alegria Marques, pode ser consultada na obra *Sines na Idade Média- Da fundação do concelho ao foral manuelino* pp.60-61

queixaram-se da dizima do pescado e do sal e das exigências dos rendeiros do verde, que eram tantas que impediam a construção de navios. Também acusaram os homens da alfândega de cobrarem direitos de forma indevida sobre artefactos utilizados no dia-a-dia, bem como sobre outros destinados aos seus navios.

Ao lermos a transcrição do foral de Sines, aceitamos a opinião de Maria Alegria Marques que afirma que “*o documento espelha sobretudo a vida económica e fiscal do lugar, com fugidia informação sobre a administração local.*” (Marques M. A., 2017, p. 33). De facto, no que respeita quer à compra, quer à venda, quer à circulação, estão inventariadas no foral todos os produtos, todas as mercadorias passíveis de serem taxadas, o que nos permite saber que tipo de produtos existiam em Sines⁸⁸. Além destes produtos, as determinações descritas no foral permitem-nos perceber a vida em comunidade, os relacionamentos sociais, a própria hierarquia social. Por exemplo, do foral manuelino fazia parte uma lei relativa ao imposto que o vendedor de escravos deveria pagar⁸⁹. O que significa que além dos produtos vindos de além-mar que eram comercializados, também os escravos chegavam à vila e eram aí comercializados. A este propósito, recordem-se as escavações arqueológicas de Paula Pereira e Sónia Ferro (Pereira & Ferro, 2017, pp. 27-45), nas quais se identificou um esqueleto provavelmente de origem africana ou sul-americana⁹⁰, cujo espólio permite colocar a hipótese de se tratar de um comerciante de escravos. Talvez não fosse ele um caso único. No Auto de Posse do Castelo de Sines está referido que o comendador, Jorge Furtado de Mendonça, durante as obras no castelo, transformou as cavalariças em cozinha e despensa, sendo que as cavalariças passaram

⁸⁸ Os produtos locais, os que transitavam pelo porto de Sines, os que eram fruto dos descobrimentos, encontram-se enumerados por Maria Alegria Marques na obra *Sines na Idade Média- Da fundação do concelho ao foral manuelino* pp. 35-36

⁸⁹ “*De escravo ou escrava que se vender huum reall e cinco ce_i_s e se se forar per qualquer comçerto que fizer com seu senhor pagara a dizima de todo o que por sy der pêra a dita portagem e se se venderem com filhos de mama não pagarão senão polas mains e se se torcarem huns escravos por outros sem tornar dinheiro não pagarão e se se tornar dinheiro por cada huma das partes pagarão a dita portagem e a dous [fl.10] dias despois da vemda feita iram arrecadar na portagem as pesoas a isso obrigadas.*” (Marques M. A., 2017, p. 71)

⁹⁰ “*Este individuo apresentava mutilações dentarias nos incisivos superiores, que são compatíveis com alterações rituais dentarias tipicamente africanas ou sul americanas*” (Pereira & Ferro, 2017, p. 41)

para um outro edifício, igualmente destinado aos seus escravos (Azevedo, 1905, p. 103). Já a *Visitação de 1565* determina que os “*senhores dos escravos que / os mandim a doutrina ao menos aos domingos e fes/tas de guarda e assy os mandem passar na quares/ma*”, facto que atesta que os escravos das gentes mais abastadas deviam ser comuns na vila.

Voltemos às cartas de privilégio. Inicialmente eram doadas àqueles que por um motivo ou outro eram agraciados pelos monarcas. Posteriormente, passaram a ser utilizadas como documentos reais que concediam um conjunto de privilégios a determinada vila ou lugar, permitindo assim o seu crescimento e a sua afirmação. É o que sucede no lugar de Sines. “*O documento que concede a autonomia administrativa a Sines não recebe o nome de foral, mas reconhece o direito económico, fiscal, e demográfico da vila. [...] A carta limita-se a definir a jurisdição do concelho, a eleição dos magistrados próprios e a obrigatoriedade de respeitar o senhorio, a Ordem de Santiago de Espada*” (Patricio, 2017, pp. 67-68). Em 24 novembro de 1362, D. Pedro outorga um conjunto de privilégios, entre os quais a autonomia de Sines: “*Tenho por bem e mando que o dicto lugar de sines seja jssento da sugeiçom de santiago de cacem cuja aldea era E que seia villa per ssy e que aia jurdiçom do ciuel e do crime como ham as outras ujllas da hordem de santiago*” (Marques A. H., 1984, pp. 323-324). Em contrapartida, os homens bons comprometiam-se em “*fazer aquelle muro que ora hi he compeçado per ssy*” (Marques A. H., 1984, pp. 323-324).

O muro, a muralha, nas palavras de Luísa Trindade, “*a cerca*”, tem um enorme papel argumentativo na criação de novas vilas (Trindade, 2009, p. 148), sendo que a sua dimensão é representativa do tamanho da vila. Quer isto dizer que quanto maior for a muralha, maior é o número de habitantes. Já a sua existência, tem sobretudo um carácter defensivo, simbolizando o poder militar do concelho e da Ordem. Se considerarmos que a vila se localiza junto à faixa costeira, percebemos a sua vulnerabilidade a ataques vindos por mar. Como lembrava o rei, seria “*grande guarda da mjnha terra porque aquel lugar esta em aquella costa do mar E pero que stando assy desçerado podia per hi aa mjnha terra recrecer grande dampno*” (Marques A. H., 1984, pp. 323-324). Podemos assim concluir que Sines tinha todas as condições para ser elevada a vila.

O monarca também concedeu o privilégio aos homens-bons de elegerem “*seus Juizes pera fazer djreito e justiça e façam seus officiaões segundo he custume de fazer nas outras villas e lugares da omarca da dicta hordem E que essa enleiçom que assy fizerem dos dictos Juizes que a enujem ao meestre de santiago que lha confirme como faz aas outras ujllas dessa hordem E por esto nom seia factio perjuizo ao dicto meestre e hordem em djreito ou djreitos alguus se o hi ham ou auer deuem*” (Marques A. H., 1984, pp. 323-324). Ou seja, os homens bons tinham o privilégio de eleger juízes embora a sua confirmação dependesse da Ordem.

Após a sua elevação a vila, foi delimitada a área do termo. Como está descrito no preâmbulo do diploma datado de 1364 intitulado *Da juridiçom e termo de Sines*, foi feita a delimitação do termo do concelho “*me enujarom dizer que eu lhes fiz mercee e os fiz jsentos da sugeiçom de santiago de cacem cuja aldeã era polla // qual razam madey (sic) meu recado ao mestre de santiago que lhes fizesse dar termo conujnhauel desse de dantiago aquel que visse que lhes era compridoiro de guisa que eles e seus gaados o pudessem bem passar E o dicto logo de santiago nom ficase muy danjficado*” (Marques A. H., 1984, p. 451). Para essa tarefa, o mestre da Ordem nomeou Estêvão Domingues Falporinho, “*que lhe assignou por marcos e diuijsões certas segundo entendeo que lhes era compridoyro e o eles bem poderiam passar*” (Marques A. H., 1984, p. 451).

Segundo António Quaresma, inicialmente “*|...| o termo, de cerca de 630 km² de área, era limitado |...| a poente possuía uma frente costeira iniciada, a norte, junto à ribeira da Sancha, e terminada, a sul, na foz do rio Mira; para o interior, o termo alongava-se sensivelmente na direcção de sueste, até aos concelhos de Panóias, Garvão e Odemira, e incluía os lugares do Cercal e de Colos*” (Quaresma, 2012, p. 76). Em troca, mandou que as gentes de Santiago de Cacém os “*ajudassem a fazer o muro do dicto logo de sines com entendimento que se se tiuesem por agrauados em no termo que lhes satisfariam pera ajuda do dicto muro*” (Marques A. H., 1984, p. 451). Esta delimitação não foi definitiva. A acção do mestre não agradou às gentes de Sines que se queixaram ao rei, dizendo que “*em este termo que lhes assy ora do dicto mestre leixara nom poderiam auer mantijmento eles nem seus gaados nem outrossy nom podiam hi auer madeira e nom se podiam em elle manter*” (Marques A. H., 1984, p. 451), e pedindo ao rei “*que sobre esto lhes ouuese alguu remedio*” (Marques A. H., 1984, p. 451). O rei

encarregou “*gonçalo steuez pam e agoa morador em beia que chegase hi que visse esses termos tambem esse que lhes primeiramente foy dado de que ajnda diziam que eram agrauados como este que lhes ora ho mestre deu de que diziam que eram mujto / mais agrauados e que visse os dictos termos e como os moradores do dicto logo de sines o podiam mjlor passar com os seus gaados*” (Marques A. H., 1984, p. 451),

Após a confirmação de Gonçalo Esteves “*que neste termo que lhe ora postumeyro foy dado pollo mestre e nom podiam bem passar eles nem seus gaados porque nom há hi agoa nem madeira nem terra de laurar*” (Marques A. H., 1984, p. 452), o monarca deu razão às gentes de Sines, tendo confirmado a delimitação feita inicialmente por Estevam Dominguez Falporinho. Assim o concelho de Sines “*era delimitado, a norte, por Santiago do Cacém assim, o concelho de Sines, a este com Garvão, Odemira e Panoias e a sul com o rio Mira*” (Patricio, 2017, p. 68). *Ou seja, o concelho teria ficado sensivelmente com a área delimitada inicialmente. Os 630 km².*

Em 1486, o termo do concelho sofreu novas alterações. Preocupado com a defesa da costa litoral, D. João II criou Vila Nova de Milfontes⁹¹, sendo que para tal retirou ao concelho de Sines a zona do Rio Mira e parte do Cercal. Para Bastos, Dias, Batista, & Batista, o motivo desta vila nova era “*o facto de ser o único ponto fiável de abrigo com vocação portuária e com possibilidade de estabelecimento de interface com o interior (especialmente Odemira) através da navegação pelo rio Mira. [...], o estuário do Mira era a porta de entrada e saída marítima de Odemira, pelo que é lógico que perto da sua*

⁹¹ “*Dom Joham etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que consideramdo nós quamto [com] vem a nosso serviço e dos reys nossos socesores hem homrra [e] defemsam destes nossos regnno w da coroa deles fazerem se povoações, lugares e fortallezas nas foromtarias e extremos deles maiormente nos lugares e portos de mar de que tamto serviço [e] homrra cada dia os reys destes regnno e o povo jerallmemte recebe.//Portamto queremdo nós isto com a graça de Deus bem poderemos poer em obra e o comprir e assy e comsiramdo per comseguimte cama azado e comviniemte he a foz d’Odemira pera se nella alguña povoraçam e villa fazer, portamto nós per esta presemte nossa carta queremos que na foz e boca do dicto rio homde chamam Milfontes da parte comtra o de Sines se faça huña villa e povoaçam de quaaesquer pessoas que a ella quiserem hir, viver morar o qual luguar e asemtamemto logo desd’aguora pera todo sempre desmembramos da juridiçam e senhorio da dicta villa e comenda de Sines do mestrado de Samtiagu do qual o dito luguar e asemtamento de Milfontes era termo e o fazemos, ordenamos, comstituymos, edificamos per luguar e villa apartada e sobre sy, aquall queremos que sobre sy aja jurisdição como a tem o dicto luguar de Sines e os semelhantes do dicto mestrado e se chame villa de Milfontes*” (Marques M. A., 2017, p. 55)

foz se tenha começado a desenvolver um povoado de apoio à navegação” (Bastos, Dias, Batista, & Batista, 2012).

Para estes investigadores, Vila Nova de Milfontes foi criada como couto de homiziados, ou seja, vilas que eram criadas em locais susceptíveis de serem atacados, e para os quais eram enviados os indivíduos que tinham praticado crimes, onde viviam durante o período da pena que teriam a cumprir. A estes indivíduos, cabia-lhes defender e garantir as vilas para onde tinham sido enviados. Garantia-se assim o povoamento das zonas do litoral mais vulneráveis a ataques.

Em 1499, o termo do concelho voltou a sofrer alterações, quando D. Manuel decidiu elevar o *“luguar dos Colos per privilegio por que he feito villa e desmembrado da jurdiçam de Synes cujo termo era”* (Marques M. A., 2017, p. 63), sendo a decisão justificada com o número de habitantes e com a distância que separava a vila de Sines do lugar de Colos⁹². Fixa-se assim a área do concelho de Sines nos 530 Km² (Quaresma, 2012, p. 77)

Nos finais do século XIV, a vila era descrita como *“estaa em porto de maar e que na dita villa nom ha castello nem çerco nehũu em que se possam defemder aos jmiguos”* (Marques, 1988, p. 441 n°581). Tendo em conta o que dissemos até aqui, é possível concluir que as obras iniciadas para *“fazer aquelle muro que ora hi he compeçado per ssy”* (Marques A. H., 1984, pp. 323-324), não só continuavam por terminar, como o que estava construído não permitia fazer *“çerco nehũu”*. Outra conclusão é que o *fortelitio* do século XIII seria muito pequeno, sem grande semelhança arquitetónica com um castelo

⁹² *“Dom Manuel etc., fazemos saber a quantos esta nossa carta virem [...] o lugar de Collos que he asetuado no termo da villa de Synes amtigamente foy sempre muy pequeno e de muy pouca povoraçam e agora Nosso Senhor seja louvado he tamto acrecentada nelle a povoraçam que e já maior que a dita villa de Synes cujo termo ateequy foy e como por si sete legoas da dita villa de Sines nam pode ser dela asy governado e rejido em justiça como o nosso serviço e bem dos moradores deve comprir pelo que ainda leixa de mais crecer a povoraçam e seus bens tamto como fora sendo villa e tendo officaaes e justiça na terrasegumdo costumw das outras villas de nossos regnnos. E porque a verdade de ser polas cousas de justiça as ditas sete legoas lhe he grande presam e perdimento de suas fazendas e querendo nós a esto prover em maneira que se faça como compre a serviço de Deus e nosso crecentamento da ordem de Santiago cujo o dito lugar he a bem dos moradores do dito lugar e dos Colos <nós> de nosso propeo moto sem no lo eles requererem nem outrem per eles avemos por bem fazermos do dito lugar dos Collos villa e atirarmos e desmembramos <des> do termo de Sines”* (Marques M. A., 2017, p. 63)

e sem garantir uma defesa eficaz. Mas também poderemos colocar a hipótese da estrutura existente desde o século XIII se ter deteriorado de tal forma que praticamente não oferecia qualquer segurança, motivo pelo que não foi referido na carta de privilégio. (Marques, 1988, p. 441 n°581).

Segundo António Quaresma, o castelo ainda não estava concluído em 1423. Para tal, baseia-se numa informação tardia, incluída num relatório militar de 1856, segundo a qual Francisco Neto Chaínho teria pedido, em 1424, que o castelo servisse de refúgio às gentes de Sines em caso de investidas dos corsários sarracenos (Quaresma, 2012, p. 86). Esta datação parece ser confirmada pela sugestão de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares⁹³. Seja como for, sabemos que a estrutura construída era composta por alcáçova, torre, pátio e residência, “*onde viveram os comendadores da Ordem de Santiago: Estevão da Gama, Luís de Noronha, Jorge Furtado de Mendonça e Lopo Furtado de Mendonça*” (Pereira P. , 2018, p. 49). A área amuralhada não era grande, mas esta era um dos pontos centrais da vila e das suas gentes. A arqueologia recuperou aí um conjunto significativo de cerâmica esmaltada, proveniente de Sevilha e datada do século XIV ao XVI⁹⁴, facto que atesta o nível de vida dos comendadores, por certo mais endinheirados, mas também as relações comerciais que então animavam o porto da vila.

4.2 - Os poderes

Os poderes existentes em Sines são consequência das jurisdições reconhecidas pela Coroa e da política de centralização governativa existente em todo o território. Quer isto dizer que em Sines, o poder dividia-se entre os funcionários que representavam o rei, os freires da Ordem de Santiago, e o concelho. Aquilo que Emmanuel Pereira apresenta como um “*entrecruzamento de poderes*” (Pereira, 2014, p. 145). O nosso objectivo neste

⁹³ “As escavações arqueológicas realizadas por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares no interior do Castelo revelaram que o castelo terá sido construído durante o século XV” (Pereira P. , 2018, p. 05)

⁹⁴ A cerâmica esmaltada que “correspondem a serviços de mesa importados, produzidos em Sevilha” enquadra-se “na fase em que o castelo era habitado pelos comendadores da Ordem de Santiago: Estevão da Gama, Luís de Noronha, Jorge Furtado de Mendonça e Lopo Furtado de Mendonça” (Pereira, 2018, p. 49)

apartado é perceber de que forma esses poderes surgiram, se organizaram, e se relacionaram.

4.2.1 - Concelho

“Tem-se considerado o século XIII como a época de ouro do poder concelhio, pois foi então que se acentuou a política de concessão de Cartas de Foral e a da consequente formação de concelhos, no quadro da política intensiva de povoamento do território” (Caetano, 2011, p. 75)

Compreender o funcionamento do concelho⁹⁵, significa perceber a sua origem e a forma como este evoluiu. Leontina Ventura caracteriza-o quanto à sua composição, como estando formado pela *“sede (a cidade, vila ou cabeça da aldeia) e seu termo (o campo, com o seu espaço de cultivo)”* (Ventura, 1996, p. 561). Efectivamente, a origem dos concelhos está nos pequenos povoados que se regiam, inicialmente, a si próprios e onde os habitantes, ou vizinhos, sempre que necessário, organizavam reuniões, os *concilia*, geralmente no adro da igreja ou nos espaços públicos, nos quais eram resolvidos, entre todos, os problemas que dissessem respeito à vida em comunidade. Quer isto dizer que inicialmente os concelhos eram autónomos, funcionavam por si sem intervenção real, tendo em conta as suas regras, usos e costumes.

A evolução que depois se verificou na forma de funcionamento do concelho⁹⁶ foi consequência das estratégias governativas do monarca, no sentido em que a necessidade de defesa e repovoamento do território levou a que os monarcas concedessem de início cartas de foral, elevando pequenos povoados a vila e reconhecendo aos homens livres desses povoados as suas *“regras de existência próprias e a capacidade de deliberarem e assumirem o poder local”* (Ventura, 1996, p. 558). Ou seja, o monarca reconhecia o concelho como organismo governativo, capaz de administrar determinado território. O

⁹⁵ *“[...]organização praticamente uniforme em todo o reino, assente na existência de oficiais e magistrados concelhios, recrutados de entre a comunidade de vizinhos – de que emanavam, que os legitimavam e a que serviam”* (Caetano, 2011, p. 69).

⁹⁶ Os concelhos aparecem nos diplomas régios a partir do século XIII sendo que muitas vezes eram pequenos povoados que pertenciam a concelhos já existentes e que por terem capacidade de se regerem enquanto concelho autónomo eram elevados a concelhos.

concelho tornou-se assim, a “*unidade básica ao nível da administração*” (Marques A. H., 1987, p. 315).

Com o tempo, os povoados evoluem não só em termos demográficos como económicos, o que vai originar uma nova dinâmica na organização das reuniões. Já não é toda a gente que participa e o poder de tomar decisões passa a ser tarefa dos homens bons. O mesmo se aplica ao sítio onde as reuniões, agora assembleias, eram realizadas. Que deixam de ter lugar em espaço público exterior e passam para o interior de um edifício⁹⁷. Sabemos pela *Visitação de 1517* que, em Sines, a casa da câmara ficava perto da igreja. Na *Visitação* refere-se “*hum chão que tem a dita Igreja no adro apegado com a casa do Concelho*” (Soledade, s.d, p. 72 fl. 37).

À excepção da região do Entre-Douro e Minho, que era governada pelos senhores, no resto do reino existiam os concelhos governados pelos homens bons e quase sempre dependentes de ordens religiosas⁹⁸. Aliás, tal como as ordens religiosas foram as grandes aliadas do monarca durante a reconquista, o concelho foi o grande aliado dos monarcas numa época em que era necessário zelar pela continuidade do povoamento existente, assegurando a defesa do território.

O próprio foral não só tinha outorgadas um conjunto de leis de âmbito político, fiscal e judicial que seriam aplicadas pelos homens bons do concelho, como também lhes atribuíra o direito de eleger os seus juízes e oficiais. Ainda assim, o poder do concelho não era absoluto, pois existia sempre uma certa dependência não só do monarca como da Ordem de Santiago. Se a dependência do monarca se manifestava através de um conjunto de oficiais que o representavam e que controlavam a administração da justiça no concelho, recolhiam impostos, controlavam a actividade militar, a dependência da Ordem

⁹⁷ “Os velhos «concelhos abertos» de que falam todos os medievalistas, constituídos por todos os vizinhos, reunidos mais ou menos informalmente ao ar livre ou em lugares de acesso incondicionado, vão dar a lugar aos «concelhos fechados” (Caetano, 2011, p. 69)

⁹⁸ “Em quase todo o Norte, o número de concelhos mostrava-se muito reduzido [...] Mas quanto mais se descia para Sul, mais numerosos se mostravam os concelhos. Correspondiam a fases modernas da “Reconquista” e à necessidade de atrair povoadores concedendo-lhes imunidades e privilégios” (Marques, 1985, p. 146)

manifestava-se nas confirmações a que o concelho estava sujeito, quer fosse na eleição de juízes e oficiais, quer na confirmação das posturas ⁹⁹.

De facto, a política de repovoamento e defesa do território existente desde a reconquista originou um acréscimo no número de concelhos, quer através da divisão dos concelhos existentes, cujas áreas eram diminuídas através da elevação a vilas de pequenos povoados que faziam parte do seu termo. Como anteriormente referimos, foi o que sucedeu com Sines, ou com Colos e Vila Nova de Milfontes, ambas do termo de Sines e que no século XV foram elevadas a vilas. Era esta uma forma de atrair gente e de povoar as zonas do litoral ou do interior.

Quanto ao conjunto de oficiais do concelho (procurador, tesoureiro, escrivão, juiz dos órfãos, vereador), as competências e obrigações que de cada um encontravam-se descritos nas *Ordenações Afonsinas*, no *Livro I*¹⁰⁰. Manuela Mendonça divide os oficiais locais em três grupos diferentes. Os que faziam parte das câmaras e eram eleitos pelos homens-bons (vereadores, juízes e almotaces), além do procurador do concelho e do tesoureiro (Mendonça, 1991, pp. 309-310). Não foi possível identificar os funcionários concelhios de Sines para o século XIV, embora saibamos que a maioria dos cargos existia. A partir do século XV a situação é diferente. Sabemos que cargos existiam e quem os desempenhava. Assim, sabemos que existia:

- O procurador, a quem cabia controlar as despesas e receitas, por outras palavras, gerir as finanças do concelho e representá-lo nas reuniões da corte (Caetano, 2011, p. 72). O seu cargo era de tal modo importante que nos concelhos onde não existisse o cargo de tesoureiro¹⁰¹, poderia ser o procurador a desempenhá-lo. Foi o caso de Sines, onde o procurador do concelho também exercia o cargo de tesoureiro (Silva S. C., 2018, p. 233). Temos conhecimento que, em 1424, Francisco Neto Chaínho, era procurador do povo (Quaresma, 2012, p. 86). Como nem todos os procuradores eram alfabetizados¹⁰², era

⁹⁹ *“Leis de âmbito local que regulavam todos os aspectos do quotidiano económico e social, do abastecimento aos locais de venda do mercado, do tabelamento dos preços à aferição dos pesos e medidas, há higiene e saúde ao urbanismo”* (Coelho, 1996, p. 562)

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l1ind.htm>

¹⁰¹ *“A nomeação de um tesoureiro do concelho data somente de 1770”* (Silva, 2018, p. 240)

natural que possuíssem um escrivão para registar os actos administrativos do concelho. Já os contadores tinham a tarefa de fiscalizar o escrivão e o tesoureiro, como Fernando Anes Leitão, que desempenhou o cargo de contador, de tabelião e de escrivão¹⁰³.

- Os juízes dos órfãos eram indivíduos que viviam na localidade, sendo que por vezes não possuíam qualquer formação jurídica. O cargo poderia ser vitalício, tanto mais que “nas cortes de 1490, determinou-se que fossem extintos os juízes dos órfãos e que fossem anuladas as cartas regias que concediam o ofício com caracter vitalício e que as câmaras elegessem os magistrados de três em três anos” (Silva S. C., 2018, p. 270). Ao juiz dos órfãos cabia inventariar os bens que possuíam os órfãos. Até às Ordenações Manuelinas, o cargo era desempenhado pelos juízes ordinários. Só a partir do século XVI é que são conhecidos alguns dos indivíduos que desempenharam o cargo de juiz dos órfãos. Francisco de Carvalho¹⁰⁴, foi juiz dos órfãos no reinado de D. Filipe II, e Simão Machado de Brito, tabelião entre 1689-1690, foi eleito juiz dos órfãos (Silva S. C., 2018, p. 286).

Os vereadores têm origem nos vizinhos, são eleitos pelos habitantes da vila e confirmados pelo mestre da Ordem. Maria Alegria Marques e Humberto Moreno são unânimes em referir o Regimento dos Corregedores como a primeira referência clara aos vereadores. Criado com o “propósito de regularizar o funcionamento do corpo desses magistrados” (Moreno, 2004, p. 217), cujas funções foram “fixadas na fórmula todas aquelas cousas que forem prol e bõo vereamento de suas vilas ou jugados” (Marques, 2012, p. 11). Aos vereadores, cabia, “*faber, e requerer todollos beês do Concelho, affy propriedades, e herdades, cazas, foros, se fom aproveitados, como devem, e os que acharem mal aproveitados, fazellos adubar e correger. |...| “saber como os caminhos, fontes, e chafarizes, pontes, e calçadas, e muros, e barreiras fom repairados; e os que cumprir de fe fazer, e adubar, e correger, mandallas fazer, e repairar; e abrir os caminhos, e testadas em tal guifa, que possam bem servir por eles”* (Heitor, p. Lv. I Tit.

¹⁰² “Os procuradores de Sines tinham um conhecimento da escrita inferior (68%)” (Silva, 2018, p. 236)

¹⁰³ Chancelaria Filipe II livro 23 fl.38 e livro 24, fl. 43 (Soledade, 1982, p. 56).

¹⁰⁴ Chancelaria Filipe II livro 14 fl.247 (Soledade, 1982, p. 56)

XXVII). Pela *Visitação de 1517*, sabemos que Sines tinha vereadores, embora não saibamos o seu nome.

O poder do concelho não era unicamente representado por este conjunto de funcionários, mas também pelo selo do concelho, pelo pelourinho¹⁰⁵ e pela forca. O selo, que normalmente se guardava juntamente com a documentação na arca do concelho, só surge mencionado na documentação no século XVII (Silva, 2018, p. 422), não se sabendo desde quando existiria. Já o pelourinho — “*símbolo e padrão maior da autonomia, do poder e das liberdades locais erguia-se em todas as velhas comunidades portuguesas detentoras de estatuto concelhio, fosse qual fosse a sua condição de concelho, honra ou couto*” (Caetano, 2011, p. 223) — surge representado no mapa de Turriano, na Praça Ribeirinha, onde também se situava a casa da câmara. A localização dos pelourinhos junto à casa da câmara era normal nos concelhos portugueses e remonta à Idade Média e aos princípios do Século XVI” (Caetano, 2011, p. 225).

Segundo António Rosa¹⁰⁶, a construção dos pelourinhos fez-se em dois grandes períodos: «*um primeiro, do século XII aos séculos XIV-XV, e um segundo circunscrito à primeira metade do século XVI, datando dessa época a maioria dos monumentos que chegaram até nós*». *O primeiro corresponde a uma fase em que a estrutura está essencialmente associada à execução de funções judiciais, ao passo que a partir de Quinhentos ele assume uma natureza essencialmente simbólica e artística e desempenha uma função publicitária, dado ser o local onde são afixados éditos e alvarás, entre outros documentos*” (Rosa, 2014, p. 34). Assim, tendo em conta a sua existência nos finais do século XVI, incluímos que o pelourinho da vila pertence a segunda fase de construção, assumindo *uma natureza essencialmente simbólica e artística e desempenha uma função publicitária, dado ser o local onde são afixados éditos e alvarás, entre outros documentos*” (Rosa, 2014, p. 34). Quanto à forca, esta estava sempre localizado fora das

¹⁰⁵ “*Depois dos edifícios camarários, os pelourinhos afirmaram-se como o principal símbolo municipal, corporizando o poder judicial do concelho. Nos pequenos municípios, que não dispunham de rendimentos suficientes para erguer paços dignos, o pelourinho podia ser mesmo o único símbolo de poder municipal.*” (Barroca, 2002, p. 150)

¹⁰⁶ O autor cita um artigo de Ana Cristina Leite, “Os Centros Simbólicos” in *História da arte portuguesa*, vol. 2, pp. 69-113.

localidades, em espaços literalmente ermos” (Caetano, 2011, p. 228). Segundo António Quaresma, a forca de Sines situava--se perto da estrada de Santiago do Cacém (Quaresma, 2012, p. 80).

4.2.2 - A Ordem de Santiago

Podemos considerar a existência de algumas semelhanças entre os senhorios e as vilas das ordens religiosas/militares, ambos são fruto de doação dos monarcas em troca do auxílio prestado durante a reconquista. Tendo em conta que o nosso objecto de estudo é a vila de Sines, comenda da Ordem de Santiago, analisaremos unicamente os poderes que consideramos que a ordem tem, mormente o poder fundiário e administrativo.

O poder fundiário da Ordem manifestava-se no número de propriedades que possuía e nas rendas que recebia. No que respeita a Sines, através dos fólhos 2v e 3r da *Visitação de 1480*, identificamos três reguengos da Ordem: “*Reguengo da Ordem, a saber, sem triigo, centeeo e cevada [...] Reguengo do Povo, a saber, dos moradores da dicta vila de Synes e seu termo, do qual pom pagom os lavradores aa Ordem ho terço e dizimo [...] Outro regueengo que parte co o rossiio da dicta vila honde estam as ortas foreiras aa Ordem, do quall se paga de todo pom ho terço e dizimo. [...] hũua vinha do Romão [...] huum forno de telha junto co o castelo [...] ho moyinho do Cubo [...] outro moyinho a fundo*” (Fonseca, 1999, pp. 286; 2v-3r). De acordo com essa visitaçãõ, as rendas da Ordem orçavam entre os 18.450 e os 18.550 reais por ano¹⁰⁷.

Na *Visitação de 1517*, referem-se dois reguengos, o “*Reguemgo a que se chamam a pedra [...] Outro Reguemguo a sam sebastiam*” (Soledade, s.d, pp. 84-85 fl. 43v-44), mais um forno de telha, o qual, dada a sua localização “ *[...] no Resyo (Rocio)*” (Soledade,

¹⁰⁷ “*a dizima da ribeira da dicta vila de Synes, a qual ha o dicto Pero Alvarez – X [mil] reais [...] a portagem ha o dicto Estevom da Gama. Rende huuns anos por outros dous mil reais – II [mil] reais [...] outra portagem da sahida da foz que el Rei mandou levar novamente rende cada ano – I [mil] reais [...] as pensões dos taballiãaes [...] a saber, dous taballiãaes- novecentos reais cada hum que som I [mil] blif reais [...] os linhos e lãas, frrangoos, alhos e cebolas e outras meuças rendem huns anos por outros- I [mil] b° reais [...] as conhecenças rendem huns anos por outros duzentos e cinquenta reais [...] cordeiros rendem huuns anos por outros mil e quinhentos reais [...] bacoros rendem huuns anos por outros duzentos, ttrezentos reais [...] poldros, burros, florões huuns anos por outros – If reais*” (Fonseca, 1999, p. 287; 3r).

s.d, p. 85 *fl.44*), não podemos afirmar que seja o mesmo referido na Visitação de 1480. Também voltam a ser referidos os dois moinhos da Ordem, sendo que segundo a *Visitação de 1517*, um deles era explorado por “*Vasco da Gama e lopo/memdez seu cunhado de que/paga foro a a estrouto mojnho/ da ordem*” (Soledade, s.d, p. 85 *fl.44*). Na mesma Visitação são descritas as propriedades da ermida da Nossa Senhora das Salas¹⁰⁸, do hospital e da igreja de São Salvador, sendo que as rendas das propriedades desta igreja são entregues à sua fábrica. Do fólio 36 ao 37 está descrito o “*Titulo das propriedades que a Igreja Do Salvador desta vila, e a fabrica dela tem*” (Soledade, s.d, pp. 70-72: *fl.30-37*), com um rendimento anual de 176.50 reis. Já o *fl. 41* tem descritas as rendas que a Ordem recebe na vila de Sines e seu termo. Pertence à Ordem o dízimo do pão, vinho, azeite, linho, favas e tremoços e todos os outros legumes, furões, fruta e hortaliça de toda a espécie, do mel e dos enxames, dos frangos e patos, do gado, dos queijos de vaca, ovelha e cabra, da manteiga e dos moinhos (Soledade, s.d, p. 80: *fl.41*).

Em 1565, segundo o *Tombo das Propriedades da vila de Sines e de Santiago do Cacem* de¹⁰⁹, a ordem tinha em Sines três vinhas, quatro casas, seis hortas, três pedaços de chão, uma courela, um pedaço de terra, um vale com árvores de fruto. Estas propriedades rendiam-lhe anualmente um total de 1.072 mil reais.

Podemos dizer que ao poder fundiário da ordem acrescia um poder administrativo visível na forma como controlava e administrava os seus bens patrimoniais. Este controle era feito através das visitas realizadas às comendas, quando inspecionavam todas as propriedades que possuíam *como também as condutas quer dos comendadores, quer dos priores*. “*Nomeadamente, a legalidade da posse do hábito e da comenda*” (Costa, 2012, p. 407), sendo que tinham poderes para tomar decisões sempre que necessário. Tal poder da Ordem remonta “*ao tempo da Bula de fundação, outorgada por Alexandre III em*

¹⁰⁸ São identificadas seguintes as propriedades: da Ermida de Nossa Senhora das Salas, uma horta e duas vinhas (Soledade, s.d, pp. 22-23 *fl. 11v-12*); a Capela de Mem Piriz, possui cinco vinhas que lhes foram deixadas em testamento, seis pedaços e meio de terra cultivável (courelas), e um curral (Soledade, s.d, pp. 31-32 *fl. 16-16v*); A Igreja de São Salvador possui uma terra, cultivável, , um curral e um poço, quatro vinhas, , uma horta e, uma casa (Soledade, s.d, pp. 70-72 *fl 36-37*)

¹⁰⁹ O *Tombo das Propriedades da vila de Sines e de Santiago do Cacém* esta incluído no livro 238 da Ordem e Santiago. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251483>

1175, que lhes conferia legitimidade para governar as suas igrejas e os seus povos, definindo os seus privilégios e isenções” (Fernandes, 2002, p. 132)

As visitas que a Ordem fazia às vilas que lhes tinham sido doadas, e a forma como estas decorriam são testemunho desse mesmo poder. A leitura destes documentos revela a atenção que era dada não só as igrejas e ermidas da Ordem, bem como à forma como se desenvolviam as actividades quer dos priores, quer dos freires, sendo que cabia à Ordem a nomeação daqueles. A *Visitação de 1517* a Sines inicia-se com a inquirição ao prior, a quem são colocadas diversas questões, desde a validade do título do seu hábito, às suas obrigações, ou à existência de alcoviteiras e de feiticeiras na vila (Soledade, s.d, pp. 4-7 fl.2v-4). A *Visitação* desenrola-se depois com a visita da Igreja de São Salvador, onde são identificados com pormenor os espaços, inclusive da capela-mor¹¹⁰, a decoração e a alfaias litúrgicas. Da arquitetura¹¹¹ à decoração¹¹², tudo é anotado pelos visitantes, o que nos dá uma visão de como seria a igreja de inícios do século XVI. A especificidade da visita à igreja também é visível nas medidas que os visitantes tiraram ao adro da igreja¹¹³, o que levou Luísa Trindade a fazer uma reconstituição desse espaço. Assunto a que mais tarde voltaremos em capítulo próprio.

Antes de analisarmos o poder administrativo da ordem na vila de Sines e quem eram os indivíduos que exerciam essas funções, devemos ter presente que embora a

¹¹⁰ *“loguo visitamos a capella moor da dita Igreja; aquall he de pedra e caall e he olivellada e a paredes della sam todas pymtadas de pymturas já velhas”* (Soledade, s.d, p. 09 fl. 5)

¹¹¹ *“E o corpo da dita Igreja he de três naves e na ombreira delle da parte do evangelho estaa huum alltar da emvoçam de nossa senhora wm que estaa a Imagem de nossa senhora de vullto [...] E aa emtrada da porta principall estaa huuma pya de bautizar que he huum testo forrado de parede daluenarja”* (Soledade, s.d, p. 11 fl. 6)

¹¹² *“o alltar moor que he forrado dazulejos e sobre elle pyntado na parede ho sauador com a Imagem de nossa senhora da parte direita, e sam Joham bautista da parte esquerda com os doze apóstolos [...] e nas costas do alltar na parede estaa pyntado samtantonyo e sam bemto e ho altar he forrado dazulejos [...] da parte da epistolla etaa outro alltar da emvoçam de sam Joham evangalista forrado dazulejos e sobre ho altar na parede estaa pyntado se matiz sam joham e sam bras [...] da parte sull estão [...] sambertolameu e sam Roque e samta catarina e sam bras”* (Soledade, s.d, pp. 10-11 fl. 5v-6)

¹¹³ *“E o adro da dita Igreja tem da parte do norte das casas ate a Igreja xbij (17) varas e da parte do sull das casas ate a Igreja tem dezaniue varas e meia e da parte do leuante tem duas varas, da capela ate ho muro, e da parte do ponemte tem o dito adro, vjmte e duas varas//:-“* (Soledade, s.d, p. 12 fl. 6v)

maioria destes cargos terem sido criados pelos monarcas com o objectivo de zelar pelos interesses reais, a doação das vilas às ordens militares, origina a que “*Em cada senhorio existia todo um conjunto de funcionários judiciais e fiscais, com nomes e atribuições paralelas aos da coroa. Os senhores tinham os seus ouvidores para se ocuparem das questões cíveis e crimes; os seus porteiros, rendeiros e almoxarifes para cobrarem as receitas e tratarem das questões financeiras [...]. Nomeavam, alcaides, juizes e almotacés para as terras onde não havia organização municipal (e, até em muitos casos, para aquelas onde a havia) e confirmavam os eleitos pelos concelhos.*” (Marques A. H., 1987, p. 314). Obviamente que a vila de Sines não foi excepção. Ainda que em Sines existisse organização municipal, o concelho, sabemos da existência de um conjunto de funcionários nomeados pela Ordem, cuja legitimação de funções provinha das cartas de ofício (Soledade, s.d, pp. 3-4, fl. 2-2v; pg. 78 fl. 40-40v), e que por elas à Ordem respondiam.

Além dos funcionários referidos por A. H. Marques, incluem-se o meirinho, o alcaide pequeno, o escrivão da almotaçaria, o escrivão dos dízimos e pescados, e os tabeliães (Silva S. C., 2018, p. 76), bem como “*escrivão do almoxarifado, escrivão da câmara [...] e um inquiridor.*” (Vargas, 2016, p. 29)

Recorde-se ainda que no âmbito da administração do concelho, era à Ordem que cabia a confirmação das posturas e dos juizes e oficiais escolhidos previamente pelos *homens bons* (Fernandes, 2002, p. 116).

Segundo as fontes, só nos finais do século XV é que Sines teve um funcionário a quem foi atribuído o título de alcaide. Esta situação era normal nas comendas da Ordem onde existia um comendador, funcionário da Ordem e que pelos interesses da Ordem respondia. Eram estes comendadores que muitas vezes desempenhavam o cargo de alcaide. Sabemos que “[...] *Estevam da Gama, cavaleiro da dicta Ordem e comendador do Cercqual e alcaide mor da dicta vila de Synes*” (Fonseca, 1999, pp. 287, fl. 4r). Já a Visitação de 1517 apresenta Jorge Furtado como alcaide mor de Sines (Soledade, s.d, pp. 4, fl. 2v)

Quanto aos comendadores conhecemos para o século XVI alguns dos nomes destes cavaleiros da ordem que desempenharam funções em Sines.

Em 1501 o comendador era Luís de Noronha o (Pimenta, 2001, p. 520), em 1517 o comendador era Jorge Mendonça Furtado (Soledade, s.d, pp. pg. 3 fl. 2-2v), em 1572 era D. Pedro Pires comendador¹¹⁴, em 1577 o comendador era D. Diogo Lopes de Lima Pereira¹¹⁵, já na Visitação de 1565, fl. 5 pode-se ler “*Achamos por comendador e alcaide moor o duque da- / veiro “.* Já nos finais do século XVI, em 1591, o comendador era Francisco de Sá¹¹⁶.

As fontes referem que Jorge Mendonça Furtado “*poem alcaide pequeno segundo/ forma da hordenaçam*” (Soledade, s.d, pp. 80, fl.41).

Era o alcaide pequeno que fazia as rondas na vila acompanhado por um tabelião e alguns homens, nomeados pelo concelho, o qual podia desempenhar o cargo de carcereiro e de aferidor de pesos e medidas (Silva S. C., 2018, pp. 258-259). Para a vila de Sines conhece-se o nome de Gaspar Falcão¹¹⁷, que desempenhou as funções de alcaide pequeno no século XVI, reinado de D. Sebastião. Já para os finais do século XVII conhece-se o nome de João Leitão de Faria que em 1680 renunciou ao cargo “*por ocupasois que tinha*”, tendo sido nomeado Afonso Gonçalves. (Silva S. C., 2018, p. 86)

No que concerne o almoxarife, sabemos da sua existência em Sines, através da Visitação de 1565, como funcionário da Ordem. O almoxarife estava encarregue de registar no *Livro do Almoxarifado* todas as propriedades e as rendas que recebia ano a ano. Nas fontes há notícia de Manuel Pessanha ter sido almoxarife em Sines e Colos pela Ordem de Santiago tendo sido substituído em 1499 por Rui Vasques (Pimenta M. C., 2001, p. 533). Ao almoxarife do rei cabia a tarefa de arrecadar as sisas, os direitos das alfândegas, das portagens (Silva, 2018, p. 407). Nas palavras de José Mattoso, os almoxarifes “*tornaram-se desde o reinado de D. Afonso III oficiais especializados do fisco*” (Mattoso, 2015, p. 633).

¹¹⁴ Chancelaria Antiga da Ordem de Santiago, lv. 4, fl. 316 (Soledade, 1982, p. 192)

¹¹⁵ Chancelaria Antiga da Ordem de Santiago, lv. 1, fl. 184v (Soledade, 1982, p. 193)

¹¹⁶ Corpo Cronológico parte 1ª, mç.112, doc. 95 (Soledade, 1982, p. 193)

¹¹⁷ Chancelaria D. Sebastião, lv. 12 fl. 4 v (Soledade, 1982, p. 49)

As fontes referem a existência de meirinhos¹¹⁸, em Sines como funcionários da Ordem, cuja importância na manutenção da paz e da justiça foi aumentando, tendo-se transformado em “agente da administração local” (Ventura, 1996, p. 141). Lendo a Visitação de 1565 apercebemo-nos da sua importância. Era ao meirinho que eram pagos os valores das coimas aplicadas no caso do não cumprimento das determinações impostas às igrejas.

Os meirinhos e os alcaides ou comendadores eram os responsáveis pelos quadrilheiros. O que significa que os quadrilheiros dependiam da Ordem. Este cargo não era remunerado e tinha uma duração de três anos. Ainda que não exista nenhum rol de quadrilheiros no Arquivo de Sines, sabemos que no acto de juramento recebiam um rol de vinte indivíduos que pertenciam à sua quadrilha. Era da competência dos quadrilheiros a prisão de criminosos, a vigia dos que vagabundeavam pelo concelho, a vigia das alcoviteiras e das feiticeiras. Os dados que dispomos para Sines relativos aos quadrilheiros dizem respeito unicamente à segunda metade do século XVII, onde surge o nome de Gonçalo Fernandes e Domingos da Costa ambos eleitos quadrilheiros em 1668 e António Fernandes eleito em 1670 (Silva, 2018, p. 264).

Outro dos funcionários da Ordem era o ouvidor. Como funcionário da Ordem participava na eleição dos oficiais do concelho, sendo que “*no caso da eleição dos juizes, presenciava o acto e dos 6 nomes propostos, as Ordens confirmavam dois.*” (Pimenta, 2001, p. 158). Sabemos da existência deste cargo em Sines. “*A Juridicam do ciuell e crime desta villa e seu termo he da ordem, e a eleição dos Juizes e oficiaees se faz pollo nosso ouuidor, ou quem nos pera jso ordenamos |...|*” (Soledade, s.d, p. 78. fl. 40). Segundo Maria Cristina Pimenta, também era responsabilidade do ouvidor receber, por apelação, as causas enviadas pelo juiz. A sua importância entre os funcionários da Ordem era enorme e os seus rendimentos eram dos mais altos (Pimenta, 2001, p. 160). Em “*1495 o ouvidor recebia anualmente 24 000 reais, em 1529 recebia 35 000 reais*” (Pimenta, 2001, p. 176). *Este cargo favoreceu a existência de um outro que, a seu lado, complementaria a actuação* (Pimenta M. C., 2001, pp. 160-161).

Alguns dos escrivães da Ordem conhecidos na vila e Sines são: Aires Gonçalves que em 1499 foi nomeado por D. Jorge para o cargo de escrivão da câmara e almotaçaria

¹¹⁸ Este cargo foi criado ainda no reinado de D. Afonso III (Paio, 2001, p. 65).

da vila como tinha sido anteriormente Diogo Afonso¹¹⁹, que devido aos erros cometidos perdera o cargo (Pimenta, 2001, p. 313). Também Henrique Gomes D'Abreu surge como escrivão da câmara de Sines em 1598 (Soledade, 1982, pp. 54-55).

Igualmente sujeito à Ordem, cabia ao escrivão da câmara registar os termos e autos e a certificação de diligências. (Silva S. C., 2018, p. 241). As suas funções eram amplas e estão descritas nas *Ordenações Filipinas (Livro 1, tomo 71)*. *Passavam pela redacção de actos (actas, acordos, alvarás, termos de obrigação e finanças, certidões, termos de tomada de posse, escrituras de arrendamento e aforamento, actos de arrematação), registos das receitas e despesas do concelho, movimento dos gados, registo de injúrias verbais, organização dos processos de aforamento dos baldios, vistorias.*” (Silva S. C., 2018, p. 242).

Já o escrivão da almotaçaria desempenhava funções que iam desde o controlo dos rendeiros, ao controlo dos almotacés, às infrações cometidas pelos gados e pelas bestas, ao registo de coimas dos carnicheiros, pedreiros e regateiras (Silva S. C., 2018, p. 243). Além do já referido Aires Gonçalves que substituiu Diogo Afonso no cargo de escrivão da câmara e almotaçaria o (Pimenta, 2001, p. 313), sabemos que em 1517 Luís Homem desempenhava as funções de escrivão da câmara, da almotaçaria e tabelião das notas e judicial pela Ordem de Santiago (Pimenta, 2001, p. 523). Já a *Visitação de 1533* diz-nos que à época o cargo de escrivão da almotaçaria era desempenhado por um tabelião (Silva S. C., 2018, p. 76), sem, no entanto, referir o seu nome.

Ao escrivão dos órfãos cabia a responsabilidade de inventariar os orfanatos, os assentos das tutorias, os contratos sobre bens dos órfãos (Silva S. C., 2018, pp. 436-437). O escrivão dos órfãos podia ter vários cargos em simultâneo: podia ser escrivão da câmara, da almotaçaria, escrivão do judicial e das notas (Silva S. C., 2018, p. 244), o que não significa que tenham desempenhado de facto todos estes cargos¹²⁰.

Quanto ao escrivão das dizimas e do pescado, sabemos que em 1496 essa função era desempenhada por Pedro Leão, que a deteve até 1499, quando a Ordem nomeou João

¹¹⁹ Eventualmente terá sido o mesmo Diogo Afonso que no reinado de D. João II foi nomeado escrivão da dizima e do pescado e da alfandega de Sines (Soledade, 1982, pp. 43, nota 153).

¹²⁰ Veja-se o caso de Manuel Castanho e Cota que tendo tomado posse em 1703 não exerceu nem o cargo de escrivão da câmara – exercido por Sebastião de Oliveira Fogaça, nem o cargo de escrivão dos órfãos – exercido por António Rodrigues Viegas. (Silva S. C., 2018, p. 274)

Murzelo (Pimenta M. C., 2001, p. 555). O citado Pedro de Leão foi nomeado ainda em 1498 para escrivão da alcaidaria, portagem e sesmarias (Pimenta M. C., 2001, p. 555). Em 1517 sabemos que a função de escrivão dos dízimos e pescados da Ribeira e dos despachos das caravelas cabia a André Dias (Soledade, s.d, p. 29 fl. 40v), provavelmente o mesmo André Dias a quem D. Manuel determinou que se dedique ao recebimento das *cizas*¹²¹.

Também os escrivães dos montados dos verdes eram nomeados pela Ordem. Temos conhecimento que Luís Dias foi nomeado, em 1522, no reinado de D. João III, para escrivão do Montado dos Verdes¹²², “*para salvaguardar a riqueza florestal da Ordem de Santiago e arrecadar o numerário dependente das contribuições do referido ramo administrativo para a Ordem, Coroa e Comenda*” (Soledade, 1982, pp. 46, nota 176).

Quanto aos tabeliães, eram estes nomeados pelo rei até ao século XIV, sendo que posteriormente passaram a ser escolhidos pela Ordem, embora o desempenho das suas funções dependesse da chancelaria régia. Também estes poderiam ter mais do que um cargo. Lembre-se o tabelião referido pela *Visitação de 1533* e que desempenhava o cargo de escrivão da almotaçaria. Eram eles homens letrados, que viviam das cartas e dos outros diplomas que escrevem¹²³, e que por vezes tinham escrivães a trabalhar para si. Podemos incluir estes dois cargos no mesmo patamar, pois ambos partilham o poder da escrita numa época em que poucos o exerciam, além dos membros do clero. Através da documentação, conhecemos o nome de alguns tabeliães. Como Álvaro Fernandes¹²⁴, ou João de Santarém¹²⁵, que terá sido enviado em 1477 para “*registar as escrituras e outros serviços correclativos à vida tabeliônica*” (Soledade, 1982, p. 42). Ou ainda Lopo Leitão,

¹²¹ *Chancelaria regia D. Manuel*, lv. 38 fl. 33 (Soledade, 1982, p. 45)

¹²² *Chancelaria de João III*, livro 46, fl. 153 (Soledade, 1982, p. 46)

¹²³ Sabemos que em 1545 o escrivão da ribeira da foz das sesmarias e direitos reais de Sines recebia 1200 reais (Pimenta, 2001, p. 176)

¹²⁴ *Chancelaria D. Afonso V* livro 24, fl. 91v (Soledade, 1982, p. 42)

¹²⁵ *Chancelaria a Ordem de Santiago* livro 1 suplemento fl.13

o mordomo do hospital do Santo Espírito (Soledade, s.d, p. 34 *fl. 18*), que exercia as funções de “*tabeliam em a dita vila, mostrou/ carta per que ho demos por tabeliam das notas/e Juduciall em ela, asynada per nos/e pasada pela nossa chancelaria*” (Soledade, s.d, p. 79 *fl. 40v*). O mesmo Lopo Leitão é referido na *Visitação de 1533* (Pimenta M. C., 2001, p. 513). Já no reinado de D. Sebastião era Simão da Costa quem desempenhava funções de tabelião¹²⁶.

Como se constata, alguns indivíduos ocupavam mais do que um cargo. Caso de Luís Homem, “*seprivam da camara e almotaçaria e órfãos, e em a dita villa/mostrou carta dos ditos ofícios asynada/per nos e pasada pela nossa chancelaria per que ho demos/ por oficial dos ditos ofícios em sua vida//. O dito luys homem mostrou outra/carta de tabeliam das notas e Judiciall asynada per nos e pasada pela nossa/chancelaria*” (Soledade, s.d, p. 78 *fl. 40*). Maria Cristina Pimenta, baseada na proximidade geográfica das vilas, coloca a hipótese de este indivíduo ser o mesmo que em 1525 foi nomeado juiz dos órfãos em Santiago do Cacém (Pimenta M. C., 2001, pp. 523-524). O mesmo com Álvaro Fernandes que em 1533 era o tabelião das notas e do judicial e escrivão da câmara e almotaçaria de Sines, surgindo em Dezembro de 1542 a substituir Gaspar de Sousa no cargo de escrivão dos órfãos (Pimenta M. C., 2001, p. 320). Segundo a investigadora, Álvaro Fernandes terá falecido nesse ano, quando Gaspar de Soure, morador de Sines, foi nomeado para os cargos de escrivão dos órfãos, da câmara, da almotaçaria, das notas e do judicial (Pimenta M. C., 2001, p. 436).

Obviamente que a existência de dois poderes distintos, o poder da Ordem e o poder do concelho, leva a que surjam conflitos entre ambos, não só no que respeita à posse das propriedades, como no que respeita a forma de administrar a vila¹²⁷. Como afirma Maria Teresa Pereira, “*O que parece indicar que existia uma espécie de sistema misto em que, por um lado, os concelhos detinham a sua autonomia administrativa e judicial, maior em alguns casos do que noutros, e, por outro lado, eram inspecionados pelos oficiais das*

¹²⁶ *Chancelaria D. Sebastião V* livro 46, fl. 201 (Soledade, 1982, p. 49)

¹²⁷ “*As Ordens Militares vêm-se, ao longo do tempo, envolvidas em numerosos conflitos com os concelhos das zonas sobre as quais exercem a sua jurisdição, facto justificável pela convivência de diferentes poderes jurisdicionais*” (Fernandes, 2002, p. 116)

Ordens Militares para a salvaguarda dos direitos económicos, jurisdicionais e senhoriais nos espaços concelhios” (Pereira E. C., 2014, p. 153). Para Maria Cristina Fernandes a política de centralização levada a cabo pelos monarcas foi aproveitada pelos homens do concelho para se distanciarem do poder das ordens militares: “*A obrigação de fazer prova dos títulos de privilégio e suas confirmações, imposta aos titulares das terras isentas da jurisdição régia, permite aos concelhos contestar a autoridade da Ordem, apelando para o monarca nas questões em que consideravam abusivas as intervenções dos Mestres.*” (Fernandes, 2002, p. 117).

Esta forma de administração irá manter-se até à morte do mestre da Ordem de Avis e da Ordem de Santiago D. Jorge de Lencastre em 1550¹²⁸, vindo o rei D. João III a obter, em 1551, a união definitiva dos mestrados das ordens militares à coroa.

4.2.3 - O monarca

Como anteriormente referimos, a aliança entre monarcas e concelhos vai-se alterar, sobretudo a partir do final da reconquista, devido às políticas de centralização administrativa do território. Quer isto dizer que começou a haver um maior controle do monarca sobre as actividades do concelho, bem como sobre a Ordem de Santiago: “*O Rei, enquanto investido de todos os poderes (político, militar, legislativo e judicial), ocupava o lugar cimeiro na estrutura do poder. Como senhor supremo do reino, o Rei tinha o direito de intervir sempre que a suprema administração da justiça ou a deficiente aplicação das justiças, senhoria e concelhia o exigissem*” (Paio, 2001, p. 112). A partir do século XIII, surge nas vilas e cidades um conjunto de oficiais que representavam, ou zelavam pelos interesses do monarca, com poderes “*para intervirem no concelho em nome do rei*” (Marques M. A., 2017, p. 10). A permanência destes funcionários régios nas vilas significa não só a presença do poder do rei, como uma perda de poder quer do concelho quer da própria Ordem. Alias, devemos ter sempre presente que “*o sistema de impostos e a administração superior [...] pertenciam ao monarca*” (Marques, 1985, p. 141).

¹²⁸ “*O mestrado de D. Jorge foi o ultimo mestrado fortemente desvinculado da coroa portuguesa*” (Pimenta M. C., 2001)

Ainda que existam funcionários do monarca tais como almoxarifes e escrivães, vamos olhar unicamente para os funcionários régios existentes na vila de Sines e que funções desempenhavam.

No que concerne ao cargo de juiz dos direitos reais, conhecemos dois dos nomes que desempenharam esse cargo. No reinado de D. Afonso V vamos encontrar Martinho Afonso como juiz dos direitos reais¹²⁹. O outro nome conhecido é conhecido através da Visitação de 1517 onde surge o nome de João Rodrigues como juiz dos direitos reais (Soledade, s.d, p. 79 *fl.* 40v)

Durante o reinado de Afonso V, encontramos Druio (*sic*) da Fonseca a desempenhar o cargo de vedor dos vassalos, (Soledade, 1982, pp. 42, nota 136), função exercida por Nuno Velho durante o reinado de D. João II (Soledade, 1982, pp. 43, nota 149).

Rui Dias desempenhou as funções de coudel de Sines no reinado de Afonso V (Soledade, 1982, p. 42 nota 138). Já no reinado de D. João II, o cargo foi ocupado por Afonso Anes, e mais tarde por Luís Alvares (Soledade, 1982, pp. 43 nota 150-151). Ao coudel cabia manter actualizado o número de cavaleiros residentes na área onde desempenhava funções e garantir a criação de cavalos necessários para a sua defesa (Silva, 2018, p. 76)

Também cabia ao monarca nomear os oficiais da alfândega, como o escrivão da dizima¹³⁰, o recebedor, o escrivão das sisas (Silva S. C., 2018, pp. 76-77), funcionários que tinham a responsabilidade de receber as rendas pertencentes ao monarca. Temos conhecimento que no reinado de Dom Manuel desempenharam funções de escrivão das sisas de Sines Aires Gonçalves¹³¹ e Luís Dias¹³², o qual, em tempo de D. Manuel, foi chamado a apresentar-se na casa da Alfandega de Sines “*com o fim de passar a escriturar todos os factos vividos quer económicos quer estatísticos no porto de mar da vila, (na*

¹²⁹ Chancelaria D. Afonso V lv. 36, fl. 46 v (Soledade, 1982, p. 42)

¹³⁰ Recorde-se que o controlo fiscal dos impostos por parte do monarca ou dos seus representantes leva a que comecem a surgir as casas de portagem ou alfandegas sobretudo nas vilas fronteiriças, ou nas vilas onde se praticava o comercio

¹³¹ Chancelaria D. Manuel, lv.14 fl.19v (Soledade, 1982, p. 45)

¹³² Chancelaria de D. Manuel, livro 24, fl. 84 (Soledade, 1982, p. 45)

Ribeira) e verificar a venda do pecado de Sines, para aplicar a dizima conveniente ao estabelecido por el-rei, D. Manuel I” (Soledade, 1982, p. 45 nota 166).

Em 1522, Fernando Lopes foi nomeado por D. João III almoxarife da alfandega de Sines (Soledade, 1982, p. 46 nota 175). Poderemos levantar a hipótese de ser o mesmo Fernando Lopes, escudeiro, que no mesmo ano “*o monarca elege-o juiz das sisas de Sines como funcionário régio de alta confiança do tesouro real*” (Soledade, 1982, p. 46 nota 177). Para os reinados seguintes, as informações multiplicam-se, desde escrivães, a juízes e feitores da alfândega, ou a juízes do verde e procuradores do montado, cujos nomes foram arrolados por um investigador local (Soledade, 1982, pp. 45-46, 49, 50, 56).

No século XVI, havia igualmente alguns homens do rei no castelo. Era o caso de António Soares durante o reinado de D. Sebastião¹³³, talvez como capitão, função exercida por Simão de Quental na época de Filipe I¹³⁴. Também se conhecem outros oficiais e alguns bombardeiros, como Rodrigo Garras que substituiu Gonçalo Anes nessas funções durante o reinado de D. Sebastião¹³⁵. Ou António Pires¹³⁶, bombardeiro no castelo de Sines, que em 1602 passou a assumir o posto de condestável anteriormente desempenhado por Francisco Esteves, por este “*ter ido para a Índia passados já cinco anos*” (Soledade, 1982, p. 55). Ou, ainda, Simão Teixeira que no reinado de D. Sebastião vai desempenhar funções de capitão da vila¹³⁷.

Obviamente que o exercício destes poderes pressupunha a existência de população na vila e no termo. Falamos das gentes, as gentes que lá viviam e que eram governadas por estes homens. De gente comum, por vezes mais desfavorecida, mas que é aquela que sempre faz a história de qualquer vila.

¹³³ *Chancelaria de D. Henrique e D. António*, livro 42 fl.389 (Soledade, 1982, p. 49)

¹³⁴ *Chancelaria de D. Filipe I*, livro 4, fl. 332 (Soledade, 1982, p. 50)

¹³⁵ *Chancelaria de D. Sebastião*, livro 40, fl.113 (Soledade, 1982, p. 49)

¹³⁶ *Chancelaria de D. Filipe II*, livro 7, fl. 256 (Soledade, 1982, p. 55)

¹³⁷ *Chancelaria de D. Sebastião*, livro 35, fl.141 (Soledade, 1982, p. 49)

4.3 – As gentes

Perceber a evolução demográfica de Sines a partir dos finais do século XIV significa olhar não só para as fontes directas, mas também para as indirectas. É este o caso de Sines. Entre outros, as visitas têm testemunhos directos sobre o número de habitantes. A cartografia, os diplomas régios e alguma bibliografia geral, permitem-nos conhecer a demografia da vila. A nós, cabe-nos utilizar estas fontes de forma cronológica para perceber como a vila foi evoluindo demograficamente.

A primeira referência à igreja de Sines é pouco anterior e data de 1371 (Marques, 2017, pp. 22, nota 34). Posteriormente, em 1376, quando Aires Pais, criado de D. Estêvão Gonçalves, Mestre de Santiago, apresenta um diploma que estabelece as taxas a pagar por algumas igrejas da Ordem (Fonseca, 2006, p. 721). Entre elas, estava a igreja de São Salvador de Sines com uma taxa de “cento e dez livras”. (Fonseca, 2006, p. 381). No mesmo documento pode-se ler “*Crasto Verde XX livras, por Almodouvar LX livras, por Santiago de Quacem duzentas e XX livras e por Alcaçar LXXX livras. Por Ferreira noventa livras.*” (Fonseca, 2006, p. 381). Olhando para estes dados e considerando que o montante pago por cada uma destas igrejas guardava relação com o número de habitantes locais, podemos concluir que Santiago do Cacém seria a vila que teria mais gente, logo seguida por Sines.

Os róis de besteiros¹³⁸ fornecem outras informações, ainda que não haja relação directa entre estes e a população de cada vila, ou cidade. Segundo o Título dos Besteiros do Conto¹³⁹, redigido no início do reinado de D. João I (Dias, 2005, pp. 138-140), Sines

¹³⁸ Ainda que existissem anteriormente, é no reinado de D. Dinis que os besteiros do conto são criados enquanto hoste composta por indivíduos qualificados e com legislação própria. Pertence também a este monarca a decisão de fixar besteiros do conto a sul do Tejo. Naturalmente que esta decisão teria a ver com questões de defesa da fronteira num território que até há pouco tinha estado sob ocupação muçulmana.

¹³⁹ “A elaboração deste rol de besteiros do conto insere-se num período de instabilidade político-militar. [...] D. João I. [...] terá elaborado aquele rol devido a preocupações político-militares, num contexto de reforço das regiões do Entre-o-Tejo-e-Guadiana e do Algarve. [...] Do mesmo modo, este arrolamento devia também estar ligado a preocupações defensivas, pois com regularidade se observam incursões castelhanas em Portugal, que arripiavam caminho por aquelas regiões.” (Ferreira, 2015, p. 84)

tinha vinte e um besteiros, praticamente o mesmo que Santiago do Cacém, com vinte besteiros. A diferença não é significativa, mas revela, talvez, a maior importância dos besteiros nos núcleos litorais. É o que se observa em Odemira, com o mesmo número de besteiros de Sines, ou em Faro e em Lagos, uma com trinta e três besteiros a outra com vinte e cinco, embora todas estivessem longe de Évora, a maior cidade do Alentejo, com cento e cinquenta besteiros. No século XV, estes números diminuiriam. Em 1420, o Rol dos besteiros do conto (Ferreira, 2015, p. 102), atribuiu a Sines dez besteiros, valor igual ao de Odemira, mas a queda era geral e também Évora desceu de 150 para 100 besteiros na mesma data (Ferreira, 2015, p. 102). A situação pouco se alteraria no resto da centúria.

Apesar da importância sugerida por estes números, a população de Sines não devia ser muita. Afirmção que parece confirmar-se por uma carta de privilégio de D. João I, datada de 1395, que isentou os moradores de servir em qualquer fronteira, facto que se justificava por a “*a dita villa estaa em porto de maar e que na dita villa nom há castello nem çerco nehũu em que se possam defemder aos jmiguos*”, mas também por eles serem “*tam poucos que nom podem guardar a dita villa e porto della ssenom fosse ajuda doutras companhas doutros lugares*” (Marques, 1988, p. 441 n°581). A expressão “*sam tam poucos*” é significativa e se a referência à escassez de gente se destinava a convencer o monarca, o certo é que ele aceitou o argumento, provavelmente porque eles não eram suficientes para assegurar a defesa da vila, vista a ausência de estruturas defensivas.

Se até ao século XV o estudo da evolução demográfica de Sines dependia de fontes indirectas, para o século XVI temos informações mais concretas sobre os habitantes da vila e do termo. A *Visitação de 1517* informa-nos “*que ha na dita Villa e termo çemto e nouemta vyzinhos*” (Soledade, s.d, p. 81 fl. 41v). Utilizando um coeficiente de quatro para cada vizinho¹⁴⁰, significa que em 1517 o concelho totalizava setecentos e sessenta habitantes. Apesar de a visitação não o discriminar, sabemos que a maior parte desta gente habitava na vila. Estes números são confirmados pelo *Numeramento de 1527-1532*, quer dizer, pela contagem dos vizinhos nas seis comarcas em que o reino estava dividido, que foi realizada pelos corregedores durante o reinado de D. João III, para se saber de forma

¹⁴⁰ O coeficiente de 4, foi proposto por João Alves Disa, in *Gentes e espaços : (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)* publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian

pormenorizada o número de gentes que habitavam o reino¹⁴¹. Segundo o *Numeramento*, “Sines tinha então 180 pessoas e no seu termo 23, total 203 habitantes dos quais 48 homens ”mancebos solteiros”; 43 mulheres viúvas; 6 mulheres solteiras que vivem por si e 4 clérigos. Destes habitantes vivem na fortaleza de Sines 17 moradores dos quais eram 9 viúvas e 2 mulheres solteiras.” (Soledade, 1982, p. 113). Com o coeficiente há pouco usado, verifica-se que a vila teria setecentos e vinte habitantes e o termo setenta e dois, num total de oitocentos e doze habitantes para o concelho de Sines em 1532. No ano seguinte, a Visitação de 1533 menciona que Sines teria 210 vizinhos (Patricio, 2017, p. 93). Este número parece ir em crescendo ao longo do século — em 1565 lia-se n fl. 18 da Visitação que “haa nesta villa e termo duzentas e setenta fre/gueses”, embora em 1602 só se tenham contabilizado 210 vizinhos¹⁴². Mas por finais de seiscentos o Padre António Carvalho da Costa referia na sua obra que Sines “Tem quinhentos vizinhos” (Costa P. A., 1708, p. 507), ou seja, cerca de dois mil habitantes.

Os dados da cartografia não desmentem a impressão de um crescimento demográfico. Pelas legendas dos mapas de Turriano¹⁴³ e de Massai¹⁴⁴, é possível conhecer o número de casas existentes. Optámos por utilizar a referência a um total de 298 habitações, por as restantes estarem em construção, ou em escombros. Assim, usando o mesmo coeficiente, sabemos que Sines tinha mil cento e noventa e dois habitantes nos finais do século XVI, ou inícios do século XVII. Mas a menção dos engenheiros às casas em construção parece significar um crescimento populacional. Pode-se concluir, portanto, que o número de habitantes aumentou a partir do século XVI, talvez devido ao maior dinamismo do porto de mar que servia da vila, pelo que importa olhar agora as actividades económicas dos seus homens e das suas mulheres.

¹⁴¹ “Follgarey de saber quantas çidades vyllas e lloguares ha em vossa correição e assy quantos moradores nelles ha [e] quantas lleguoas cada çidade e vylla tem de termo pera cada parte e com que lloguares outros parte” (Serrão J. V., 1996, p. 01)

¹⁴² *Códice Casa do Cadaval, foto tirada no Arquivo Militar* (Soledade, 1982, p. 114)

¹⁴³ “Villa qui tem 298 cazas c’mais 15 entre caídas e comesadas di novo que por todas são 313”

¹⁴⁴ “A villa de sinnes que tem 298 casas e 25 entre caídas e começadas de novo que no todo sam 323”

4.4 - As actividades económicas

As actividades económicas destas gentes dividiam-se entre a agro-pecuária, o comércio marítimo e a pesca, se bem que a agricultura e a criação de gado deviam ser as mais importantes, ou as que ocupavam maior número de braços. Como lembrava um texto do século XVII, “*a sobredita Villa de sines [...]tem onesta lauiora, em abundancia de vinho car/ne, E cassa, e boás Ortas*” (Guedes, 1989, p. 32).

A agro-pecuária

Através das Visitações de 1480 e 1517 e da discriminação das rendas pagas quer ao alcaide, Estêvão da Gama (Fonseca, 1999, pp. 286-287 *fl.3r*), quer à Ordem (Soledade, s.d, p. 80 *fl.41*) é possível ter uma ideia das principais produções agrícolas. A sua leitura permite-nos perceber que se cultivava a vinha, os cereais, as árvores de fruto, e uma série de produtos hortícolas necessários à alimentação. Nelas são elencadas as propriedades que a Ordem possuía na vila e no termo¹⁴⁵. Também fazia parte das rendas pagas o dízimo do pescado, o que significa que estas gentes também tiravam o seu sustento do mar. A este assunto voltaremos mais tarde.

Quanto à agricultura, a pouca fertilidade dos solos levou a que as culturas mais praticadas fossem os cereais e a vinha, sendo que a vinha “*nos séculos XIV e XV intrometia-se praticamente em todo o território agricultado*” (Oliveira J. A., 2003, p. 232), como no caso de Sines onde a produção do vinho se tornou, assim, numa das principais actividades económicas destas gentes¹⁴⁶. Segundo José António Falcão, eram

¹⁴⁵ No mapa da vila de Sines de Chermont (Fig. 14), é visível que a paisagem que limita a zona norte da vila é marcada sobretudo por terrenos agrícolas. A excepção é o Matadouro que segundo Carlos Caetano por uma questão de higiene se localizava junto as linhas de agua. (Caetano, 2011, p. 177)

¹⁴⁶ “*Os frutos que com mais abundancia colhem/os moradores desta Villa, são vinhos, cuja abundancia dá/provimento deste género a outras terras*” (Falcão, 1987, pp. 29-30)

“vinhos ordinários e não dos mais generosos que há no Alentejo” (Falcão, 1987, p. 30). A sua produção era, porém, elevada e excedia o consumo, facto que permitia a venda a outras localidades: “Os frutos que com mais abundancia colhem/os moradores desta Villa, são vinhos, cuja abundancia dá/provimento deste género a outras terras” (Falcão, 1987, pp. 29-30).

A par da vinha, o cereal era a cultura mais praticada, embora a produção, sujeita às intempéries, não fosse suficiente para o consumo das gentes. Na Visitação de 1480, lê-se: “Esta igreja achamos que há trres anos que nom canta nem tem nenhum capelom porque nom lhe sooe de dar mais que mil e quinhentos reais em dinheiro e o pee do altar que diz que soya de render muyto e que agora rende trezentos reais. E nom há trigo nenhum da qual cousa ho povoo se muito agravou dizendo que careciam do oficio devyno e que enterravom os homens sem receberem os Santos Sacramentos |...| e o pee do altar he tam pouca cousa que qualquer capelom os engeyta e nom se acha quem servir” (Fonseca, 1999, p. 285 fl.1v). Esta passagem mostra que nas últimas décadas do século XV houve falta de cereais — *E nom há trigo nenhum* —, com a consequente quebra de rendimentos da igreja e a falta de um pároco que a servisse. A carência de trigo levou à redução do *pee do altar* e dos rendimentos do pároco, sem haver quem os aceitasse por serem tão baixos — qualquer *capelom os engeyta*. Sendo o pão, a par do vinho, a base da alimentação de todas os grupos sociais, seria necessário adquiri-lo noutras localidades.

A Pesca

“|...| sendo as vinhas, e o mar os dois nervos que mais fortemente concorrem para a subsistência deste povo.” (Falcão, 1987, p. 30)

O mar sempre foi factor determinante do crescimento de Sines. Este recurso natural foi e tem sido aproveitado ao longo dos tempos para o sustento das gentes de Sines. Numa comunidade marítima, quase todos tinham acesso ao peixe, pois, como refere Iria Gonçalves, “as famílias estavam, de uma maneira geral, auto-abastecidas de peixe, porque em quase todas elas pelo menos um dos seus membros se dedicava à faina da pesca” (Gonçalves, 2010, p. 236). Peixe que se consumia e se vendia fresco, ou depois de conservado “através da fumagem, da salga, da secagem ao sol” (Gonçalves, 2010, p.

237). A que se juntavam igualmente todos os outros recursos do mar, às vezes menos apreciados, como o marisco e os bivalves. Mas o acesso ao peixe estava regulamentado por disposições legais. Como recorda Iria Gonçalves, os *“poderes em exercício cuidavam que cada um adquirisse as espécies a que o seu estatuto social dava direito. Assim os peixes grandes, os peixes gordos mais saborosos e nutritivos eram reservados às elites não só porque os podiam pagar, mas porque a lei assim o ditava.”* (Gonçalves, 2010, p. 237). Talvez sucedesse outro tanto em Sines, em cujo mar se pescavam peixes grandes, tal como se registou no diploma de 1279: *“E se per ventura alguua balleea ou balleato ou seream ou foca ou roaz ou musarana ou outro pescado grande que semelhe algum destes morrer em Sezinbra ou em Sines”* (Costa, 2006, p. 268).

Tudo indica que a actividade da pesca cresceu ao longo dos séculos, acabando por se tornar a principal actividade destas gentes. Para isso muito contribuiu a forma como os monarcas, a partir do final da reconquista, começaram a olhar para a pesca, como uma fonte bastante rentável para os cofres do reino. Como D. Afonso III e D. Dinis, muito interessados *“nas zonas pesqueiras e salinas localizadas entre o Vouga e o Tejo e ainda na península de Setúbal”* (Andrade, 2005, pp. 72-73) e no desenvolvimento destas com investimentos importantes. Recordem-se as 1.500 libras que D. Dinis emprestou a Joane Momedes e a Bonanati, para que estes comprassem uma almadrava para pescar atuns, golfinhos, toninhas e espadartes, entre Sines e Setúbal (Marques, 1988, pp. 24-25 n° 33).

A actividade da pesca não era só rentável para o monarca. Também a Ordem beneficiava dos rendimentos do pescado. Estes benefícios provinham da dízima velha que revertia a favor a igreja onde os pescadores fossem fregueses, já que a dízima nova era paga ao rei (Silva, 2001, p. 218), bem como da portagem, pois *“as cargas de pescado que viessem a vender num determinado lugar pagavam a [...] portagem. O tributo da portagem assentava no pressuposto de que a mercadoria seria comercializada e aplicava-se tanto na entrada como na saída. O critério da quantidade era fundamental para definir padrões de pagamento. [...] O cálculo da portagem incidia apenas sobre o peixe realmente vendido”* (Silva, 2001, p. 224). Tudo isto, dízimas e portagens, se pagava

em Sines¹⁴⁷. Segundo a Visitação de 1480, era o alcaide, Estevão da Gama, quem recebia a portagem: “*Rende huuns anos por outros dous mil reais |...| outra portagem da sahida da foz |...| rende cada ano – I [mil] reais*” (Fonseca, 1999, p. 287 fl. 3r).

A importância destas rendas explica a atenção que as visitasões lhes concedem. Em 1517, foram descritas as determinações aplicáveis aos pescadores de cana, os quais deviam mostrar a quem de direito, feitor ou rendeiro, o que tinham pescado para que fosse calculada a dízima a pagar à Ordem. Caso assim não fizessem, seriam multados em 200 reais, “*a metade para fabrica da Igreja e a outra metade per a nossa chancelaria*” (Soledade, s.d, p. 67 fl. 34v). Se pescassem em dias santos, a dízima respectiva também seria entregue à igreja (Soledade, s.d, p. 73 fl. 37v). Era a mesma razão que justificava o interesse do foral manuelino pelo assunto. Sobretudo para regulamentar o conduto dos pescadores, que ficaria isento de tributo¹⁴⁸, tal como o peixe que se capturava para consumo próprio¹⁴⁹, ou todo e qualquer marisco, uma vez que este estava isento de tributo, quer fosse para venda, quer não¹⁵⁰. Em contrapartida, os pescadores doutros lugares, de Lisboa, Galiza, ou Castela, que descarregassem peixe para venda, estavam sujeitos ao pagamento da dízima velha e nova ao rei, sendo a redízima da Ordem, se não as tivessem já pago noutro lugar¹⁵¹.

¹⁴⁷ “*per esta maneira pagaram todas dizima dos pescados que vierem a costa que tomarem pera vender por que tambem destes pescadores sam obrigados de pagar dizimo.*” (Soledade, Visitação de Dom Jorge de Lencastre 1517, s.d, p. 67 fl. 34v)

¹⁴⁸ “*E quando os ditos pescadores vierem com seu pescado fresco aa dia villa averam dele pera seu comduito aquelle dia segundo as pessoas que nos navios trouxerem per alvidro dos officiaes da dita portagem*” (Marques, 2012, p. 65)

¹⁴⁹ “*E os moradores da dita villa e termo se matarem pescado sem barca nem rede pera seu comer somente nam pagaram ninhũa dizima nem direito. E se na dita maneira o tomarem e o venderem pagaram somente a dizima velha a ordem salvo se forem pescadores os quaes de todo o que [fl. llv.] tomarem pera vender pagaram as ditas duas dizimas.*” (Marques, 2012, p. 65)

¹⁵⁰ “*E do marisco asy pera comer como pera vender nam pagaram ninhũa dizima nem direito*” (Marques, 2012, p. 65)

¹⁵¹ “*E do pescado que hy for trazido per pescadores de Lixboa ou de quaisquer outros lugares que nam sejam da dita ordem asy de Galiza como de Castella pagaram somente hũa dizima a nós de que a ordem avera a redizima e mais nam temdo já descarregado o dito pescado em outro lugar e pagados seus direitos porque quando novamente hy entrarem com seu pescado fresco pagaram a noos ambas as ditas duas dizimas e a ordem avera somente a redizima como dito he.*” (Marques, 2012, p. 65)

Outras actividades

A economia da vila e a vida das gentes não se baseava unicamente nas actividades agro-pecuárias e na pesca. Havia outras actividades complementares, que foram surgindo naturalmente e que fazem parte da dinâmica evolutiva de qualquer vila ou cidade. De algumas há testemunhos nas fontes, enquanto outras são apenas conhecidas através da bibliografia consultada. Entre as últimas, era o caso das vinhas e do vinho, cujo cultivo, transformação e comercialização, exigiam o trabalho de muita gente e o concurso de alguns agentes mais especializados. Quer para assegurar a construção, a manutenção e o uso dos equipamentos adequados, como era o caso dos lagares, quer para fabricar os tonéis necessários ao seu transporte e à sua venda¹⁵². Em contrapartida, há notícias concretas sobre a existência de moinhos e de moleiros (Fonseca, 1999, pp. 286 *fl.2v-3r*), (Soledade, s.d, p. 85 *fl.44*), indispensáveis para a transformação do cereal. Sucede outro tanto com a caça e com a apicultura. De ambas falam as visitas ao exigir para a ordem o dízimo dos furões e dos enxames (Soledade, s.d, p. 80 *fl. 41*), se bem que uma carta de perdão de 1548 ateste a existência deles no termo, quando João Leitão Mareante andava a caçar coelhos e lançou fogo a uns matos, destruindo colmeias e cortiços de Antão Miguel, num prejuízo avaliado em “*mil e seis centos e cinquenta rreis*” (Soledade, 1982, p. 47).

Creemos que a apicultura teria alguma importância na vida económica destas gentes. Como refere Maria Teresa Pereira, “*o mel fazia parte da alimentação humana na Península Ibérica |...| era o principal adoçante usado na confecção de alimentos de pobres e de ricos. |...| A cera |...| era sobretudo utilizada na iluminação das igrejas e dos espaços públicos e privados. |...| Fabricavam-se velas, cirios e brandões que tinha uma grande importância nas cerimónias em geral e nas religiosas em particular*” (Pereira M. T., 2009, p. 447).

¹⁵² “A vinha exigia uma permanente disponibilidade de mão-de-obra, de forma mais intensa em determinadas fases do processo de cultivo, mas sempre constante ao longo de todo o ciclo anual, que fica bem evidenciado na diversidade dos trabalhos culturais que requeria”*cera* (Oliveira J. A., 2003, p. 241)

Uma das actividades decisivas para a pesca, a construção naval, está mais bem documentada. Sabe-se que havia estaleiros em Sines ¹⁵³. Em carta enviada pelo concelho de Sines a D. Manuel, pode-se ler *”Senhor somos agravados dos rendeiros do verde que se queremos fazer caravellas ou batees pera serviço de Vosa Alteza os ditos rendeiros nom nos dam lugar que talhemos sovero pera lyame dos ditos navios salvo com muita pena o qual Senhor saberá Vosa Alteza que nem Sezimbra nem Ribatejo nem Alcaçar tal se nom defende salvo aqui que nós faríamos navios se nom fossem tam grandes penas”* (Marques M. A., 2017, p. 61). Mas a avaliar por este testemunho, não devia ser muito significativa.

A existência de um fiscal do despacho das caravelas (Soledade, s.d, p. 79 fl. 40 v), demonstra que o porto de Sines tinha uma actividade comercial com algum relevo. Dela não há outras notícias, mas a vila devia ter um mercado (Caetano, 2011, p. 179), em regra situado na praça ou no adro da igreja. A sua existência é sugerida pelo facto de a Rua de S. Francisco ser conhecida como a Rua do Açougue (Patricio, 2018), termo que se applicava aos mercados medievais¹⁵⁴. Tal como em muitas outras vilas (Caetano, 2011, p. 192), o mercado tinha, assim, uma localização central, devendo ficar no princípio daquela rua, não longe da Praça Ribeirinha. Mas a actividade comercial da vila era de igual modo revelada pela presença de uma comunidade judaica, cujas rendas foram doadas em 1479 a Álvaro de Portugal — *“rendas do serviço novo e velho das judiarias de Sines, Colos e*

¹⁵³ *“Os estaleiros navais sineenses estariam destinados sobretudo as embarcações pesqueiras de costa, reservando-se a construção das grandes embarcações para os estaleiros de Setúbal e Lisboa e, mais a norte, os de Viana, Porto e Aveiro.”* (Costa J. , 2017, p. 48)

¹⁵⁴ *“Os açougues eram espaços de comércio fechados, construídos pelos concelhos, mas normalmente concessionados a comerciantes particulares, certamente em condições vantajosas, mas com a contrapartida de grande controlo quer dos abastecimentos quer dos preços, pelos competentes oficiais concelhios. [...] Com o tempo, os açougues passam a abrigar apenas a venda de carne e de peixe, para se especializarem posteriormente apenas na venda da carne a retalho, nos três talhos ou balcões que os açougues acolham, os talhos do borrego, do porco e da vaca”* (Caetano, 2011, p. 189)

Santiago do Cacém”¹⁵⁵. Ou até mesmo pela existência de uma estalagem na vila¹⁵⁶, um equipamento necessário para assegurar as estadias de mercadores e de viajantes.

Nas fontes, na antropónimoia, ou na toponímia, também se encontram indícios de outras actividades artesanais. Era o caso de um forno de telha, propriedade da Ordem e atestado desde finais do século XV (Fonseca, 1999, pp. 286 *fl.* 2v-3r), (Soledade, s.d, p. 85 *fl.*44). Ou de um curral e de um matadouro, que dão nome a uma rua e a um terreiro no mapa de Chermont a norte da vila, e que recordavam a importância da criação e do abate de gado *em sociedades que só eram vegetarianas por devoção ou pela força fatal das circunstâncias.*” (Caetano, 2011, p. 177). O título de propriedades da ordem de Santiago de 1565, também sugere a existência de um barbeiro na vila¹⁵⁷.

Sines apresenta-se, assim, durante o século XVI, como uma vila que viveu entre o poder político e administrativo do concelho e o da Ordem de Santiago (Quaresma, 1998, p. 55), ainda que ambos supervisionados pelos representantes do monarca, mas que teve no porto marítimo a base do seu crescimento e do seu desenvolvimento urbano.

¹⁵⁵ *Chancelaria de Afonso V, livro 32, fl. 2v-3* (Brito, 2001, p. 87)

¹⁵⁶ AATT, Chancelaria da Ordem de Santiago, LV. 4 do supl., fl. 95 (Soledade, s.d, p. 45)

¹⁵⁷ Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251483>

CAPITULO VII

Sines a partir do século XVI

5.1 - As Estruturas Defensivas

Várias vezes referimos a preocupação dos monarcas na defesa das fronteiras ao longo da linha costeira. Defender, significava povoar as zonas desabitadas e elevar a vila pequenos povoados – como Sines – ou, criar novas vilas – como Vila Nova de Milfontes, sendo que eram as gentes locais que defendiam os lugares onde viviam perante as cada vez mais frequentes investidas dos corsários provenientes do Norte de África¹⁵⁸.

Descrita por Massai, a defesa de Sines e do seu termo¹⁵⁹ era constituída por seis postos, localizados maioritariamente junto à costa¹⁶⁰, que eram vigiados pelos habitantes locais, o que nos leva a crer, que em caso de ataque, estes habitantes locais além de serem insuficientes em número, não possuíam qualquer formação específica nas artes da guerra. Eram agricultores, pescadores, comerciantes, alvos mais fáceis, portanto, para qualquer

¹⁵⁸ “No ultimo quarto do século XVI, face ao crescimento do assédio dos corsários provenientes do Norte de África, os moradores de Sines faziam decididamente frente ao perigo: chegaram a atacar os corsários que desembarcavam e se emboscavam na costa da ilha do Pessegueiro, acções em que se destacou, nomeadamente, Pedro Dias Parrado, capitão das Ordenanças” (Quaresma, 2012, pp. 89-90)

¹⁵⁹ “E ao longo della seis ermidas, não tem mais q̃ huã só freguesia, com Rodeár o seu termo couza de 8 légoas o qual tem/em sj 50 vezinhos, vegia sse esta Villa E termo em seis p. tes á suá própria custa, a huã dellas he defronte da jlha do pexig.º, a Outra he na praia/de junqueira na qual se pode sezembarquar com bom tempo fasilm. te q̃ diste da Villa huã legoa; A outra he na ermida de saõ giraldo, a quál des/cobre a costa do Oeste, E diste da Villa menos de meja legoa; A outra he ná ermida de nossa soaã da salas, E della se vegia ó porto e sugi/dr.º, E calheta, é ás logeaš da mesma Villa, á outra esta em hũ sitio q̃ diste meja legoa da ditta Villa, á outra esta em hũ sitio q̃ se dis ó Castello q̃ diste meja legoa da ditta Villa q̃ com a q̃ segue descobre/á costa de setubál, a outra esta em hũ posto q̃ se dis emxoua quazi legoa distante da Villa, todas ellas tem huã sobrerrolda de cauallo q̃ se/pagua com o dr.º da emposiçaõ como ão diante se dis-” (Guedes, 1989, p. 33).

¹⁶⁰ Considerando que a defesa da vila era feita por estes seis pontos junto à costa e tendo em consta que a vila nunca teve muralha que a cercasse, poderemos considerar estes seis pontos a muralha da vila.

ataque vindo do exterior¹⁶¹. O que mostra a necessidade de construir fortificações que assegurassem a defesa da vila e da linha de costa.

Para este período, é necessário termos em consideração que Portugal e Espanha estavam unidos sob a mesma coroa, o que trouxe a guerra anglo-espanhola até à costa litoral, que acabou por sofrer algumas investidas da armada inglesa. Através de uma breve consulta ao Portal do Arqueólogo, encontramos referenciados oito achados arqueológicos no mar de Sines. Deles, os mais significativos são o naufrágio do navio *La Encarnación*, de “*de 150 toneladas. Carga de ouro e prata. A mercadoria recuperada chega a Sevilha a bordo de outro navio*” CNS 29298¹⁶². Ou o “*Arqueossítio de naufrágio: artilharia (1+2=3 canhões em ferro); pregos de bronze; "calhaus rolados" (eventuais pedras de lastro). Referência a restos de uma embarcação forrada a cobre. A perda do navio situar-se-á após a década de '80 do século XVIII, altura em que se tornou comum forrar os navios com folha de cobre e a pregaduras de bronze.*”- CNS 24361¹⁶³, bem como alguns canhões, com destaque para os 10 canhões datados, eventualmente, do século XVIII¹⁶⁴. Todo este espólio documenta a existência de confrontos, quer fossem com ingleses, quer fossem com os corsários vindos do Norte de África¹⁶⁵.

Era necessário defender a costa contra eventuais ataques marítimos, motivo da organização da armada da costa:

“Que el Rey mandaria armar 20 navios latinos de 25 até 30 toneladas quada hum, que andassem sempre á vista da terra, três deles avião de estar em Cascais, quatro na Atouguia, quatro em Caminha, quatro em Lagos, dous em Villa Nova de Portimão, três em Cizimbra ou Sines, que erão os lugares, em que os navios armados costumavam vir”
(Freire A. B., 1908, pp. 162-163)

¹⁶¹ Há uma certidão em pública forma, datada de 1530, com os pregões lançados na vila de Sines sobre os roubos que nela havia feito a armada francesa, 10 anos antes da morte de D. Manuel. ANTT, Corpo Cronológico Parte 1, Mç 46, nº28; Disponível em : <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3773161>

¹⁶² <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2685013>

¹⁶³ <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2571630>

¹⁶⁴ <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2532382>

¹⁶⁵ “*Nos finais do séc. XVI, procurou-se enfrentar os perigos do curso argelino, a que se juntava o conflito com a Inglaterra. Na inexistência de uma frota capaz de fazer frente a estes desafios, a estratégia adotada consistiu na fortificação da costa|...|*” (Campos, 2017, p. 86)

Como refere, e bem, Francisco Jordão, é neste período que *“Sines vai conhecer as primeiras intervenções militares e portuárias de grande importância para o desenvolvimento e consolidação da vila, pelas mãos dos engenheiros militares, Filipe Terzi, Leonardo Turriano e Alexandre Massai. Destes projetos destaca-se o Forte do Pessegueiro, o Fortim da Ilha do Pessegueiro, a reconstrução do Castelo de Sines e na área de intervenção a Calheta e posteriormente o Forte do Revelim”* (Jordão, 2017, p. 17). De momento, interessam-nos sobretudo as obras do Forte do Pessegueiro, do Fortim da Ilha do Pessegueiro, a reconstrução do Castelo de Sines e o Forte do Revelim, pois seriam estas fortificações, conjuntamente com a de Vila Nova de Milfontes, que iriam ser os pólos de defesa da costa. Ainda que o Forte de Vila Nova de Milfontes não pertença ao concelho de Sines, achamos necessário dedicarmos-lhe algumas linhas por ser uma das construções defensivas da linha da costa.

O projecto do Forte de Vila Nova de Milfontes foi entregue a Alexandre Massai em 1598¹⁶⁶, pelo Conselho de Guerra de Filipe II¹⁶⁷, tendo a construção sido terminada em 1602. O *Códice 29 da Casa de Cadaval* contém duas plantas de Massai de Vila Nova de Milfontes. Uma da vila (Fig. 16), onde está assinalado, entre outros, o Forte de São Clemente, localizado na margem direita da foz do rio Mira (Letra B), além da vila com sete vizinhos (Letra A), e da Entrada da Barra (Letra K). A outra planta é do Forte de São Clemente (Fig. 17).

Os trabalhos do Forte do Pessegueiro (Fig. 18) iniciaram-se com Felipe Terzi em 1588 (Guedes, 1989, p. 108), continuando posteriormente com Alexandre Massai a partir de 1590 até 1598, quando se iniciou o projecto do Forte de Vila Nova de Milfontes. Como refere Carmelino Severino, *“o projecto assenta numa forma trapezoidal bem diferente do formato final após a sua conclusão nos finais do século XVII.”* (Severino, 2014, p. 76). Construído na linha da costa, não foi considerado eficaz contra eventuais ataques, pelo que foi decidido construir na ilha do Pessegueiro¹⁶⁸ *“um fortezinho que servisse não*

¹⁶⁶ Alexandre Massai, que na altura já tinha a cargo as obras do Forte da Ilha do Pessegueiro, interrompeu-as para se dedicar as obras do Forte de São Clemente (Guedes, 1989, p. 111)

¹⁶⁷ *“O Conselho de Guerra no ano de 1598, deu ordem a Massai para reconhecer o local e para fazer dele a traça e a descrição”* (Guedes, 1989, p. 101)

só para ataque contra os corsários como para morados dos trabalhadores” (Guedes, 1989, p. 112). Este último forte é referido na bibliografia como Fortim, pelo que decidimos utilizar a mesma designação para distinguir o forte construído na Ilha — Fortim —, do forte construído na linha da costa em frente à Ilha do Pessegueiro — Forte do Pessegueiro. Com planta rectangular e um baluarte em cada vértice, mostra a preocupação de defesa não só da costa como do interior. Dentro do fortim (Fig. 19), foi construída uma capela (Letra C) dedicada a Santo António. Estavam assim, o forte e o fortim, localizados frente a frente, pelo que, em caso de ataque, o fogo cruzado tornaria a sua defesa mais eficaz. A construção do Forte do Pessegueiro só ficou terminada no século XVII com João Rodrigues Mouro. Quanto ao Fortim, pensamos que se concluiu a sua construção, mas nada encontrámos que o comprove.

Estes projectos de defesa da costa passavam igualmente pela defesa da vila de Sines. O mapa de João Rodrigues Mouro (Fig. 12) assinala o castelo (Letra E), o forte que seria construído no pontal (Letra L) e o Forte do Revelim (Letra J).

Como referimos atrás, o castelo ainda estaria a ser construído na segunda década do século XV. Segundo as fontes, foi durante o período em que Estevão da Gama foi alcaide que se realizaram os primeiros trabalhos de reconstrução e de melhoramento do castelo. *“Item acharom que o dicto Estevom da Gama a hũa torre que no dicto castelo esta, a quall estava mocha, mandou fazer huum lanço de parede, alevantando a mais e a mandou toda amear. E chamasse a torre da Cegonha. |...|Item por defenderem melhor ho castelo se fosse entrado desta torre grrosa de morada pera huum cubelo que adiante esta contra a porta do dicto castelo, da parte de dentro mandou fazer huum lanço de parede de longo do muro ameado muy bem ordenado etc./Item mandou cobrrir huum cubelo madeirado e telhado de novo que esta sobre o mar pera velarem delle com qualquer tenpo que faça. E mandou lhe fazer ao pee huum botareeo |...| Item huum cubelo da parte do mar que era todo por terra levantou ho concelho com ajuda e aviamento do dicto Stevom da Guama. E esta agora de novo muyto forte e muyto boom./Item assy repairarom ho muro do dicto castello de quebradas que era muyto comesto ha logares darredor./Item*

¹⁶⁸ “[...] ilha do Pessegueiro, a duas légoa da Vila Nova de Milfontes e a três da Vila de Sines. Na ilha não mora ninguém e só a meia légua para o interior da costa há habitantes” (Guedes, 1989, p. 107)

mandou fazer hũa porta nova no castello descontra a vila e mandou çarrar outras duas portas que hy avia por ficar ho castelo mais forte.” (Fonseca, 1999, pp. 289 fl.5v-6r). Contudo, sabemos que em 1517 as armas existentes eram poucas. “*Item cinco espingardas/Item meea duzia de dargas/Item huum sacco de pólvora*” (Fonseca, 1999, pp. 289-290 fl.6v). Já na *Visitação de 1517*, em que o alcaide era *Jorge Furtado*, lê-se acerca do castelo “*huuma torre de menagem muy boa, e huuma sala grande sobradadas, e a dita torre he de dous sobrados, e dentro no dito castello estão algumas casas térreas e sobradadas, E nom há nelle armas (1517) nem tiros de fogo alguns//:*” (Soledade, s.d, p. 77 fl.39v).

A leitura do auto de posse do castelo de Sines, datado de 24 de Novembro de 1533, e publicado em 1905 por Pedro Azevedo, dá-nos uma imagem bastante pormenorizada do castelo e das obras que foram realizadas por Jorge Furtado de Mendonça, o comendador naquela data (Azevedo, 1905, p. 101). As antigas cavaliças foram convertidas em cozinha e despensa (Azevedo, 1905, p. 103). Já na *Visitação de 1565* lê-se que o castelo estava em bom estado e possuía algumas peças de artilharia. “*Visitamos o castelo e casas lhe achamos / que o castelo he melhor reparado pero estam / y nalguuas partem danificado e estao / nelle dez ou douze peças dartilharia e dous bombardeiros que sua Majestade ahi tem”*, (Visitação 1565, fl. 23).

No que concerne a muralha, essa continuava por terminar. Sabemos que em 1606, o capitão Francisco de Carvalho pedia dinheiro ao vice-rei de Portugal, Pedro Castilho, para acabar o muro do castelo, assim como pólvora e chumbo de que estava carecido¹⁶⁹. Não admira, pois, que o castelo tenha sido objecto da intervenção de Massai por inícios do século XVII (Fig. 20). Segundo o engenheiro, os muros do castelo estavam “*carcomidos e m.^{to} danificados com amostra de ruinas E dentro delle não /há sitio em ã possa estar huã só pessa de Artelharia. [...] Ao prezente o ditto Castello esta m.^{to} danificado de fabrique e sem nenhũ piloiro E mál prouido de munição necess.^{ra} nelle não ha cazas em ã possaõ/morar os soldados ã as ã avia por sua antiguidade. E por serem de taipa saõ*

¹⁶⁹ (ANTT, 1606) Disponível em: <https://digitarg.arquivos.pt/details?id=3782662>

caídas, E som.^{te} nelle moraõ 3 solados E os dois Bombardr.^{os}/ E com escomodo [sic]grande, E todos os mais fora delle ã se não deue promtir, nem nelle não aj Almazem p.^a Armas, nem caza p.a polu.ra, E onde /ella de prezente esta he húmida E mál segura do foguo E de tudo o maiš“ (Guedes, 1989, p. 36). Para remediar semelhante degradação, o engenheiro propôs um conjunto de alterações tendo por objectivo não só a sua reconstrução, como torná-lo numa estrutura capaz de defender a vila em caso de necessidade. Para tal, organizou o espaço por forma a ser possível a colocação de artilharia no interior das muralhas, voltada para o mar e para terra, bem como projetou casas para os soldados (Guedes, 1989, p. 118). Segundo Ricardo Pereira, com Massai foi construída uma bateria destinada à colocação de canhões apontados ao mar (Perira, 2017, p. 77).

A última estrutura defensiva, o Forte do Revelim, foi construído em 1680 por João Rodrigues Mouro (Fig. 21). Situado a norte da baía de Sines (Severino, 2014, p. 78), a sua localização é estratégica. A fortificação pode incluir-se no que em arquitetura militar se designa como casamata. Construída em argamassa de cal, o edifício possui uma plataforma virada para a baía. Quer isto dizer que a defesa da baía e da vila era feita através do cruzamento do Forte do Revelim, do Castelo e do Forte que seria construída no Pontal, o que nos leva a concluir que a vila estaria bem vigiada e defendida com estas três fortificações.

Na planta vila de Sines de Rodrigues Mouro (Fig. 12), encontramos no lado oposto ao forte do Revelim (Letra J), na zona denominada Pontal (Letra O), a forma do forte que seria construído marcada a vermelho, embora os trabalhos deste nunca tivessem começado. Nas palavras de Mouro, a nova construção era necessária, “*para que a Bahya*¹⁷⁰”.

¹⁷⁰ *Códice Casa Cadaval, livro 28, fl. 11* disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908670>

5.2 - A Vila

“Tres logoas de Santiago de Cacem para o Poente tem seu assento a Villa de Sines, fundada em huma angra, que faz a ponta de Troya até o Cabo de S. Vicente, ficando a enseada algum tanto iminente ao mar, em que desaguão os rios Regalvo, Barbolegão & Junqueira. Tem seu Castello & esta hoje fortificada com dous Baluartes petrechados de grossa artilharia & tem huma calheta, em que se recolhem as barcas, que sahem a pescar, & fazem a terra abundante de bo pescado, & marisco. Tem quinhentos visinhos com huma Igreja Parroquial da invocação do Salvador de que he Comenda, Casa de Misericordia, Hospital, & estas Ermidas, N. Senhora das Salas, Santa Catherina, S. Giraldo, S. Marcos & S. Pedro, & hum quarto de legoa da Villa hum Convento de frades Franciscanos. He abundante de bons vinhos, melhor carneiro & muita caça de volataria de arribação que frequentão suas ribeiras. O seu termo são três legoas de comprido, & duas de largo: tem huna fortaleza, que chamão da Olha, fabrica del Rey D. Pedro o Segundo, a qual esta fundada defronte da Ilha do Pessegueiro, & tem huma Ermida de N. Senhora da queimada, a quem os Mouros puzerao fogo, ficando illesa a sua imagem. Tem mais huma Ermida de s. Bertholameu, & outra de N. Senhora dos Remedios. Assi tem o seu governo civil hum Juiz ordinário, três Vereadores, hum Procurador do Concelho, Escrivão da Camamra, hum Juiz dos Orfaõs, com seu Escrivão, dous Tabelliaens do Judicial, & Notas, & hum Alcayde. Ao militar tem huma Companhia da Ordenança, & outra de Soldados pagos com hum Governador da villa & seu termo.”
(Costa P. A., 1708, pp. 506-507)

Esta longa citação justifica-se, porque, como bem lembra Alexandra Paio, é *“a partir do território existente, da sua topografia e da modelação do terreno que se desenha ou constrói a cidade”* (Paio, 2001, p. 162). E a topografia da vila é aqui importante, pois Quaresma identifica-a como o *“mais notável acidente de toda a linha de costa entre a foz do Sado e o cabo de São Vicente”* (Quaresma, 1998, p. 47). Esse facto condiciona o resto, quer dizer, a cidade e a estrutura desta.

Para estudar a vila do ponto de vista urbanístico e perceber a forma como esta se foi construindo, há que olhar para a cartografia. Segundo Walter Rossa, as *primeiras*

representações convencionais/ortogonais das cidades surgiram no domínio estrito de reconhecimento de problemas defensivos” (Rossa, 1993, p. 266). De facto, só durante o período filipino, com as preocupações da defesa da costa (Rossa, p. 270), é que começaram a surgir as primeiras representações cartográficas da vila. Como referimos anteriormente, o primeiro levantamento conhecido foi realizado no final do século XVI por Leonardo Turriano (Fig. 10), seguido pelo de Massai (Fig. 11), e pelo de Rodrigues Mouro (Fig. 12). Analisando os três em conjunto, é visível a semelhança do risco, mas também a representação da vila no cimo da encosta e a meio da baía. Isso permite concluir que Turriano terá feito o levantamento base, sendo este depois utilizado por Massai, mas ampliando a leitura da vila, e que Mouro, por sua vez, recorreu ao desenho de Massai. Depois destes levantamentos, conhecem-se outros dois desenhos, realizados já no final do século XVIII: o mapa de Diogo Correia Mota datado de 1781¹⁷¹ (Fig.14), e em 1790 o de João de Chermont¹⁷²(Fig.15).

Iremos recorrer sobretudo aos desenhos do século XVIII. Foi essa a opção de Luísa Trindade, a qual, ao verificar que as plantas deste século não registavam “*qualquer evolução significativa, seja ao nível das dimensões, seja no que toca à configuração morfológica*”, concluía que estas, “*consideravelmente mais pormenorizadas e legíveis que as anteriores e incluindo referências toponímicas, remetem para um estágio de evolução idêntico ao que se registaria no final de Quinhentos, razão porque a análise morfológica tem por base as duas últimas, da autoria de D. C. Mota e João de Chermont.*” (Trindade, 2009, p. 475) Entre o mapa de Turriano (Fig.11) e o de Diogo Correia Mota (Fig. 13), com cerca de dois séculos de diferença, não há, de facto, diferenças significativas. Optamos, assim, por desenhar um *croqui* da vila (Anexo 3), sobrepondo a planta de Turriano (Fig. 10) à de Diogo Correia Mota (Fig. 13). Por outro lado, o desenho de Chermont serviu para identificar a toponímia e os espaços e edifícios

¹⁷¹ Mota, Diogo Correia da. *Planta da Vila de Sines*. 1781. Disponível em: <http://docbase.dgterritorio.gov.pt/advsearch.aspx?base=CARTOTECA&search=%22CHERMONT%22&page=1&type=&format=&class=isd,programas,partituras>

¹⁷² Chermont, João Gabriel. *Planta da Vila de Sines*. 1790. Disponível em: <http://docbase.dgterritorio.gov.pt/advsearch.aspx?base=CARTOTECA&search=%22CHERMONT%22&page=1&type=&format=&class=isd,programas,partituras> Obtido em fevereiro 2020

públicos assinalados pelo engenheiro (Fig. 28). Olhando para o conjunto, torna-se claro que a área desenhada por Turriano manteve-se inalterável. Dessa forma, a vila manteve a estrutura urbana anterior, talvez planeada pela Ordem¹⁷³, mas isso também significa que ela pouco cresceu, embora seja provável que a dinâmica evolutiva desta se tenha feito sentir através da reorganização do espaço, tornando-se mais densa a ocupação.

A vila que se conhece pelas plantas dos séculos XVII e XVIII é fruto de um processo de crescimento que se iniciou quando ela era um pequeno povoado. Como bem recorda Orlando Ribeiro, quase “*todas as cidades portuguesas (tomando neste sentido lato também as vilas de fisionomia urbana) ascendem a um passado remoto e conservam, na escolha do sítio, na estrutura ou no aspecto, qualquer marca das varias civilizações que presenciaram a sua longa vida*”¹⁷⁴. Na evolução do tecido urbano, há um conjunto de elementos considerados pelos diversos historiadores que se têm dedicado ao estudo do urbanismo medieval¹⁷⁵, como característicos do urbanismo deste período. Estes elementos serão referidos à medida que formos desenvolvendo o tema do urbanismo em Sines.

Nos desenhos de Leonardo Turriano, Alexandre Massaii, e João Rodrigues Mouro, a vila surge representada no cimo da encosta, a meio da baía, como já assinalámos. Isso quer dizer que, em caso de ataque por mar, a encosta seria a primeira linha de defesa da vila, servindo de barreira natural. Era por aí, a partir do mar e do porto, o principal acesso à vila, a par das estradas existentes a Norte. Segundo a planta de Chermont, as únicas saídas da vila situavam-se a leste, a *Saída do Terreiro de Miróbriga*, e a *Saída do Terreiro*, mas havia seguramente outras, porque as vias de comunicação eram “*determinantes na implantação de novas cidades e vilas tal como asseguram prosperidade às já existentes*” (Mattoso, 2015, p. 354). Na *Visitação de 1517*, refere-se, por exemplo, a estrada que de Sines levava a Colos (Soledade, s.d, p. 85 fl. 44), sem que

¹⁷³ “*Após a automatização de Sines relativamente a Santiago, houve, tudo indica um momento em que os poderes em presença, particularmente a Ordem de Santiago, planearam urbanisticamente a nova vila*” (Quaresma, 2012, p. 78).

¹⁷⁴ Orlando Ribeiro “*Cidades*”, *Dicionário História de Portugal*, citado por (Trindade & Rossa, 2006, p. 76).

¹⁷⁵ Veja-se Alexandra Paio, Luísa Trindade, Walter Rosa, Jorge Gaspar.

se saiba se era de facto uma estrada, ou apenas um caminho, aberto pelo uso e pelas carroças dos comerciantes.

Tais caminhos prolongavam-se em ruas no interior da vila. Delas, a mais importante era a rua Direita, a primeira a ser construída na maior parte das vezes e que era um dos elementos característicos do urbanismo medieval¹⁷⁶. Foi esse o caso de Sines¹⁷⁷, onde a Rua Direita existia desde o início do século XVI: era nessa rua, em casas da Igreja, que a Visitação de 1517 dizia que morava “*Isabell gomes alvarez molher que foy de gomçalo fernandjz tras huuma casa na Rua direita e paga de foro cada anno treze rreis e esta casa parte co Johan allvarez lobo pera fabrica*” (Soledade, s.d, p. 72 fl. 37). Ainda que nada o confirme, é provável que a Rua Direita tivesse crescido paralela à costa e terminasse no *Sítio dos Penedos*, caminho de terra que dava acesso à Ribeira¹⁷⁸. Para leste, a Rua Direita terminava junto à Travessa denominada *Tras do Castelo*. Tal disposição da Rua Direita como via paralela à margem que vai ligar ao cais marítimo, é uma das características das cidades portuárias (Rossa, 2002, p. 223).

Era na Rua Direita que viviam os indivíduos mais abastados e os mais importantes da vila. Era das ruas mais movimentadas. Espaço de comércio, de negócios, de troca de ideias, de encontro das gentes, era também era sítio de passagem dos comerciantes que vinham de fora¹⁷⁹. Segundo Sandra Patrício, as escrituras tabeliônicas mostram que, no século XVII, a Rua Direita era um local de habitação com quintais (Patrício, 2018, p. 01).

¹⁷⁶ “|...|rua mais rica, mais cobiçada e mais densamente povoada, paredes meias com a residência mais ou menos apalaçada dos moradores mais dinâmicos e mais influentes da comunidade – nessa rua se localizavam igrejas e capelas, confrarias e hospitais, a par de outros equipamentos urbanos tão importantes como os Açougues ou a própria casa da câmara” (Caetano, 2011, p. 287)

¹⁷⁷ “*quatro a cinco quarteirões, dispõem-se longitudinalmente ao longo da Rua Direita*” (Trindade, 2009, p. 476)

¹⁷⁸ “*O Lugar da Ribeira no extremo poente da vila era o sítio onde se situava a vida marítima de Sines. A zona é sobretudo marcada pela antiga Calheta, pelas casas e “lôgeas de pescadores” e pela igreja da Nossa Senhora das Salas*” (Jordão, 2017, p. 32)

¹⁷⁹ Como local de grande passagem, deteriorava-se mais facilmente o que levou a que, segundo Sandra Patrício, no início do século XVIII fosse criada uma postura - Livro das Posturas de 1705, nº 1 fl. 3 v-5 -, que obrigava os carreteiros a pagar uma quantia que seria posteriormente utilizada para o arranjo das calçadas.

A planta de Chermont mostra que a Rua Direita era cortada sensivelmente a meio pela Rua da Praça, que atravessava a vila no sentido Sul-Norte. A norte dava acesso às hortas que eram propriedade da Ordem, e a Sul terminava no adro da igreja. O topónimo Rua da Praça só surge nos desenhos do século XVIII. Nos dos séculos anteriores a rua não tem qualquer designação. A disposição em cruz destas duas ruas, as principais por certo, e a partir das quais foram surgindo outras, permite identificar na vila um urbanismo planeado, de tradição romana, em que a Rua Direita seria equivalente ao *decumanus* e a Rua da Praça ao *Cardo*.

Paralelas à Rua Direita encontramos a sul duas outras ruas: a Rua de São Salvador e a Rua do Mar, que terminam a Oeste no Sítio dos Penedos, e a Este no adro da igreja, o “*ponto quente*” da vila, segundo Luísa Trindade (Trindade, 2009, p. 477). Ainda acerca da Rua do Mar, comparando as plantas de Turriano e de Chermont, verifica-se que a rua se tornou mais homogénea, dando lugar à constituição de um quarteirão, sobretudo na parte leste, ao pé do adro da igreja, onde os edifícios estavam mais dispersos, com espaços vazios, desaproveitados entre eles. Observa-se, assim, um processo de aproveitamento contínuo do espaço, que é outra das características das vilas e das cidades medievais (Rossa, 1993, p. 256). A Rua de São Salvador e a Rua Direita são cortadas a meio por uma travessa cujo nome é ilegível e que parece conduzir a um edifício isolado, que pode ter sido uma igreja.

A norte da Rua Direita encontramos outras ruas paralelas. Ruas estas que terão sido abertas à medida que a população foi crescendo. Aí se encontra a Rua dos Clérigos, a Rua de São Francisco ou Rua do Açougue (Patrício, 2018), e a Rua do Areeiro¹⁸⁰. A Rua dos Clérigos e a de São Francisco terminam ambas no espaço dito Atalaia, enquanto a Rua do Areeiro desemboca no Terreiro da Godinha, de onde também é possível aceder à Atalaia, designação que talvez denuncie a existência de uma torre ou simplesmente de um ponto de vigia. A norte da Rua do Areeiro e do Terreiro da Godinha acede-se ao espaço rural, que circunda tanto o lado Este como Oeste da vila. Entre a Rua dos Clérigos e de São Francisco há uma travessa cujo nome também é ilegível.

¹⁸⁰ António Campos faz referência ao topónimo Largo do Areeiro afirmando que aí também se realizava a lota (Caetano, 2011, p. 85)

Paralela à Rua Direita e perpendicular à Rua da Praça, encontramos a Este a Rua da Cadeia, Rua do Cárcere, Rua do Norte e a Rua do Curral. Paralela à Rua da Praça, e também a Este, encontra-se a Travessa do Norte, que se inicia na bifurcação da Rua Direita com o Terreiro das Oliveiras e que atravessa a Rua do Saco e a Rua do Norte, terminando na zona das hortas. a norte da vila. Perpendicular à Travessa do Norte, encontramos a Este o Terreiro das Oliveiras, a Saída do Terreiro e a rua do Bombarral. Quanto à Rua do Norte, esta termina na Aldeia dos Cucos, que por sua vez dá acesso à Saída do Terreiro do Madrugo. Já a Rua do Saco liga ao Terreiro do Madrugo e à Aldeia dos Cucos. Até ao século XIX, toda esta área terá mantido uma feição pouco estruturada. *“A extremidade leste da Villa, ou a Aldêa dos Cucos, [...] é a cauda de Sines composta quasi toda de casinholas de taipa, e onde nada ha de notável senão dous recentes estabelecimentos de cortiça, por ora ainda fracos e muito inferiores ao da Senhora das Sallas.”* (Lopes, 1850, pp. 38-39).

Regressando à Rua da Praça, verifica-se, já na planta de Turriano, que existia a meio dela, onde converge a Rua do Cárcere e a da Cadeia, um espaço aberto, que formava um largo com a própria Rua da Praça. A existência dos largos é *“aparentemente, um derivado resultante da sua intersecção com um elemento urbano proeminente”* (Rossa, p. 253). O local surge assim como um espaço amplo de carácter urbano para onde convergiam as principais ruas da cidade. Mesmo que nada o comprove, cremos poder colocar a hipótese que aí houvesse alguma actividade comercial, pois as *“primeiras referências que se encontram na documentação relativamente ao termo praça, são já de inícios do séc. XIV e permitem afirmar, sem hesitações, que o vocábulo surge aplicado como sinónimo de mercado.”* (Trindade, 2009, pp. 705-706).

Este local, onde talvez já se fizesse “a praça” (ou seja, o mercado de frutas, legumes, etc.), foi efetivamente convertido em praça, no sentido mais formal e urbano do termo. Com efeito, ao contrário dos largos, as praças surgem como elementos planificados, projetados e construídos, sendo fundamentais na passagem do urbanismo medieval para o urbanismo moderno. Se olharmos para a planta de Chermont, é possível ver que esse espaço já se encontra não só delimitado, como regularizado e ampliado, incluindo a referência toponímica que o identifica como Praça Ribeirinha. O que mostra que a sua importância foi aumentando, tornando-se *“um palco privilegiado, encerrando em si*

mesma os principais símbolos da urbanidade e do poder concelhio” (Trindade, 2009, p. 741). Era nesta praça, neste lugar central, que no século XVIII se situavam a Casa da Câmara, a Cadeia e o Hospício da Ordem Terceira de São Francisco.

O Hospício de São Francisco só surge nos mapas do século XVIII. Nem Turriano, nem Massai, o assinalam nos seus desenhos. Se Turriano nada diz, Masai refere que a vila tem “*hũ convento de frades/da ordem de saõ fr.º*” (Guedes, 1989, p. 33). O que Massai descreveu como convento, sabemos ser uma igreja, a de Santa Isabel¹⁸¹, mandada erguer pela ordem de São Francisco provavelmente durante o século XVI. Sandra Patrício afirma que a igreja era também conhecida como hospício (Patrício, 2008) o que se prende com o facto de ela ter em anexo um pequeno hospício, construção que à época tinha uma conotação diferente da dos nossos dias. Raphael Bluteau define hospício como “*espécie de cõvento pequeno de alguma família Religiosa, em que se agassalhã os hospedes de uma Religião, quando passãõ por algum lugar, em que não tem convento em forma*” (Bluteau, 1728, p. 64).

A primeira referência àquela igreja encontra-se no *Tombo dos Bens do concelho*, no livro dos anos de 1767 a 1849, lendo-se no fólio 75-75v se lê que em 1774 foi feito um “*Autto de reconhecimento que faz Joaquim dos Santtos Borrvalho como ministro da Venerável Ordem Terceira da Penitencia desta villa de Sines ao Doutor Jose Antonio da Silveira como procurador geral da mesma de hum quintal que foii de Andre da Costta de Carvalho e hoje he igreja da mesma Ordem Terceira foreira a camara desta mesma villa no foro anual de cem reis pagos por quinze de Agosto de cada hum anno – 100 reis*” (Patrício, 2007). Da sua arquitetura nada se conhece, mas podemos imaginar que seria uma construção semelhante a qualquer igreja da ordem de São Francisco. Teria, assim, uma só nave, e estaria pouco ornamentada. Provavelmente, teria como orago a rainha Santa Isabel representada com o hábito das clarissas, ramo feminino da ordem. Segundo Francisco Lopes, a ordem de São Francisco teria quarenta irmãos, mais vinte que a Ordem do Santíssimo Sacramento e menos oito que a confraria da Misericórdia (Lopes, 1850, p. 71), o que faria dela a segunda irmandade mais importante. Já no que respeita às rendas

¹⁸¹ “*Santa Isabel, sita na Praça, pequeno Templo aceiado e decoroso*” (Lopes, 1850, p. 68)

da ordem, estas montavam a *”75 alqueires; 15 de centeio; 60\$000 rs. a juro; 3\$600 de foro, e a pitação de um bácaro. Despesa obrigada 30\$000 rs.”* (Lopes, 1850, p. 71).

Como referimos anteriormente, as assembleias do concelho em espaços públicos, como o adro da igreja, deram lugar a reuniões fechadas, só com a presença dos indivíduos mais prestigiados da vila, *“a quem cabe a boa gestão dos bens respectivos, a resolução dos problemas colectivos em certos domínios e a defesa dos interesses da comunidade* (Caetano, 2011, p. 261). Esta evolução das reuniões do concelho — que deixa *“de reunir em lugares abertos e mais ou menos informais para passarem a reunir-se num espaço fechado”* (Caetano, 2011, p. 143) — está na origem das Casas da Câmara e de uma maior especialização de cargos e funções dos agentes do concelho (Caetano, 2011, p. 152). Na segunda metade do século XV, já todos os concelhos portugueses, ricos ou pobres, maiores ou menores, tinham a sua casa da câmara (Caetano, 2011, p. 261). Também assim em Sines, cuja Casa da Câmara se localizava em 1517 junto ao adro da igreja: *“huum chão que tem a dita Igreja no adro apegado com a casa do Concelho”* (Soledade, s.d, p. 72 fl. 37). A referência seguinte à casa da câmara vem da planta de Chermont, no final do século XVIII, quando ela se situava no final da Rua do Cárcere, na Praça Ribeirinha.

A casa da câmara estava assim num ponto central da vila, enquadrada por outros edifícios de destaque, como o Hospício de São Francisco (Igreja de Santa Isabel) e os açougues, e de onde facilmente se acedia ao Hospital do Espírito Santo, à Igreja da Misericórdia e à igreja matriz, ou ao castelo. Como edifício importante, a casa da câmara localizava-se na zona mais prestigiada da vila.

Ainda que filiadas numa tipologia arquitetónica comum (Caetano, 2011, p. 444), as casas da câmara foram construídas de acordo com os recursos financeiros do concelho e com os materiais existentes em cada região¹⁸². Daí que todas elas sejam diferentes entre si. Diferenças essas que passavam pelos materiais utilizados e pelo tamanho, pois umas podiam ser casas térreas e outras terem um andar nobre, assim como as próprias fachadas, que podiam ser mais ou menos ornamentadas. Da arquitetura da casa da câmara de Sines, apenas se conhece a descrição de Francisco Lopes em 1850, apresentando-as como *“|...| um prédio humilde. Nelle ha dous compartimentos ou divisões. N’uma está o escriptorio do Concelho, n’outra o archivo da Câmara”* (Lopes, 1850, p. 62).

¹⁸² Caetano caracteriza a arquitetura destas casas de Arquitetura vernácula (Caetano, 2011, p. 445)

Considerando que a tipologia mais usual das casas da câmara era um edifício de dois andares, com a cadeia no piso térreo, e as salas da vereação e de audiência no piso nobre (Caetano, 2011, p. 340), e tendo em conta a descrição feita por Francisco Lopes, pensamos que a casa da câmara se enquadrava dentro desta tipologia. Um prédio de dois andares, que se misturava na malha urbana, sem grandes detalhes decorativos, mas que era o símbolo do poder local. Se a sua fachada principal desse para a praça¹⁸³, talvez nela tivesse o brasão do concelho, provavelmente por cima da entrada principal e entre as janelas das suas duas divisões.

Era na casa da câmara que se guardava tudo o que dizia respeito à administração tanto do concelho como da própria comunidade (Caetano, 2011, p. 145). Como Francisco Lopes esclarece, era lá que se guardava o arquivo, descrito como *“uma arca comprida com um espaldar em forma de banco de Igreja ou coisa que o valha! Aí, 10 livros de sessões que remontão apenas ao anno de 1600, de capa engelhada de pergaminho e escripta intrincada de sulfato de ferro e a carta do foral da Villa, que está bem conservada, foi tudo que vi. A Câmara deve mandar trasladar aqueles livros para letra legível, e ir formando de espaço com exactidão e sem dispêndio (no que lucrará honra e proveito) um tomo das suas propriedades”* (Lopes, 1850, p. 62). A acreditar na descrição de Francisco Lopes, também aí estava a Cadeia — *“Cadea de Sines é uma casinhola terrea por baixo das casas da Camara”* (Lopes, 1850, p. 88) —, numa localização que era frequente noutras cidades e vilas do país. Como diz Carlos Caetano, opinião partilhada por vários historiadores, as cadeias ficavam nas casas das câmaras (Caetano, 2011, p. 780), frequentemente *“sob a sala das audiências, fazendo-se muitas vezes a respectiva ligação por um simples alçapão, rasgado no próprio sobrado da audiência”* (Caetano, 2011, p. 782). A planta de Chermont (cita a Rua da Cadeia e a Rua do Cárcere, ruas paralelas entre si e que convergem para a Praça Ribeirinha), sugere, contudo, outra localização, talvez numa época anterior.

¹⁸³ “Casas da câmara integradas na fachada urbana de uma rua ou mesmo da praça local encontram-se por todo o país e desde as épocas mais antigas. Trata-se de casas com apenas *uma única fachada*, a que corresponde à sua frente urbana” (Caetano, 2011, p. 325)

Das suas características, apenas falam as palavras de Francisco Lopes, que esclareceu ter então ela “*uma divisão para mulheres, outra para homens. [...] Leitores, quereis saber o que é a Cadeia de Sines? É um teatro como o são todas as nossas Cadeas, onde de quando em quando, se representam vários actos desta tragédia de medonha verdade*” (Lopes, 1850, pp. 88-90). Talvez tivesse uma enxovia¹⁸⁴, já que esta fazia parte dos elementos obrigatórios nestes edifícios (Caetano, 2011, p. 811). Seja como for, por estar situada na Praça Ribeirinha, junto à câmara, onde eram julgados homens e mulheres e onde se decidia a liberdade ou prisão, a vida ou morte, era a cadeia um símbolo do poder local, com um carácter intimidatório para as gentes que por aí passavam.

Ainda acerca das cadeias, sabemos que inicialmente estas localizavam-se no interior do castelo, sendo que a partir do reinado de D. João II é que esta localização se vai alterar¹⁸⁵. É no reinado de D. Manuel que se vai assistir ao “*grande surto construtivo*” (Trindade, 2009, p. 795). As cadeias começam assim a surgir como parte integrante das casas da câmara. “*Nos casos em que tal coincidiu com a edificação de um novo paço concelhio, a cadeia foi desde o início contemplada na organização do espaço, ocupando invariavelmente uma dependência no piso térreo*” (Trindade, 2009, p. 796). A propósito desta tipologia Carlos Caetano afirma que “*a tipologia mais usual das casas da câmara era um edifício de dois andares, com a cadeia no piso térreo, e as salas da vereação e de audiência no piso nobre*” (Caetano, 2011, p. 340).

Após consultar as fontes manuscritas, a bibliografia geral, e uma visita *in loco*, cremos ser possível levantar uma hipótese acerca da localização, mais exacta, da casa da câmara/cadeia.

Através da leitura das fontes do século XVI e século XVIII, podemos afirmar que a igreja existente nos nossos dias não é a mesma que existia no século XVI.

¹⁸⁴ Enxovia parte do carcere que fica rente com a rua, ou abaixo do seu nível, escura húmida e pouco sã (Bluteau, 1728, p. 521)

¹⁸⁵ “[...] A partir de 1491, data em que D. João II ordenou que se fizessem nos principais lugares das “Correções de nossos Reinos mui boas casas de cadeias em que os presos possam estar seguros de fugirem e não recebam pelas maldades das casas maus tangimentos de sua pessoas” (Trindade, 2009, p. 795)

A *Visitação de 1517* dá-nos uma descrição bastante pormenorizada da igreja do Salvador no que concerne a arquitetura e decoração bem como o espaço exterior, o adro. “*E o corpo da dita igreja tem três naves |...| O adro da dita Igreja tem da parte do norte das casas ate a Igreja xbij (17) varas e da parte do sull das casas ate a Igreija tem dexanoue varas e meia e da parte do leuante tem duas varas, da capela ate ho muro, e da parte do ponemte tem o dito adro, vjmte e duas varas//.*” (Soledade, s.d, pp. 11-12, fl. 6-6v). Algumas páginas a seguir, lê-se que a casa do Concelho se localizava no adro da igreja. “*Huum chão que tem a dita Igreja no adro apegado com a casa do Concelho//.*” (Soledade, s.d, p. 72 fl. 37). Note-se que a cadeia não é mencionada pelos visitantes quando referem a casa do concelho. Tendo em conta o que dissemos anteriormente, consideramos que esta existia na casa do concelho não sendo referida pelos visitantes por não fazer parte das propriedades da Ordem. Ou seja, a cadeia era propriedade do concelho.

Já pela leitura das *Memórias Paroquiais*, sabemos que a igreja foi reconstruída em 1730. “*Com grande fundo, mas foi demolido se no ano de 1730 pa/ra se reedificar, a fïzeraõ de huma so nave, e todas as / Capelas faciais.*” (Falcão, 1987, pp. 20, fl. 6v).

Analisando a reconstituição do adro da igreja proposta Luísa Trindade (Fig. 15), consideramos como adro o espaço envolvente da igreja (Anexo 4). Ou seja, o espaço entre a Rua de São Salvador (Nº 2), Rua da Praça, (Nº3), Largo Poeta Bocage (Nº4) terminando junto ao castelo, onde é visível uma casa denominada *Antiga Cadeia*.

Tendo em conta o que até aqui dissemos acerca do perímetro do adro da igreja bem como da cadeia como parte integrante da casa da câmara, leva-nos a levantar a hipótese de uma localização mais precisa da casa do concelho referida na *Visitação de 1517*. Ou seja, onde hoje é visível a Antiga Cadeia seria a casa do concelho no século XVI. A hipótese por nós levantada, vale o que vale. Eram necessários mais estudos, sobretudo arqueológicos que confirmassem, ou não, esta hipótese.

Ainda acerca da Praça Ribeirinha, continuando para sul, encontramos a Igreja da Misericórdia e o Hospital do Espírito Santo. Sensivelmente defronte um do outro, ambos fazem parte do espaço onde está também inserida a Igreja de São Salvador. Do adro desta,

acedia-se à Barroca da Misericórdia e à ribeira (daí a Praça Ribeirinha), mas também ao castelo. A disposição deste conjunto, do castelo e da Igreja de São Salvador, no cimo da encosta e de frente para o mar¹⁸⁶, dava um sentimento de grandiosidade, sobretudo aos que chegavam por mar. A primeira imagem que tinham da vila era a representação do poder militar e do poder religioso.

Mesmo sem ser usado para as assembleias do concelho, o adro da igreja continuou a ser um espaço de convívio, onde as gentes frequentemente se juntavam. Sabendo que os adros eram muitas das vezes locais de mercado, onde eram colocadas não só as tendas dos comerciantes, como as bancas dos tabeliães, podemos colocar a hipótese de o adro da igreja ter também servido como espaço de trocas. Se bem que nada o comprove, a existência de um mercado na porta oeste do castelo corresponde a uma tradição local. Segundo a Visitação de 1517, o adro era um espaço amplo: *“E o adro da dita Igreja tem da parte do norte das casas ate a Igreja xbij (17) varas e da parte do sull das casas ate a Igreja tem dezanove varas e meia e da parte do leuante tem duas varas, da capela ate ho muro, e da parte do ponemte tem o dito adro, vjnte e duas varas* (Soledade, s.d, p. fl. 6 v). Tal descrição já permitiu a Luísa Trindade ensaiar a sua reconstituição em termos espaciais (Fig. 15), concluindo que a área deste dá testemunho de ter sido local de encontro e sociabilidade (Trindade, 2009, p. 477). A necrópole que nele existia foi identificada pelas escavações realizadas por Paula Pereira e Sónia Ferro em 2013 (Pereira & Ferro, 2017), numa das zonas do adro da Igreja de São Salvador, hoje conhecido como Largo Poeta Bocage, factor que não chamaria poucos indivíduos ao local.

Por tudo o que foi dito, torna-se claro que a base da malha urbanística da vila era formada pela Rua Direita e pela Rua da Praça, às quais se ligava a maior parte das outras ruas existentes, quer directa, quer indirectamente. São elas, no fundo, que articulam às zonas administrativas e comerciais às áreas habitacionais, sendo elas que determinam, ainda, o tamanho dos quarteirões. Estes últimos surgem paralelos ou perpendiculares às duas principais vias, circunscritos por travessas e becos (Trindade, 2013, p. 75). Como anteriormente referimos, as plantas de Turriano a Diogo Mota mostram que a vila manteve a estrutura morfológica praticamente sem modificações entre os séculos XVI e XVIII. O que significa que as alterações terão ocorrido a nível interno, com construções

em espaços vazios vila à medida que a população crescia. A maior parte das casas seriam térreas, com poucas divisões, construídas com os materiais da região e quase sempre com um quintal nas traseiras. Diz Francisco Lopes que, ainda no século XIX, “*as casas térreas orçã quasi em numero pelas altas. São todas caiadas. A maior parte feita de pedra e cal, mas tem um grandíssimo defeito – falta de latrinas. As que tem quintaes fazem deles casas de despejo*” (Lopes, 1850, pp. 34-35).

5.2.1 - A estrutura viária

No interior das vilas, como em Sines, as vias existentes eram inicialmente caminhos de terra, muitas vezes feitos pela passagem das gentes. Em regra, estreitas, tornavam-se mais largas quando tinham maior afluxo de gente e de carroças (Trindade, 2009, p. 82), mas eram raras as que estavam calcetadas. Muitas delas davam acesso a caminhos e a estradas no exterior da vila, sobre as quais se colhem alguns dados nas visitas e na cartografia.

Analisando a planta de Chermont, apercebemo-nos da existência de um conjunto de ruas que, dada a sua designação toponímica, partem da vila e comunicam com estradas que ligam a outras localidades. A maior parte destas vias exteriores concentra-se a Este (Saída do Terreiro, Rua do Bombarral Saída do Terreiro do Madrugo), ou a norte da vila (Rua da Praça, Travessa do Norte), menos a Oeste, onde apenas surge o Caminho da Ribeira. A existência de várias barrocas nessa zona — Barroca do mar (Soledade, s.d, p. 69 fl. 35v), Barroca do Castelo, ou o Barranco da Misericórdia, referido no desenho de Chermont — sugere que havia outras passagens para a ribeira. Por outro lado, a *Visitação de 1517* documenta um caminho que ia da ermida de Nossa Senhora das Salas para a ribeira, bem como a estrada que ligava Sines a Colos (Soledade, s.d, p. 85 fl. 44), como já se referiu antes.

5.2.2 - Espaços Colectivos

Uma vila não se constrói unicamente com habitações e edifícios administrativos. Dela fazem parte um conjunto de estruturas, algumas planificadas outras que vão surgindo

naturalmente, que embora tenham características e funções diferentes, possuem uma característica comum. São espaços de encontro das gentes. Incluímos neste grupo, além do adro da igreja, a praça, os largos e os rossios bem como os poços, fontes e chafarizes. Dado que anteriormente caracterizamos o adro e a praça, não consideramos ser necessário voltar ao assunto.

Originalmente os rossios eram espaços amplos, situados perto das saídas das vilas, o que permitia um acesso fácil, quer aos transportes de mercadorias, quer à circulação do gado. Pela *Visitação de 1480*, sabemos que havia um rossio em Sines nas últimas décadas do século XV, junto a um dos reguengos da Ordem — “*outro regueengo que parte co o rossio da dicta vila honde estam as ortas foreiras aa Ordem*” (Fonseca, 1999, p. 286 fl. 2v). Segundo a *Visitação de 1517*, era no rossio que estava situado o forno de telhas da vila — “*huum forno de telha no Resyo desta villa*” (Soledade, s.d, p. 85 fl. 44).

Para Francisco Lopes, o rossio era um dos três largos da vila, acrescentando que ele era “*o mais considerável em tamanho, mas o mais solitário e humilde*” (Lopes, 1850, p. 34). Seria este um espaço aberto, de cariz semi-rural, servido por vários caminhos e por norma situado junto de uma das saídas da vila, o que facilitava os acessos. Era no rossio que se deixavam os cavalos, ou se acurralava o gado. Ainda que o rossio não conste nas plantas da vila, pelas fontes acima referidas e pelo desenho de Chermont, consideramos que ele se situava na zona norte da vila — eventualmente entre a zona do matadouro e a Saída do Madrugo. Mas importa recordar que, ao contrário dos largos, de carácter urbano, os rossios eram espaços periurbanos, de natureza rural.

Mais importantes que o rossio, eram os poços, as fontes e os chafarizes. Numa sociedade onde as habitações não tinham água canalizada, estas estruturas eram essenciais para abastecer a vila. O transporte de água era sobretudo trabalho das mulheres, a quem competiam as lides domésticas. Levada a água em cântaros, a dimensão destes vasos tornava necessário a deslocação frequente aos espaços de abastecimento de água, pelo que os poços e as fontes tornaram-se assim sítio de encontro e de socialização para as mulheres. Descalça vai para a fonte, como dizia Camões.

Por atenção às características destas estruturas, optamos por as dividir em dois grupos. De um lado os poços, do outro as fontes e chafarizes. Tal divisão justifica-se pela

sua localização. Se os poços eram abertos em locais de fácil acesso à água, as fontes, e sobretudo, os chafarizes construía-se em sítios escolhidos pelas gentes que governavam a vila e a sua fiscalização competia aos vereadores. Não admira, por isso, que as fontes e os chafarizes tenham sido caracterizados como “*estruturas essenciais nos planeamentos de novas vilas e cidades*” (Estrela, 2017, p. 38).

É a cartografia que nos informa sobre estas estruturas em Sines. Através do desenho de Chermont, verifica-se que a vila tinha dois poços. Um junto ao Curral dos Bois, por detrás do castelo, o outro, dito de São Marcos¹⁸⁶, localizado entre o Terreiro das Oliveiras e a Saída do Terreiro, ambas no exterior da vila. Ao que parece, o último deles ficava “*num baldio municipal, e a sua utilização era pública e abastecia o chafariz de São Sebastião*” (Silva, 2018, p. 111). Na planta de Turriano, não são referidos estes dois poços, o que nos leva a colocar a hipótese de a sua abertura ter sido realizada entre os séculos XVII e XVIII.

O mesmo não se pode afirmar acerca das fontes. O mapa que Turriano desenhou da vila têm localizadas cinco fontes. Todas paralelas à linha costeira. Como refere Massaii “*Esta a ditta Villa [...] tem huã emseada de mar, quazi em figura de mejo sirculo [...] E ão longuo della há m.^{tas} fontes de m.^{ta} e boá agoá ã os mareantes fazem suás aguadas com m.^{to} comodo*” (Guedes, 1989, pp. 32-33). Quer isto dizer que as fontes, além de servir as gentes locais, também serviam quem vinha de fora. Adicionamos aqui aos mareantes, os comerciantes, os animais que puxavam as carroças e que faziam das fontes bebedouro. Destas, ou doutras, só a *Visitação de 1517* faz referência à existência de uma fonte-na ermida de Nossa Senhora das Salas “*e demtro na dita Irmjda estaa huuma fomte daguoa nadjuel (nascida)*” (Soledade, s.d, p. 19 fl.10)

Quanto aos chafarizes, Sandra Patrício da Silva afirma que só surgem documentados nos livros de vereação do final do século XVII, o que torna o seu estudo tarefa bastante complicada. Baseado no trabalho desta investigadora, são conhecidos três chafarizes em Sines. O mais antigo era o Chafariz das Bicas Velhas, documentado desde o século

¹⁸⁶ “O poço de São Marcos, junto à ermida homónima, também fornecia água à população” (Silva, 2018, p. 110)

XVII¹⁸⁷. Outro deles era o Chafariz de São Sebastião, também chamado Chafariz Novo, que segundo a investigadora está apenas atestado em 1840¹⁸⁸, embora considere que ele era mais antigo e fosse abastecido pelo poço de São Marcos (Silva S. C., 2018, p. 111). O último era o Chafariz de Nossa Senhora das Salas, também conhecido como Chafariz das Bicas da Ribeira de Cima, talvez com várias bocas de água e que deve corresponder à fonte que a visitação de 1517 situa nessa ermida.

Dada a localização das fontes no mapa de Turriano e o nome destes chafarizes, podemos colocar a hipótese de se tratar das mesmas infra-estruturas. Ou seja, as cinco fontes representadas por Turriano incluíam os três chafarizes documentados por Sandra Patrício, o que significa que dois terão desaparecido. Apesar de designadas de diferentes formas, fontes e chafarizes englobam-se na mesma categoria. Quanto a nós, as diferenças prendem-se sobretudo com o facto de as fontes estarem localizadas junto às nascentes de água e de terem um tanque utilizado para as mais diversas tarefas. Arquitetonicamente podemos supor que deveriam ser construções simples, adossadas à parede e com um cano por onde saía a água para um tanque. Já os chafarizes não têm necessariamente de estar junto às nascentes. O que significa que a sua localização poderia ser planeada, para garantir água onde ela era mais precisa. Para abastecer os chafarizes, a água viria dos poços, como no caso do Chafariz de São Sebastião, cuja água vinha do poço de São Marcos, através de um sistema de canos que ligava estas duas estruturas.

5.2.3 - Espaços de devoção, assistência

Como todos os concelhos do reino, Sines tinha um conjunto de espaços de devoção e de assistência espiritual. Falamos das igrejas e capelas. Casas erguidas pela fé dos homens e que também fazem parte do urbanismo da vila.

¹⁸⁷ Segundo Sandra Patrício, surge referenciado nas Vereações, livro 1 fl. 3-3v de Janeiro de 1667, “quando o rendeiro da almotaçaria tinha como obrigação, além de cobrar a renda municipal, mantê-lo em boas condições.”(Silva, 2018, p. 109)

¹⁸⁸ “Em 1840, a Câmara deliberou pagar a despesa da obra no chafariz de São Sebastião” (Silva, 2018, p. 517)

Não se sabe o ano em que foi construída, a igreja matriz de São Salvador. A primeira referência à igreja de Sines data de 1371 (Marques, 2017, pp. 22, nota 34).

Em 1376, sabemos que a igreja fora taxada em 110 libras (Fonseca, 2006, p. 381), um valor que era metade da taxa da igreja de Santiago do Cacém, mas mais alto que o doutras igrejas da região, como já se indicou. Pela *Visitação de 1517*, sabemos que a igreja era um edifício de três naves, com colunas de pedra e capela-mor de pedra e cal. O altar estava forrado de azulejos e nas paredes tinha pintadas figuras de Santos já desgastadas pelo tempo. O prior era Rui Dias. (Soledade, s.d, pp. 9-12 fl. 5-6v). Talvez o mesmo Rui Dias que na *Visitação de 1533* continuava a deter o priorado (Pimenta M. C., 2001, p. 579). A mesma visitação menciona João Leitão como clérigo de missa na igreja de São Salvador (Pimenta, 2001, p. 484).

A igreja possuía um tesoureiro que a quem cabia “*receber os óbulos (donativos) dados pelos crentes ao assistirem à Santa Missa e receber os rendimentos dos foros das Irmandades e de fazer todas as despesas que lhe fossem ordenadas pelo mestre da Ordem e pelo pároco da igreja*” (Soledade, 1982, p. 161). Em 1572, o tesoureiro era Manuel Antunes, em 1585 Pedro Gonçalves, em 1602 Luís Penedo, em 1605 Rodrigo Afonso, em 1643 Teodoro de Azevedo, em 1648 o padre Pedro Lopes Revolto e em 1690 o padre João Lopes¹⁸⁹.

Perto do adro da igreja matriz ficava a Igreja do Espírito Santo (Igreja da Misericórdia): “*A igreja do Espirito Sancto mística com o Hospital, fica fronteyra á da Matriz ficando a ua porta que he/para o Oriente fronteyra á da matriz dicando a sua porta que he/para o Occidente. Entre estas duas Jgrejas, a a /Mizericordia que fica a hum lado para a parte do Nor/te se forma hum grande largo, aberto para a parte do mar,/que faz bastantemente vistoso aquelle sitio*” (Falcão, 1987, p. 24). Soldade refere que a igreja foi reconstruída em 1585, por então se considerar que a primitiva, além de estar muito deteriorada, era pequena para o número de fiéis, pelo que foi pedida

¹⁸⁹ Os nomes dos tesoueiros apresentados pelo autor estão fundamentados na *Chancelaria Antiga da Ordem de Santiago*, Livro 4 fl. 352 para o ano de 1572; livro 2 fl. 95 para o ano de 1585; livro 8 fl. 28 para o ano de 1602; livro 8 fl. 263 V para o ano de 1605; livro 15 fl. 180 para o ano de 1643; livro 15 fl. 74 para o ano de 1648; livro 19 fl. 463 V para o ano de 1690 (Soledade, 1982, p. 161)

autorização para que a nova construção ocupasse parte do adro da igreja de São Salvador (Soledade, 1982, p. 146).

Alguns historiadores afirmam que a ermida de Nossa Senhora das Salas (antiga), foi mandada construir por D. Vataça, durante o período em que teve a comenda de Santiago do Cacém¹⁹⁰. Cremos que esta informação não pode ser dada como inteiramente correcta, se tivermos em conta que não existem testemunhos da sua construção. A única excepção é a informação dada pela Visitação de 1517, mais de um século após a data em que viveu D. Vataça. Tendo em conta que ela terá vivido em Santiago do Cacém a partir de 1317¹⁹¹, e que morreu em 1336 em Coimbra (Vilhena, 2008, p. 220), foi nesta cidade que passou provavelmente nesta cidade os últimos anos da sua vida, talvez na companhia de D. Isabel de Aragão¹⁹², no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Quer isto dizer que a construção da ermida Nossa Senhora das Salas por D. Vataça (Soledade, s.d, p. 25 fl. 12v), não é mais do que uma memória baseada numa tradição que Falcão & Pereira dizem histórica (Falcão & Pereira, 1998, p. 83), mas que para nós é uma memória de tradição oral.

Não se sabe quem foi o encomendador. A ermida já existia nos finais do século XV, pois é referida na Visitação de 1480. O próprio nome da ermida, Senhora das Salas em que Salas poderá ter derivado de salgas, indústria que exista em Sines desde a época romana, leva a colocar a hipótese de ter sido encomendada pelas gentes do mar, que seriam os responsáveis pela sua manutenção. São estes que surgem entre os confrades da igreja (Soledade, s.d, p. 24 fl. 12v), mesmo se então a ermida apenas tinha uma irmandade informal, já que a confraria só foi criada em 1689, por decisão do mestre da ordem (Soledade, 1982, pp. 144-145).

¹⁹⁰ “Porque esta Irmida de nossa senhora das salas foy edificada no tempo que a Rajnha dona betaca de greçia aquj desembarcou, e ella fez a dita Irmjda” (Soledade, s.d, p. 25 fl. 12v)

¹⁹¹ Maria da Conceição Vilhena, no seu artigo, *Vataça a Comendadeira de Santiago do Cacém*, propõe o ano de 1317 como a data eventual da residência de D. Vataça em Santiago do Cacém

¹⁹² Maria da Conceição Vilhena, no seu artigo, *Vataça a Comendadeira de Santiago do Cacém*, refere a existência de uma enorme amizade entre D. Isabel de Aragão e D. Vataça bem como afirma que “*Tinham idades muito próximas e eram ainda familiares: primas em 8º grau*” (Vilhena, 2008, p. 215)

A atual ermida foi patrocinada por Vasco da Gama¹⁹³, cujo brasão está colocado no interior da ermida e no portal¹⁹⁴. No do portal existem duas lápides, uma com as armas dos Gamas, a outra com uma inscrição comemorativa: “ESTA CA/SA DE NOSA SENHORA DAS / SALAS MANDOU FAZER O MUTTO /MANJFICO SENHORO DÕ UASCO DA G/AMA CONDE DA VJDJGUEIRA AL/MJRANTE E VJSE REJ DAS YNDIAS” (Falcão & Pereira, 1998, p. 87). Em 1517, nas determinações dos visitantes ficara decidido que os “*mordomos e comfrades da dita casa que a faram majs comprida asy como damtes era, E aaleuamtem e corrgam com huuma janela contra ho mar aquall obra lhe emcomendamos e Rogamos que faram ho mais cedo que poderem; por ser casa de mujta devaçam*” (Soledade, s.d, p. 24 fl.12v). Isto quer dizer que a ermida já tinha sido maior, ou era pequena para as gentes que a procuravam em romaria. O elevado número de alfaias, objectos litúrgicos e de propriedades (Soledade, s.d, pp. 18-24; 9v-12v) é representativo da devoção destas gentes a Nossa Senhora das Salas. Era então mordomo dela “*pires annes lobo, E achamos que tjnha em seu poder oytocentos nouenta e três rreis*” (Soledade, s.d, p. 24 fl.25v). Também se conhecem alguns dos seus capelães: Frei Ângelo (1469), António Dias (1605), João Falagre (1609), Sebastião Fragoso (julho de 1613), António da Serra (dezembro de 1633), Freire Domingos Martins (1681), António Rodrigues (1692).

Também havia outras ermidas. Era o caso da Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, localizada junto à Ribeira da Junqueira. António Quaresma afirma ser “*relacionada com os frades de São Paulo da Serra do Ossa, que aqui tiveram uma casa e uma na Provença, a partir de 1447 onde viveram quatro ou cinco frades.*” (Quaresma, 2012, p. 84), sem, no entanto, fundamentar esta afirmação. Ou a Ermida de São Giraldo (*Sam giralldo*) — “*No termo deta villa ao lomgo do mar fez dom Vasquo da gama almjramte da Imdia huuma Irmjda de sam giraldo que hy estaa feyta Aquall nom tem ao presemente ornamentos*

¹⁹³ “A primitiva ermida da Nossa Senhora das Salas, situando-se possivelmente a este da atual a alguns metros de distância” (Falcão & Pereira, 1998, p. 84). Embora não se saiba a data certa em que Vasco da Gama a mandou construir, pensa-se que terá sido após o seu regresso da Índia e após a promessa de D. Manuel de “*lhe dar e Fazer doação e mercê da villa de Sines*” (Fonseca, 1997, p. 46)

¹⁹⁴ António Falcão e Ricardo Estevam Pereira colocam a hipótese de o portal ter sido construído na oficina de Boitaca devido às suas características arquitetónicas (Falcão & Pereira, 1998, p. 91)

nem cousa alguma” (Soledade, s.d, p. 30 *fl. 15v*) —, a Ermida de Santa Comba, sita numa herdade do termo de Sines e com capelães desde o século XVI (Soledade, 1982, p. 135), a Ermida de São Bartolomeu, localizada no que hoje é conhecida como a Ribeira dos Moinhos e que está documentada pela *Visitação de 1517*: “*a dita Irmida aquall he de pedra e caall cuberta de telha vãa, e no altar estaa a imagem de sam bertollameu, niua pymtada per partes demtro em huuma caixa fechada [...] e tem huum alpendre cuberto de telha*” (Soledade, s.d, p. 25; *fl. 13*). À época, o mordomo da ermida era Fernão Lopes, que pediu para ser substituído por estar de partida para a Índia (Soledade, s.d, p. *fl.13v*).

A *Visitação de 1517* também menciona a ermida de São Sebastião¹⁹⁵. Segundo os visitantes, além de estar danificada, a ermida não tinha quaisquer ornamentos, pelo que determinaram que o concelho providenciasse o “*que lhe for neçesarjo*” (Soledade, s.d, p. *fl. 15*). A documentação refere que em 1533 os visitantes encontram várias vestimentas gastas. Segundo Sandra Patrício, “*O visitador considerou que não avya vistido pera se dizer missa*” tendo determinado que as vestimentas fossem vendidas e o dinheiro entregue ao prior, o que, segundo a investigadora de facto aconteceu. “[...] *em 1554 o visitador já encontrou poucas roupas necessárias ao culto: nom tem cousa nenhuma mais que vinte e tres mezas de manteis e huma toalha de panno de linno hum pano de capa de chaul. A ermida estava deribada*” (Patrício, s.d, p. 01)

Data dessa época a Ermida de São Pedro, mandada construir por D. Luís de Noronha e paga com o dinheiro das esmolas (Soledade, s.d, p. 28 *fl.14v*). Em 1533, o mordomo da ermida era Álvaro Pires (Pimenta M. C., 2001, p. 324), embora ela viesse a ser completamente destruída pelo terremoto de 1755¹⁹⁶. Não era muito anterior a ermida de São Marcos, que estava a ser edificada por volta de 1632 e que se situava junto “*à estrada de Colos, a pouco mais de 500 metros da porta do castelo*” (Soledade, 1982, p. 132).

¹⁹⁵ Construída em “*pedra e caal e tem huuma capella com suas grades madeirada toda de castanho e he toda ladrilhada de tijolo e em cyma do altar estaa a jmagem de sam sebastião*”.

¹⁹⁶ “*Conforme testemunho do padre da ifreja matriz de Sines, Ver. Alexandre Bernardo Mimoso, [...] pedeceu grandemente e as suas torres que soa sete entre todas e as mais delas ficaram abertas com grandes fendas*” (Soledade, 1982, p. 63)

Como já se notou, havia um poço nas suas imediações, que abastecia o chafariz da ermida de São Sebastião¹⁹⁷.

Havia duas casas religiosas em Sines: o convento de Santo António e o mosteiro de Nossa Senhora da Junqueira. O primeiro aparece no mapa de Turriano e fora fundado em 1504 pelo comendador Jorge Furtado de Mendonça e pela sua mulher, D. Maria de Sousa, tendo servido de panteão familiar (Sousa, Pina, Andrade, & Santos, 2016, p. 319). Ficava a Sul do Pontal de Santa Catarina (Pereira, 2012, p. 174) e era uma casa pequena, “*onde viviam doze religiosos*” (Soledade, 1982, p. 139). O segundo foi fundado em 1447 pelo clérigo João Gonçalves numa herdade de sesmaria na Junqueira, termo de Sines (Sousa, Pina, Andrade, & Santos, 2016, p. 149). Não há vestígios do conjunto monástico, mas terá tido alguma importância, pois em 1454 estava sob proteção de D. Afonso V¹⁹⁸

Já referidas de passagem, a propósito de ermida de Nossa Senhora das Salas, havia em Sines algumas confrarias. Documentadas desde o século XVI, estavam votadas à assistência mútua, quer na doença, quer na morte, sendo que a ajuda podia estender-se à família do doente, ou do defunto. A mais antiga delas era a confraria dos Pescadores, que ficou referida na *Visitação de 1517*, quando os visitantes determinaram, a pedido dos confrades, que fossem eleitos juizes para a dita confraria (Soledade, s.d, p. 76 fl. 39). Por outro lado, a *Visitação de 1565* menciona algumas outras: Confraria do Santíssimo Sacramento¹⁹⁹, a Confraria do Espírito Santo e o seu Hospital, a Confraria Nossa Senhora das Salas, a Confraria de São Bartolomeu, a Confraria de São Pedro, a Confraria de São Sebastião, a Confraria do Corpo Santo, a Confraria de São João Baptista²⁰⁰, a Irmandade

¹⁹⁷ A consulta do *Livro de Actas* da Câmara Municipal de Sines, folio 54-55, de 1915 permitiu a Sandra Patrício afirmar que era o poço de São Marcos que abastecia o chafariz de São Sebastião. (Silva, 2018, p. 111)

¹⁹⁸ “*Isentou-a do pagamento de peitas, fintas, pedidos e empréstimos, sisas e portagens [...] e, em 1458, pela bula Speciali gratia, Pio II concede aos pobres aí residentes a isenção do pagamento da dizima sobre os frutos das herdades da Provença*” (Sousa, Pina, Andrade, & Santos, 2016, p. 149)

¹⁹⁹ “*Por alvará régio de D. Sebastião, em 1577, a Irmandade do Santíssimo Sacramento recebe por esmola anualmente cinco alqueires de azeite para benefício da confraria*” (Soledade, 1982, p. 171)

²⁰⁰ “*Em 1605 a Confraria de São João Baptista na igreja matriz de S. Salvador recebe a confirmação do seu “Compromisso” em 30 de Agosto do referido ano pelo rei Felipe II*” (Soledade, 1982, p. 171)

de São Luís²⁰¹, a Confraria de Nossa Senhora da Conceição²⁰² e a Confraria de Nossa Senhora do Rosário²⁰³, cujo culto estava associado no Brasil a São Benedito, padroeiro dos negros e dos mulatos. Para Sines, é possível que esta confraria admitisse negros e mulatos entre os seus confrades (Fonseca, Patricio, & Santos, 2017, p. 195).

Todas estas confrarias, ou quase, administravam uma capela, ou um altar. Disso não há notícias concretas²⁰⁴, mas uma fonte mais tardia, as *Memórias Paroquiais de Sines*, identifica seis altares na igreja matriz. Três do lado da epístola (o altar de São Luiz Bispo e de São João Baptista, o das Santas Almas e o do Cruzeiro), outros três na parte do evangelho (o altar da Nossa Senhora da Conceição, o do Corpo Santo, também conhecido como Altar de São Frei Pedro Gonçalves, e o de Nossa Senhora do Rosário), todos com retábulos de talha dourada e arcos de pedraria (Falcão, 1987, p. 21). Tendo em conta a sua decoração, talha dourada e arcos em pedraria, podemos concluir que seriam confrarias com algum poder económico. Por outro lado, o recurso à talha dourada leva-nos a colocar a hipótese de em Sines existir um mestre entalhador, ou natural do concelho ou vindo de fora.

Também a Misericórdia era uma confraria. Surgida em Sines durante o século XVI, mas em data incerta²⁰⁵, tinha o propósito das confrarias anteriores, agora a assistência aos mais necessitados através da caridade. Os seus estatutos determinavam as catorze obras

²⁰¹ “Em 17 de Setembro de 1614 a Irmandade de São Luís da igreja de S. Salvador de Sines recebe provisão de confirmação do seu compromisso para continuar a fazer bem ao próximo” (Soledade, 1982, p. 171)

²⁰² “Recebe confirmação regia em 1607 a Confraria de Nossa Senhora da Conceição da igreja matriz” (Soledade, 1982, p. 171)

²⁰³ É referida pela primeira vez na Visitação de 1565 (Fonseca, Patricio, & Santos, 2017, p. 195)

²⁰⁴ Acerca dos altares sabemos pela *Visitação de 1517*, sabemos que estes eram forrados a azulejos e tinham as figuras dos santos pintadas. “[...] e nas costas do dalltar na parede estaa pymtado samtantonyo e sam bemto e ho altar he forrado dazulejos [...] na parte de epistolla estaa outro alltar da emvocaçam de sam Joham evangelista forrado dazulejos e sobre ho alltar na parede estaa pymtado de matiz sam joham e sam bras [...] na parede da parte do sull estaão pymtados de matiz sambertolameu e sam Roque e samta catarina e sam bras” (Soledade, s.d, p. 11 fl. 6)

²⁰⁵ “Não há noticiado principio, ou origem/desta Sancta Caza da Misericórdia, e só consta/que ja no anno de=1516=exsitia, pr alguns pa/peis que do tal anno nella achãõ, e saõ os mais/antigos que se descobriãõ.” (Falcão, 1987, pp. 25-26)

da Misericórdia, sete espirituais e sete corporais²⁰⁶, que “deveriam de ser cumpridas pelos confrades. Sem ter edifício próprio, o que era normal na época²⁰⁷, a Misericórdia anexou o Hospital e a Igreja do Espírito Santo (Soledade, 1982, p. 165). De todas as confrarias da vila, a Misericórdia foi a única cujo poder e importância aumentou ao longo dos tempos tornando-se na instituição de assistência mais importante da vila de Sines, tal como era noutras vilas, ou cidades. Desde a sua origem que esta confraria foi beneficiada pelos legados das gentes locais, em dinheiro, ou em propriedades, pelo que ela se tornou numa das maiores proprietárias da vila²⁰⁸.

Ainda no que concerne aos espaços de assistência, conhecem-se dois hospitais na vila. Um deles era o já citado Hospital do Santo Espírito, que em inícios do século XVI tinha duas divisões para os enfermos e outras duas para os romeiros (Soledade, 1982, p. 16) e cujo mordomo “*lopo leitam*”, surge citado na *Visitação* de 1517 (Soledade, s.d, p. 34 fl.18). O segundo era a capela e o hospital de Mem Piriz, nome com que designava umas casas anexas à capela, “*em que agora se agasalham os pobres*” (Soledade, s.d, p. 31 fl.16), à data administrada por João Delgado, tendo os visitantes de 1517 determinado que se elaborasse o tomo dos bens do hospital.

Tudo o que foi visto acerca da vila, da toponímia aos edifícios administrativos e aos espaços de convívio, das habitações aos espaços de devoção e de assistência, faz parte do ambiente que caracterizava a vida urbana. Aspectos que permitiram entrever, também, as dinâmicas que alteraram a paisagem da vila entre os finais do século XVI e os finais

²⁰⁶ “As Misericórdias são confrarias de leigos que se organizaram sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia com objetivos assistenciais, incluindo o acolhimento e tratamento de doentes.” (Pinho, 2019, p. S38)

²⁰⁷ “Dada a função para que foram instituídas, as Confrarias da Misericórdia tinham necessidade de um edifício que associasse vários espaços: um espaço onde assistir os doentes e peregrinos – hospital ou enfermaria; um outro de cariz religioso onde realizar as celebrações litúrgicas – igreja; um local onde os irmãos oficiais se pudessem reunir – casa do despacho [...] muitas Misericórdias anexarem hospitais já existentes e com instalações próprias” (Pinho, 2019, p. S38)

²⁰⁸ Soledade, baseado no *Livro dos Bens Foreiros da Santa casa da Misericórdia de Sines* pg. 166-167, nomeia os bens que a Santa Casa da Misericórdia possuía no concelho de Sines. Ainda que não saibamos quando estes foram doados sabemos que desde o século XVI ao século XVIII, a Santa Casa da Misericórdia de Sines era proprietária, entre outros, carias casas na vila, varias courelas e herdades fora da vila.

do século XVIII, quando a malha urbana se tornou mais densa através das construções que iam ocupando os espaços vazios. De uma vila que cresceu (Fig. 29), que se expandiu para poente e para nascente, mas cujo núcleo (Fig. 30) se manteve muito próximo do traçado do mapa de Turriano. De uma vila que nunca perdeu, também, a relação com a ribeira e com o porto de mar, a principal razão da sua existência e do seu crescimento urbano.

5.3 - O Porto

“Acompanhando a Rua Direita para poente, paralelamente ao mar chega-se à zona da Ribeira, o extremo poente da vila que se estende sobre o mar, onde se situava a vida marítima de Sines. Esta é sobretudo marcada pela Calheta, o porto seguro que abriga as embarcações e que serve de porta para o comércio marítimo com o exterior, sendo o elemento articulador entre a cidade e o mar.” (Jordão, 2017, p. 19).

É a esta relação com o porto e com o mar que a vila de Sines deve a sua existência, como já por várias vezes se assinalou. Parece assim fazer todo o sentido retomar o assunto e terminar a dissertação olhando para o porto de Sines, para perceber a evolução deste a partir do período romano, quando era porto da cidade de Miróbriga.

Para compreender a evolução do porto, há que ter em conta as suas características principais. A localização geográfica, por ser o único desde Setúbal, e a sua morfologia, a sua enseada natural. São estas características que o valorizam, logo à partida. Como porto secundário, terá tido alguma importância durante a época dos descobrimentos. Contudo, não cremos que Sines fosse porto de partida de caravelas, tal como o porto de Lisboa, ou de Lagos, em busca do novo mundo.

António Campos lembra que, *“quando falamos de porto de Sines, temos de considerar vários espaços. Desde logo existe a área da baía que Alexandre Massai descrevia como: “(...) huã emseada de mar quazi em figura de mejo sirculo. [...] Outro espaço que poderia servir funções portuárias é a atual praia Vasco da Gama. Até meados do sec. XX o areal era utilizado para varar pequenas embarcações de pesca, barcas das armações, para efetuar reparações de barcos e possivelmente construção naval. [...] a praia era também um dos espaços onde se realizava a lota, a par do Largo*

do Areeiro (actual Rua Pero de Alenquer) e da Ribeira. Por fim, no extremo oeste da baía existia um abrigo natural onde a Ribeira de Sines se viria a instalar” (Campos, 2017, p. 84). Não partilhamos totalmente da opinião do investigador. Concordamos que, para falar do porto de Sines, é necessário considerar vários espaços, embora na nossa opinião os espaços sejam só dois. Consideramos que na área ocupada pela baía já se inclui a actual praia Vasco da Gama, sendo que o outro espaço a considerar é a zona poente, o abrigo natural, conhecido por calheta, onde vai crescer a zona portuária.

Perceber a evolução do porto significa olhar para as fontes e para a bibliografia, preferencialmente de forma cronológica. Em jeito de síntese, porque tudo isto já foi dito, recordemos que as primeiras referências ao porto são do reinado de D. Afonso III²⁰⁹. O diploma de 1254/1255, no qual “*D. Afonso III ordena às justiças de todos os lugares da fronteira marítima e terrestre que não deixem levar para fora do reino ouro, prata, cera e panos de cor, definindo pena para os infractores*” (Fonseca, 2006, p. 693), e onde surge o nome de *Sactum Jacobum de Cacem*. (Fonseca, 2006, p. 171), e o acordo entre o rei e a ordem de 1279, onde se estipulou que “*se per ventura alguua ballea ou balleato ou sream ou foca ou roaz ou musarana ou outro pescado grande que semelhe algum destes morrer em Sezinbra ou em Sines ou nos outros logares da Ordem que el Rey aja ende seu dirreito e deaas igrejas da Ordem a dizima daquel dirreito que hi ouver el Rey aly hu os pescados sobredictos matarem*” (Fonseca, 2006, pp. 268-269); e a carta de 1305, pela qual D. Dinis emprestou “*a Joane Momedes e Bonanati, pelo tempo de 10 anos, [...] 1.500 libras e feitura de uma almadrava para pescar atuns, golfinhos, toninhas e espadartes, entre Sines e Setúbal [...] e pagariam a dizima e a sétima parte dos atuns, etc., que matassem*” (Marques, 1988, pp. 24-25 n° 33).

Estas referências são importantes. Em primeiro lugar, porque mostram que o mar de Sines era rico em peixe²¹⁰. Depois, porque caracterizam Sines como lugar de fronteira marítima e como porto de saída de produtos como o “*ouro, prata, cera e panos de cor*”.

²⁰⁹ A Crónica de Rogério de Hoveden, de finais do século XII, se documenta Sines como uma “*terra um tanto arenosa que entra pelo mar dentro*”, nada diz do porto (Marques M. A., 2017, pp. 20, nota 14).

²¹⁰ “*Ho mar/ nesta paragem he abundante de pexe E de ódin.^{ro} vem pesquar á elle Barquos de fora: e há na Villa duas Armaçoiš, á huã dellas da gente da me/sma terra, E á outra da Villa de setubál, os quaiš pesquaõ sardinhas, Cavallas, coruinas, E Atum q.^{do} mar o da*” (Guedes, 1989, p. 33)

Quer isto dizer que Sines se afirmou “*como um dos raros pontos (portos) de escoamento dos produtos do Baixo Alentejo (cereais, cortiça, peixe ou carvão)*” (Bastos, Dias, Batista, & Batista, 2012). Recordemos, ainda, o foral da portagem de Lisboa, onde Sines foi citado como lugar de chegada de produtos do Alentejo²¹¹, e porto de saída de vinho, cereais, mel, peixe, carvão e cortiça, em direcção a Lisboa²¹².

As descobertas levaram a que no porto começassem a surgir outros produtos, vindos de além-mar. Muitos deles, sobretudo no que respeita aos têxteis, surgem na Visitação de 1517 como oferendas à ermida da Senhora das Salas: “*huum sayo de nossa senhora de cetim pardo bordado de veludo; sayo do menjno Jhusus de damasco preto bordado; huuma camjsa de pano de guinee*” (Soledade, s.d, pp. 17-18 fl. 8/8v). Como porto comercial, mantinha relações com portos do reino e do exterior como a Galiza. Pela “Crónica dos feitos de Guiné” de Gomes Eanes de Zurrara, sabemos que em 1446 havia no mar de Sines um corsário galego: “*Ca, em todos aquelles dous meses nunca ouuerom nhũa vista de terra, na fim dos quaaes cobrarom vista de hũa fusta, que era darmada, da qual se temerom muyto, pensando que era de mouros; mas, depois que souberom que era de hũu cossairo galego que se chamaua Pero Falcom, sobreueo em eles hũa noua ledice, e muyto mais quando lhe foe dicto que eram na costa de Portugal, atraues de hũu lugar do mestrado de Sanctiagio, que se chama Sines*” (Dinis, 1968, p. 146).

Não temos conhecimento, contudo, de ter partido de Sines qualquer caravela em direcção ao novo mundo, pelo que a contribuição do porto e da vila de Sines dizia respeito ao abastecimento das caravelas, quer de mantimentos, quer de homens que partiam para o novo mundo. Sandra Patrício cita uma carta de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das *cousas da cidade de Ceuta*, relativa às receitas e despesas de 1451 de 1452. Entre outras, referem-se nessa carta as despesas que Gonçalo Pacheco fez com o transporte de

²¹¹ Segundo António Costa que cita António Quaresma “*Dadas as condições dos acessos terrestres a Sines, o mar era uma estrada privilegiada de mercadorias e pessoas. Sines escoava sobretudo produtos provenientes do seu termo e dos Concelhos vizinhos [...] nomeadamente Santiago do Cacém e Grândola, podendo o seu raio de influência alargar-se ao Campo de Ourique*” (Campos, 2017, p. 88)

²¹² No foral da portagem de Lisboa, o porto de Sines está referenciado como lugar de onde saía, vinho, cereais, mel, peixe, carvão, e cortiça em direcção a Lisboa “*Titulo dos aueres que vierem dodemjra e de sines pela foz*” (Marques, 1988, p. 53)

fretes de certa frasca e bitalhas que trouxeram de Sines a Setubal Aires Eanes e Vasco Gonçalves, pescadores, moradores nesta vila, nas suas caravelas (Patrício, 2017, p. 70). Para 1517, também se sabe que “*fernã lopez mordomo de Sam Bertolameu esta de camjinho pera a Imdia* “ (Soledade, s.d, p. 27 fl.14), enquanto o *Tombo de propriedades da vila de Sines e Santiago do Cacem* de 1565 deixou notícia de “*Afonso piriz piloto da carreira da India*”²¹³. Testemunhos que indiciam o contributo de Sines para as viagens da época dos Descobrimentos.

O pequeno porto surge-nos assim como um lugar bastante movimentado. Local de chegada e partida de caravelas e de embarcações pesqueiras, era espaço de reunião e convívio das gentes. A sua importância na rede de comércio marítimo justificava, aliás, a existência de um escrivão dos dízimos e dos pescados da Ribeira e dos despachos das caravelas (Soledade, s.d, p. 29 fl. 40v), (Pimenta M. C., 2001, p. 555). Por secundário que fosse, entravam e saíam por ele várias mercadorias, como refere o foral manuelino. Só depois de descarregadas e controladas pelos oficiais competentes e de cobradas as taxas devidas, é que elas poderiam ser comercializadas na vila, ou transportadas para outros concelhos. Todo esse movimento gerava riqueza para a vila, mas também receitas para a Ordem e para o monarca. Disso dão conta diversas cartas de quitação com referência ao rendimento da alfândega de Sines:

1. A 6 de Outubro de 1500, o rei mandava “*tomar conta em nossa Fazenda a Garcia Afonso, rendeiro e recebedor que foi no nosso almoxarifado de Beja, do anno de 498. E pella recadaçam que lhe foi feita da dita conta se mostra receber o dito recebedor 3:667:700 reaes, a saber: |...| 18:000 rs. que rendeo alfandega de Sines |...| Dada em Lixboa, a 6 de outubro de 1500*” (Freire A. B., 1906, p. 426);
2. A 9 de Fevereiro de 1513, foi a vez de “*tomar ora conta a Joam Diaz, recebedor do nosso almoxarifado de Beja, de todo o que recebeo e despendeo os dous anos passados de 509 e 510 do rendimento do dito almoxarifado. |...| se mostra elle dito recebedor em ambos os ditos dous anos 7:277:889 reaes por esta guisa, a saber: 3:806:408 rs. o anno de 509 per esta guisa, a saber: 3:700:035 rs. per que o dito anno o dito almoxarifado foi arrendado o dito anno; |...| e 493 do rendimento da alfandega de Sines. E 3:471:481 rs. que recebeo o anno de 510 per esta guisa, a saber: |...| e 3:916 do rendimento da alfandega de Sines|...|*

²¹³ <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251483>

Dada em Evora, a 9 de fevereiro, Diogo Vaz a fez, de 1513” (Freire A. B., 1906, p. 388);

3. A 4 de Janeiro de 1515, passava-se carta de quitação a João Machado, recebedor do almoxarifado de Beja, que dera “*conta em a nossa Fazenda de 2:113:653 reaes que recebe e rendeo o dito almoxarifado o ano de 513, que o dito ano foi arrendado, a saber: |...| 6:000 rs. do rendimento das alfandega de Sines e de Villa Nova de Mil Fontes|...| Dada em Almeirim, a 4 de janeiro, Gaspar Godinho, escrivã dos Contos, a fez, de 1515*” (Freire A. B., 1906, p. 426);
4. E por fim, a 16 de Janeiro de 1518, o mesmo João Machado prestava conta do que recebera no “*almoxarifado de Beja o anno de 516. E pelo ençarramento de sua conta se achou serem sobre [elle] carregados em receita 2:167:420 reaes, a saber: |...| 15:000 dos pesquados de Synes |...| Dada em Evora, a 16 janeiro, Jorge Fernandez a fez, anno de 1518*” (Freire A. B., 1906, p. 400).

Como se pode verificar por estes documentos, além do pescado, o porto de Sines tinha uma dinâmica comercial significativa. Isso levou a que fosse criada uma série de infraestruturas, umas directamente relacionadas com a pesca, tais como zonas de salga e de secagem de peixe, ou para armazenar o sal que vinha de Setúbal e de Alcácer do Sal²¹⁴, outras com a construção naval. Por carta enviada a D. Manuel pelo concelho de Sines, este queixava-se dos entraves postos àquela actividade: “*Senhor somos agravados dos rendeiros do verde que se queremos fazer caravellas ou batees pera serviço de Vosa Alteza os ditos rendeiros nom nos dam lugar que talhemos sovero pera lyame dos ditos navios salvo com muita pena o qual Senhor saberá Vosa Alteza que nem Sezimbra nem Ribatejo nem Alcaçar tal se nom defende salvo aqui que nós faríamos navios se nom fossem tam grandes penas*” (Marques M. A., 2017, p. 61).

O porto de Sines era pequeno para o movimento que tinha e houve necessidade de o reestruturar. Como nota um investigador, “*o pequeno abrigo natural, formado por uma restinga de pedra, num dos lados da baía, constituiu o “porto”, onde se recolhiam as embarcações e se faziam cargas e descargas; apresentava, porém, vários óbices, um dos quais a pequenez pois não podia albergar mais do que 10 a 12 batéis*” (Quaresma, 2012,

²¹⁴ Em Sines não existiam salinas. A documentação refere que os nos finais do século XV os pescadores queixavam-se da dizima do sal que traziam “*de Setuvall e de Alcaçar do Sall*” (Marques M. A., 2017, p. 61)

p. 96). Os homens-bons do concelho estavam conscientes da situação, e, em carta enviada a D. Manuel, por volta de 1498, diziam que “*nom há porto menos de XIII legoas que he Setuvall e nom temos nesta villa salvo huua fasca muyto estreyta em que se podia nella fazer huum porto muy boom pera acrescentamento desta villa e vosos reynos*” (MARQUES, 2017, p. 60). Não se sabe se a petição foi atendida, mas, entre 1520 e 1521, Sines recebeu 171.000 reaes para a construção de um cais no porto: “*Mandámos hora tomar comta a Luis Homem, cavaleiro da nosa casa, dos 171:000 reaes que hos annos pasados de 520 e 21 recebeo pera o fazymento da hobra do quais de Synes, a saber: 45:000 que lhe mandámos entregar; e 30:000 que ouvemos por bem que paguase ho Allmirante dom Vasco e Jorge Furtado, 15:000 cada huũ; e 95:000 que recebeo dos pesquisadores marquanês (sic) da dita vila e termo e dous luguares, segundo se comtem em sua recadaçam, por que se monstrou dar de todo o dito dinheiro comta...por bem do qual... he damos por quite e livre... Dada em Lixboa, 20 de julho, Joham do Porto há fez 1522. Os 45:000 que lhe mandámos entregar foram 15:000 por Pero Vaz de Bejaa ho anno de 518 e os 30:000 polo dito dinheiro das terças polos officiaes da dita vila de Synes*” (Freire A. B., 1910, p. 407)

Ainda que a quantia não fosse avultada, o cais parece ter sido construído, surgindo em 1532 designado como um ancoradouro: “*hua calheta omde se recolhem dez a doze bates pegenos de pescar, abrigada do vento oeste da parte do mar, ata o nordeste*” (Freire A. B., 1906, p. 334). A designação como calheta, um pequeno abrigo, demonstra, porém, que o cais não era muito grande. No século XVII, João Turriano representou-a na planta da vila tal como ela “*ora esta*” (Letra I), assim como as *lógeas* (Letra H) e os armazéns dos pescadores, para guardar o material utilizado na faina do mar. (Fig. 10). Situava-se a poente da vila, em zona não urbanizada, junto à ermida de Nossa Senhora das Salas (Letra G). Também traçou três plantas da calheta, duas em maior forma (Fig. 22-24), outra de perfil (Fig. 25), sendo que nesta última Turriano desenhou uma plataforma onde seriam colocados os meios de defesa da costa. De acordo com os seus planos, os trabalhos a realizar incluíam a construção, nos rochedos, de uma muralha onde seriam colocados os meios de defesa necessários, assim como um muro que a ligasse a falésia e um caminho de acesso entre a arriba e o porto (Campos, 2017, p. 87).

As obras iniciadas por Turriano (Quaresma, 2011, p. 03) não ficaram concluídas. Do facto dá conta uma petição dos moradores de Sines, na qual solicitavam o alargamento da obra em curso na calheta, para que nela se abrigassem “60 Barquos entre grandes e pequenos, emtre uarados e a nado, ã comá tál comodidade podia bem áver no seu contorno ou Rodeo três ou quatro Armaçoiš de sardinha, Cavallas, corvinas, E Atum (Guedes, 1989, p. 34).

Em 1604 os trabalhos foram entregues a Alexandre Massai ²¹⁵, que começou por traçar novas plantas da calheta (Fig. 26 e 27). Ao contrário das plantas da vila, idênticas às de Turriano, as da calheta eram bastante diferentes e mais completas. Dadas as alterações propostas por Massai e a exigência de simplificação do Conselho da Fazenda, sobretudo por questões económicas, o projecto de Turriano não foi seguido na totalidade. Ou seja, provavelmente só as construções já iniciadas é que foram terminadas, ainda que com algumas alterações, como veremos.

Assim, Massai em 1606 deu início aos trabalhos. Nestes incluía-se “*hũ nouo caminho E hũ caež e ã se cortaçe p.^{te} da rocha, E se fizessem alguaš paredes |...| E ã |...| se fizesse hũ muro |...| E ã por sima delle lhe fiquasse praça p.^a 6 ou 7 pessas de Artelharia E Cazas p.^a muniçãõ |...| E se foi comti/nuan/do com a tál obra áte fim do áno de 1616*” (Guedes, 1989, p. 35) Os trabalhos avançaram, e, em 1616, Massai informou o Conselho da Fazenda que o muro iniciado por Turriano estava quase terminado, considerando que era suficiente o que fora construído. Assim, além das escadas que não foram feitas por ordem do Conselho da Fazenda (Campos, 2017, p. 87), parar a construção do muro significava uma economia para os cofres da Coroa. Como diz Massai, o novo caminho para a vila “*não esta de todo acabado mas pore por elle vão e vem carretas, e o Empreitr.^o hé obrigado acaballo*”. Dos planos de Massai fazia parte a construção de uma praça para artilharia, para defesa do porto, embora ela não tenha sido terminada. O Conselho da Fazenda mandou suspender a obra em 1617 (Guedes, 1989, p. 122), porque se entendeu que “*a Artelharia naõ era de efeito emsima do ditto muro E ã*

²¹⁵ “Os moradores da ditto villa de sines fizeraõ petissaõ á Sua Mg.^{de} na qual pediaõ se fizesse o ã ao diante se dis; E fernaõ da silua Veédor da Sua/ faz.^{da} me mandou da p.^{te} do ditto soř em agosto de 604 ã eu fosse ver o sitio, E delle desse emformaçãõ E traça |...|” (Guedes, 1989, p. 34)

fazendo çe este muro se via por/clara E manifesta experiencçia ã ele seria cauza de se emtupir a ditta calheta de aréa e ã o tal guasto ã emportaua seis contos de rã seria per/dido e a ditta calheta fiquaria emutil /sic|” (Guedes, 1989, p. 35)

Na década de vinte, para informar o Conselho da Fazenda sobre o andamento dos trabalhos, Massai apresentou um traço de pormenor da calheta. À época, estaria por “concluir a cobertura das lojas do interior da calheta, a limpeza da praia e de rochedos, o calçar do caminho da arriba para o porto, os muros da arriba e a limpeza do caminho novo que descia da vila para a Ribeira.” (Campos, 2017). Observando os mapas que Massai traçou para a calheta e para as obras realizadas enquanto elas estiveram seu cargo, durante quase vinte anos (Quaresma, 2012, p. 97), é visível que muitas das alterações propostas pelo engenheiro não foram realizadas, provavelmente por falta de capital. Seja como for, como bem afirma Quaresma, foram estes os “*primeiros grandes trabalhos de engenharia hidráulica realizados na calheta*” (Quaresma, 2012, p. 97).

As obras da calheta nunca foram terminadas. As que ainda assim se fizeram foram importantes para o desenvolvimento da vila. O aumento da capacidade do porto de Sines favoreceu, por certo, o crescimento das trocas e das pescas, criando melhores condições para o desenvolvimento da vila, que a partir do século XVIII expandiria as zonas urbanas para as áreas envolventes. Como insiste Alexandra Paio, “*O sucesso de uma [...] vila, é muitas vezes assegurado pela combinação de uma boa posição geográfica e uma importante ligação mercantil*” (Paio, 2001, p. 110). Foi esse, sem dúvida, o caso de Sines. Sem a baía natural e sem o porto respectivo, a vila nunca teria existido. De Vila Nova de Milfontes ao estuário do sado, tudo o que existiria seriam dunas.

CONCLUSÃO

Apesar das dificuldades, mormente pela falta de documentação medieval sobre Sines, chegámos ao fim desta dissertação, pelo que importa fazer uma síntese de tudo o foi escrito, discutido e analisado, de todas as questões que tentamos responder e de todas as que deixamos em aberto.

Através da arqueologia, mostrámos que a vila de Sines não se incluía na categoria das vilas construídas de raiz, mas na categoria de um povoado que era termo doutra vila e que por necessidade de defesa territorial, sobretudo da zona costeira, fora autonomizado de Santiago do Cacém e elevado a vila. Surge assim uma das primeiras conclusões sobre a importância do mar e da concha de Sines, que vão estar na base da existência e do desenvolvimento da própria vila.

A história de Sines aparenta ligar-se, de facto, a Miróbriga, e, depois, a Santiago do Cacém. Se os vestígios arqueológicos mais antigos, desde o Paleolítico à Idade do Ferro, se distribuem sobretudo pelo termo da vila, a ocupação desta última só arranca, ao que parece, durante a época romana. É o que revelam os vestígios descobertos na vila, e, sobretudo, no castelo e na área envolvente. O espaço não perdeu importância nos séculos seguintes, como revelam os abundantes e relevantes testemunhos visigóticos. Talvez o povoamento do local se tenha mantido em época muçulmana, como atesta a epígrafe que revela a existência de um *ribat*, ou o *fortelitio* que surge depois referido na documentação dos freires de Santiago. Não se tratava, por certo, de um grande núcleo urbano, mas de um povoado secundário, talvez não mais de *meia dúzia de famílias*, certamente ocupadas na pesca e nas instalações romanas de preparados de peixe, ou nos tratos comerciais de um porto dependente de Miróbriga, ou de Santiago do Cacém.

A conquista cristã não alterou estas realidades e Sines foi incluída no termo de Alcácer-do-Sal, e, depois, de Santiago do Cacém, quando estas vilas foram entregues à Ordem de Santiago. Mas o afastamento das guerras de conquista, pacificou a fronteira e abriu a possibilidade de multiplicar as trocas marítimas. Datam dessa época, como se viu, as primeiras referências a Sines, ou melhor, ao mar de Sines. O facto de aí se encontrar o único porto entre Setúbal e o Algarve, garantiu a fortuna deste e o desenvolvimento do

próprio povoado, que nascera no cimo da encosta. Por tudo isso, não é de admirar que a 24 novembro de 1362 Sines fosse autonomizada de Santiago do Cacém, com estatuto de “*vila com jurisdição cível e crime, isenta da sujeição a Santiago do Cacém*” (Pimenta, 2005, p. 149). Neste novo contexto, analisámos o desenvolvimento da vila, olhando para a forma como nela se faziam sentir os diferentes poderes, desde o concelho, à Ordem e ao monarca. Foi nosso objectivo perceber como estes poderes estavam organizados e como se relacionavam entre si. Dada a sua localização marítima, olhámos ainda para a forma como ela e o termo estavam defendidos. A esse propósito, vimos que, apesar dos projectos existentes, o castelo manteve alguma importância, já que só seria construído o forte do Revelim. O forte do Pontal não passou de uma referência no mapa de Mouro.

Como o desenvolvimento da vila não dependia apenas dos poderes em exercício, analisámos as actividades económicas, assentes no aproveitamento dos recursos agrícolas e marítimos. Aqui inserimos a pesca, quiçá a actividade principal das gentes, e o comércio marítimo. Como porto que servia o interior alentejano, Sines manteve um papel de relevo durante a época dos descobrimentos. Mas o crescimento da vila foi lento e esta manteria a matriz urbana inicial até finais do século XVIII, embora se tivesse assistido a um maior preenchimento dos espaços vazios e à formação de novos quarteirões.

Terminámos esta dissertação a olhar para o porto de Sines e para os dados relativos à sua actividade. Mas também para as obras necessárias para o melhorar e defender. Para a calheta, para as obras realizadas e para as que ficaram por realizar. Todas justificadas por razões defensivas. Mas decisivas não só para o desenvolvimento da zona portuária, como para o crescimento da própria vila. Que alterou a sua fisionomia à medida das necessidades, sem nunca ter perdido o carácter de vila portuária medieval, ainda visível nas estruturas existentes, do traçado das ruas, ao castelo, à igreja e às ermidas.

Se há muito para descobrir acerca de Sines e da sua história, com este trabalho cremos ter contribuído para o conhecimento da vila entre os séculos XIV e XVII, seja pelas questões que levantámos e pelos problemas que discutimos, seja pelas conclusões a que chegámos, seja, ainda, através das hipóteses que deixámos em aberto.

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

ANEXOS

Anexo 1: Sítios arqueológicos na freguesia do Porto Covo.

Anexo 1A: Localização dos sítios arqueológicos na freguesia do Porto Covo

Anexo 2: Sítios arqueológicos na freguesia de Sines.

Anexo 2A: Localização dos sítios arqueológicos na freguesia de Sines

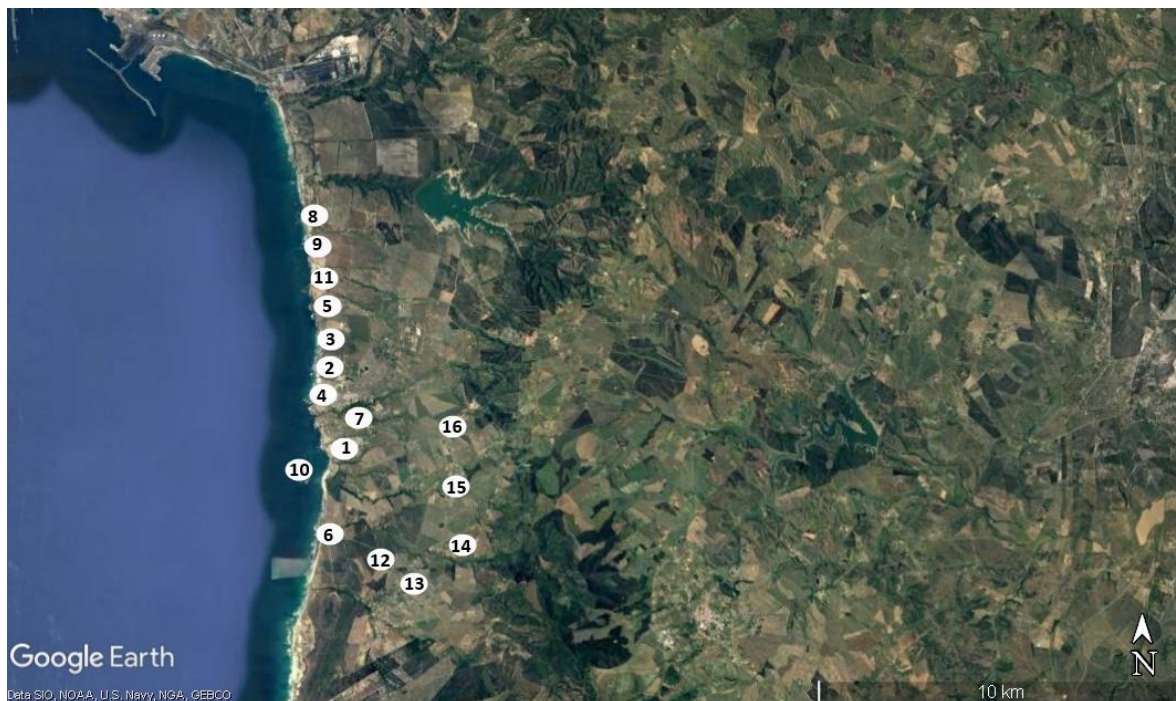
Anexo 3: Evolução da vila de Sines.

Anexo 4: Proposta da localização casa do concelho/cadeia em 1517

Anexo 5: Largo Poeta Bocage/ adro da Igreja Matriz

Anexo 1: Sítios arqueológicos referenciados na freguesia do Porto Covo, concelho de Sines. <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Período	Código	Sítio	Testemunhos	
Paleolítico	3425	Porto Covo (7)	Estação ao Ar Livre	
	3263	Forte do Pessegueiro (6)	Vestígios Diversos	
	3260	Carniceira (4)	Achados Isolados	
Mesolítico	6048	Aivados (1)	Indústria Lítica	
	3425	Porto Covo (7)	Estação ao Ar Livre	
	10772	Monte do Burrinho (3)	Estação ao Ar Livre	
	2001	Vidigal (13)	Concheiro	
	10770	Praia de Vale Figueira (8)	Estação ao Ar Livre	
Neolítico	10771	Praia da Foz 1 (11)	Estação ao Ar Livre	
	3261	Burrinho (2)	Habitat	
	2182	Gruta Abrigo do Vidigal (14)	Abrigo	
	Neolítico Antigo	3228	Vale Vistoso (12)	Povoado
		3187	Praia da Oliveirinha (9)	Habitat
		33909	Samouqueira 2 (5)	Estação ao Ar Livre
Calcolítico	3228	Vale Vistoso (12)	Cerâmica	
Idade do Bronze	3187	Praia da Oliveirinha (9)	Recoleção de Marisco	
	3072	Monte da Ilha (14)	Habitat e Necrópole	
	3611	Pessegueiro (16)	Povoado e Necrópole	
Idade do Ferro	12747	Ilha do Pessegueiro (10)	Complexo Industrial	
	3611	Pessegueiro (16)	Povoado e Necrópole	
Romano	12747	Ilha do Pessegueiro (10)	Construções Romanas	



Anexo 1A: Localização dos sítios referenciados no anexo 1. Imagem obtida no Google Earth. Esc: 1/10 km

Período	Código	Sítio	Testemunhos
Paleolítico Superior	18940	Praia do Norte (3)	Estação ao Ar Livre
	3191	Foz da Ribeira de Morgavél (4)	Estação ao Ar Livre
Mesolítico	3191	Foz da Ribeira de Morgavél (4)	Estação ao Ar Livre
	18940	Praia do Norte (3)	Estação ao Ar Livre
	149	Vale Marim 1 (5)	Estação ao Ar Livre
	21774	Vale Marim 2 (6)	Estação ao Ar Livre
	10715	Cabo de Sines (7)	Estação ao Ar Livre
Neolítico Antigo	3326	Vale Pincel 1(10)	Estação ao Ar Livre
Neolítico	23280	Brejo Redondo 1 (9)	Habitat
	5221	Poveira (11)	Habitat

Neolítico Médio	23279	Palmeirinha (12)	Habitat
Neolítico Final	4665	Cerro do Banheiro (13)	Laminas sílex, machados...
	148	Monte Novo 1 (8)	Povoado Fortificado
	12848	Vale Píncel 2 (14)	Habitat
Neo-Calcolítico	12552	São Torpes (15)	Anta/Dólmen
Calcolítico	148	Monte Novo 1 (8)	Povoado Fortificado
	33580	Monte dos Chãos (16)	Vestígios de Superfície
Idade do Bronze	23279	Palmeirinha (12)	Habitat
	3330	Provença (17)	Necrópole
	3426	Quitéria (18)	Povoado e necrópole
Idade do Ferro	3076	Herdade do Gaio (19)	Necrópole
Alta Idade Média	4173	Castelo de Sines (20)	Vestígios Vários
Romano	4173	Castelo de Sines (20)	Construções Romanas
	33579	Almarjões (1)	Mancha de Ocupação
	18542	Courela dos Chãos (2)	Villa
	23282	Monte Novo 2 (21)	Vestígios Diversos
Idade Moderna	11695	Capela N. Sra. das Salas (22)	
	34123	Necrópole Igreja S. Salvador (23)	Necrópole
	36218	Monte do Feio (24)	Vestígios de Superfície
	33341	Rua Teófilo Braga (25)	Silo
Indeterminado	34770	Herdade do Pego (26)	Estação ao Ar Livre
	32999	Largo do Muro da Praia	Silo
	25371	Pego da Vaca 1 (27)	Vestígios de Superfície
	33760	Rua Miguel Bombarda (28)	Muro

Anexo 2: Sítios arqueológicos referenciados na freguesia de Sines.

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna



Anexo 2A: Localização dos sítios referenciados no anexo 2. Imagem obtida no Google Earth. Esc: 1/5 Km.

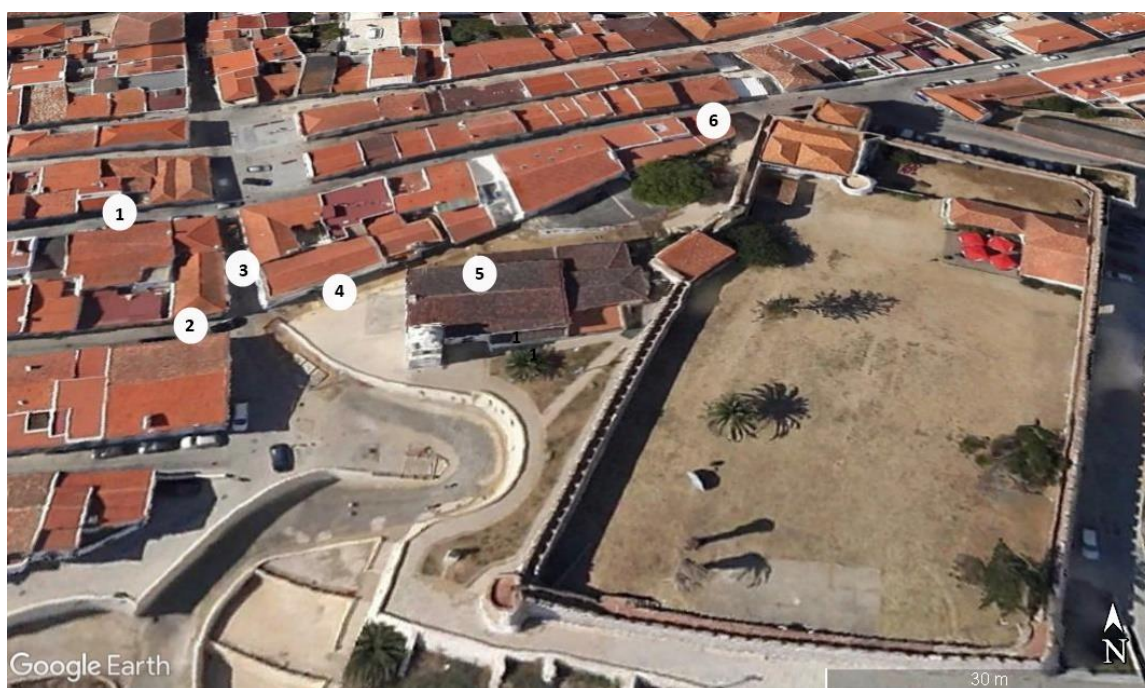
Nota:

- Optamos por não colocar no mapa de Sines o Largo do Muro da Praia (32999), por ser impossível localizar;

- O local onde foram descobertos os vestígios do neo-calcolíticos, São Torpes, foi impossível de identificar, pelo que optamos por localizar unicamente o sitio designado (nº 15)



Anexo 3: Croqui da evolução urbanística da vila segundo o mapa de Turriano (a castanho), dos finais do século XVI e do mapa de Chermont (finais do século XVIII).



Anexo 4: Localização casa do concelho/cadeia em 1517. Legenda: 1 – Antiga Rua Direita 2 – Rua de São Salvador 3 – Rua da Praça 4 – Largo Poeta Bocage 5 – Igreja de São Salvador 6 – Antiga Cadeia. Imagem obtida Google Earth. Esc. 1/30 mts



Anexo 5: Largo Poeta Bocage/ Adro da Igreja Matriz. Proposta de Localização da Casa do Concelho século XVI.

Figuras:



Fig. 1: Localização geográfica de Sines. Imagem obtida no Google Earth. Esc. 1/500 Km



Fig. 2: Concelho de Sines.
Disponível em:

<http://www.sines.pt/pages/310>

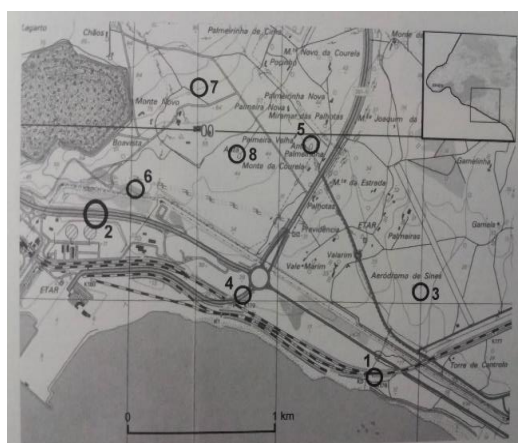


Fig. 3: Ocupação pré-histórica da encosta sudeste de Chãos de Sines (Silva, Soares, & Soares, 2009)

Legenda:

- 1 – Vale Marim I (Mesolítico);
- 2 – Vale Pincel I (Neolítico Antigo);
- 3 – Vale Marim II (Neolítico Antigo Evolucionado);
- 4 – Brejo Redondo (Neolítico Antigo Evolucionado Neolítico Medio);
- 5 – Palmeirinha (Neolítico Medio);
- 6 – Vale Pincel II (Neolítico Final);
- 7 – Monte Novo (Neolítico e Calcolítico);
- 8 – Quitéria (Bronze Medio do Sudoeste)

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna



Fig. 4: Escavações de José Miguel da Costa anos 50. Imagem obtida no Google Earth Esc. 1/200 mt.



Fig. 5: Largo João de Deus. Imagem obtida no Google Earth. Esc. 1/60 mt.



Fig. 6: Torre Moxa. Imagem obtida no Google Earth. Esc. 1/60 mt.



Fig. 7: Sondagens do Quintalão. Imagem obtida no Google Earth. Esc. 1/60 mt.

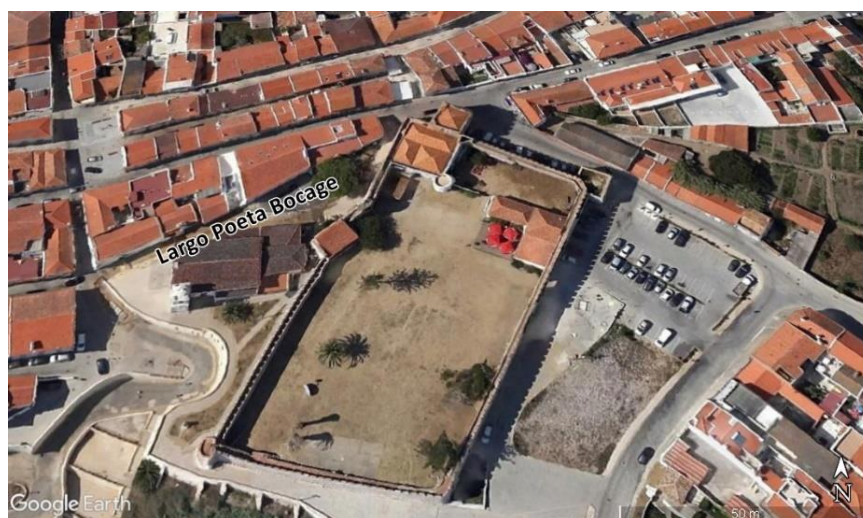


Fig. 8: Largo Poeta Bocage. Imagem obtida no Google Earth. Esc. 1/60 mt.

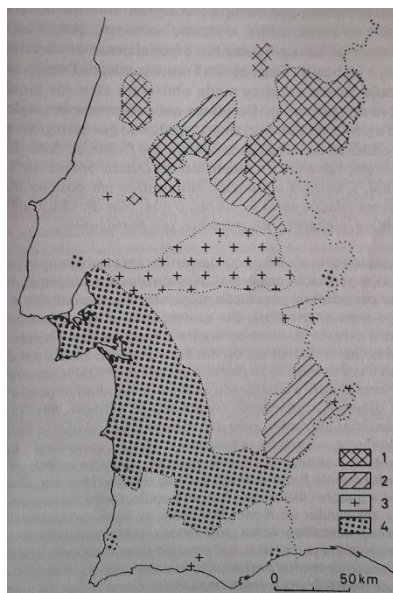


Fig. 9: Ordens religiosas no centro e sul de Portugal (Marques, 1985, p. 143)

- 1- Ordem do Templo;
- 2- 2- Ordem do Hospital;
- 3- 3- Ordem de Avis;
- 4- 4- Ordem de Santiago



Fig. 10: Costa e Planta da Vila de Sines, Leonardo Turriano. Códice Casa Cadaval, livro 29, fl.120: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>



Fig. 11: Alexandre Massai, Vila e Calheta de Sines, Códice Casa Cadaval, livro 29, fl. 133. Tendo em conta que um palmo mede cerca de 22 cm, nas medidas actuais a escala será 1/220 mts.: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

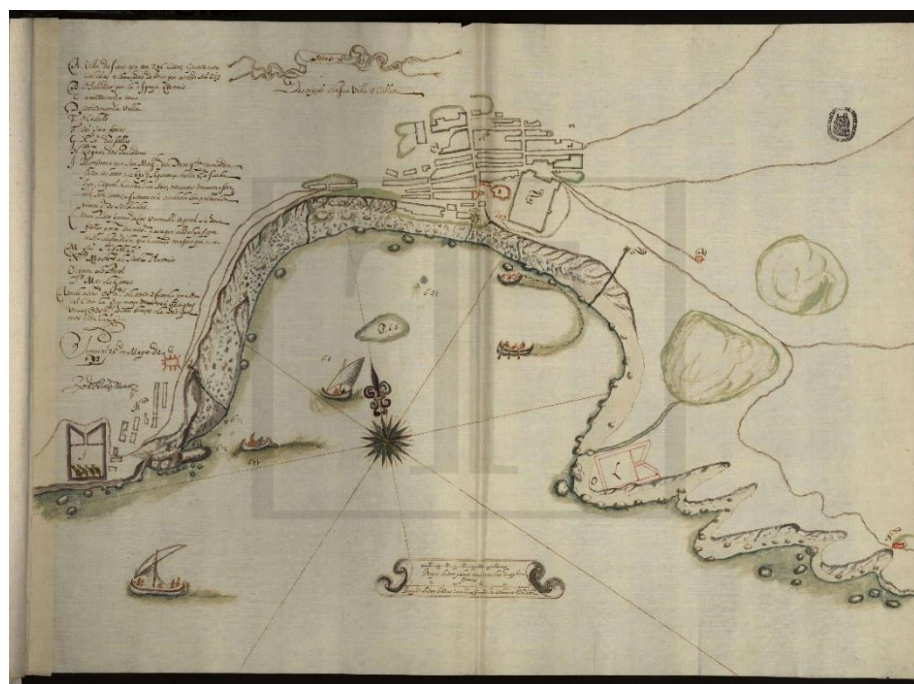


Fig. 12: João Rodrigues Mouro, Vila de Sines e Calheta. Códice Casa Cadaval, livro 28, fl. 11: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908670>

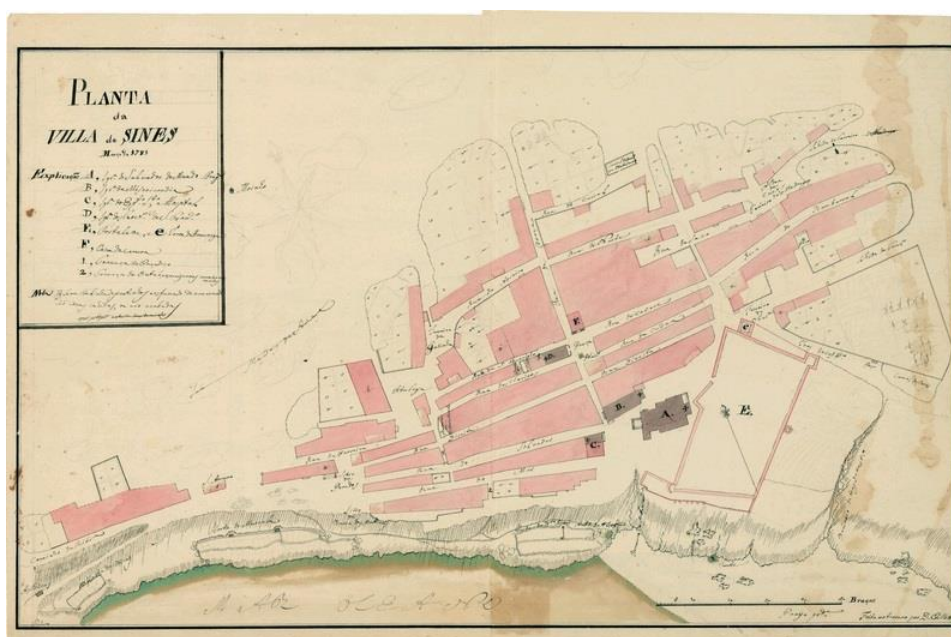


Fig. 13: Diogo Correia da Mota Planta de Sines. 1781. Dim. 45X68 cm. Esc. : 1/850 ca. <http://docbase.dgterritorio.gov.pt/advsearch.aspx?base=CARTOTECA&search=%22CHERMONT%22&page=1&type=&format=&class=isd,programas,partituras%20Obtido%20em%20fevereiro%202020>. Obtido em fevereiro 2020

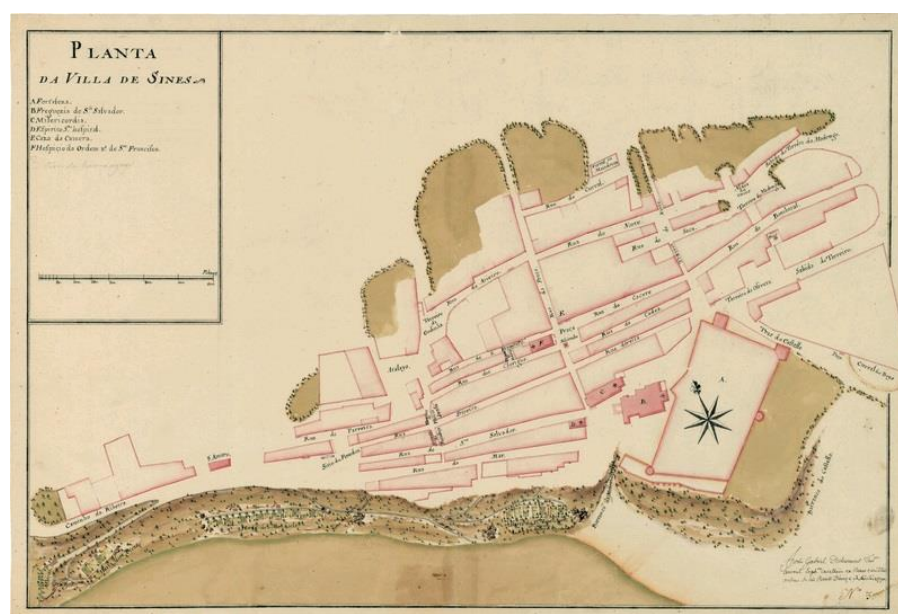


Fig. 14: João Gabriel Chermont Planta de Sines. 1790. Dim. 46X68 cm. Esc. : 1/880. ca. <http://docbase.dgterritorio.gov.pt/advsearch.aspx?base=CARTOTECA&search=%22CHERMONT%22&page=1&type=&format=&class=isd,programas,partituras%20Obtido%20em%20fevereiro%202020>. Obtido em fevereiro 2020.

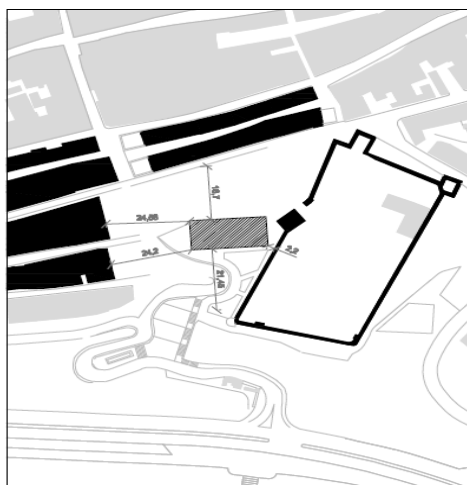


Fig. 15 Reconstituição adro da igreja matriz. (Trindade, 2009, p. 484)



Fig. 16: Massai, Planta de Vila Nova de Milfontes. Códice Casa Cadaval, lv. 29, fl. 98. Esc.1/330 mts <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>



Fig. 17: Massai, Planta do Forte de Vila Nova de Milfontes, Forte de São Clemente. Códice Casa do Cadaval, lv. 29, fl. 102. Esc. 1/33 (medidas actuais) <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>



Fig. 18: Massai, Planta do Forte defronte da Ilha do Pessegueiro Códice Casa do Cadaval , lv. 29, fl. 112. Esc. 1/63.80 (medidas actuais)

<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>



Fig. 19: Massaii, Planta do Forte da Ilha do Pessegueiro (Fortim). Códice Casa do Cadaval , lv. 29, fl. 116. Esc. 1/15.40 mts (medidas actuais)

<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

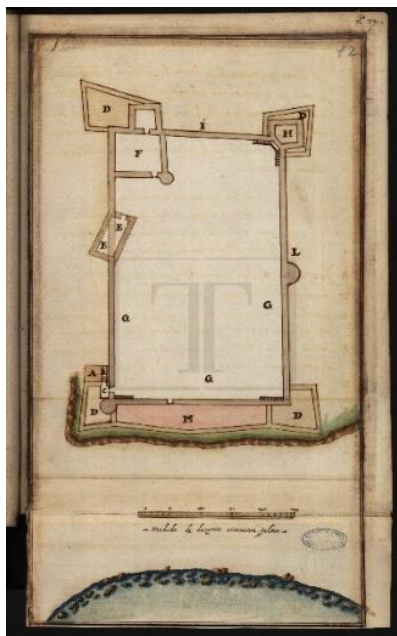


Fig. 20: Massai, Planta do Castelo de Sines. Códice Casa do Cadaval, lv. 29, fl. 145. Esc. 1/55 mts. (medidas actuais)
<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

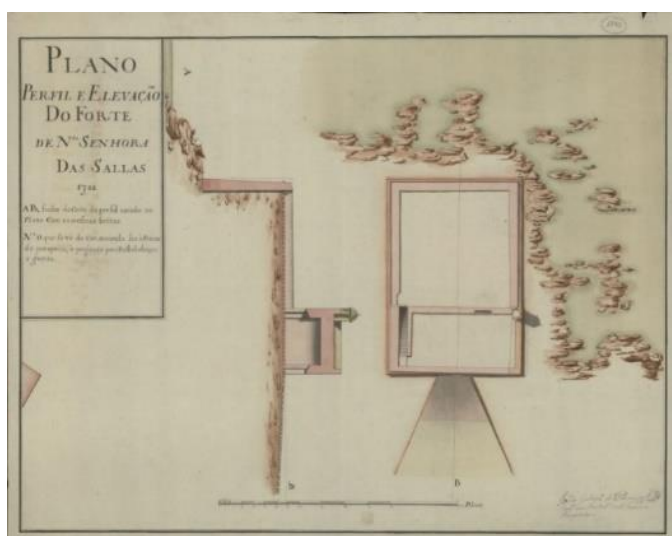


Fig. 21: Planta perfil e elevação do Forte de Nossa Senhora das Salas/ Forte do Revelim. Esc. 1/22 mts (medidas actuais)
<http://purl.pt/27896/2/>

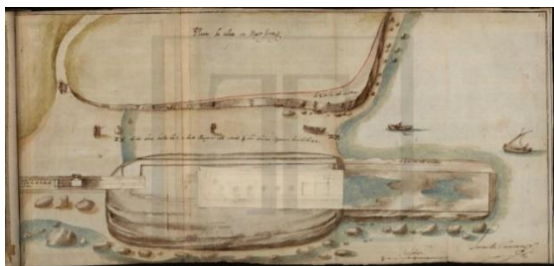


Fig. 22: Turriano, Planta da Calheta em Maior Forma. Códice Casa do Cadaval , lv. 29, fl. 124 Esc. 1/22 mts (medidas actuais)

<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

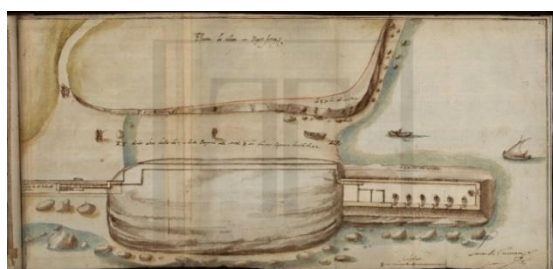


Fig. 23: Turriano, Planta da Calheta em Maior Forma. Códice Casa do Cadaval , lv. 29, fl. 125 Esc. 1/22 mts (medidas actuais)

<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>



Fig. 24: Turriano, Cais da Vila de Sines. Códice Casa do Cadaval, lv. 29, fl. 120

<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>



Fig. 25: Turriano, Perfil da Calheta em Maior Forma. Códice Casa do Cadaval , lv. 29, fl. 129 Esc. 1/22 mts (medidas actuais)

<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>



Fig. 26: Massai, Calheta da vila de Sines. Códice Casa Cadaval, lv. 29, fl. 137. Esc. 1/110 mts (medidas actuais). <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

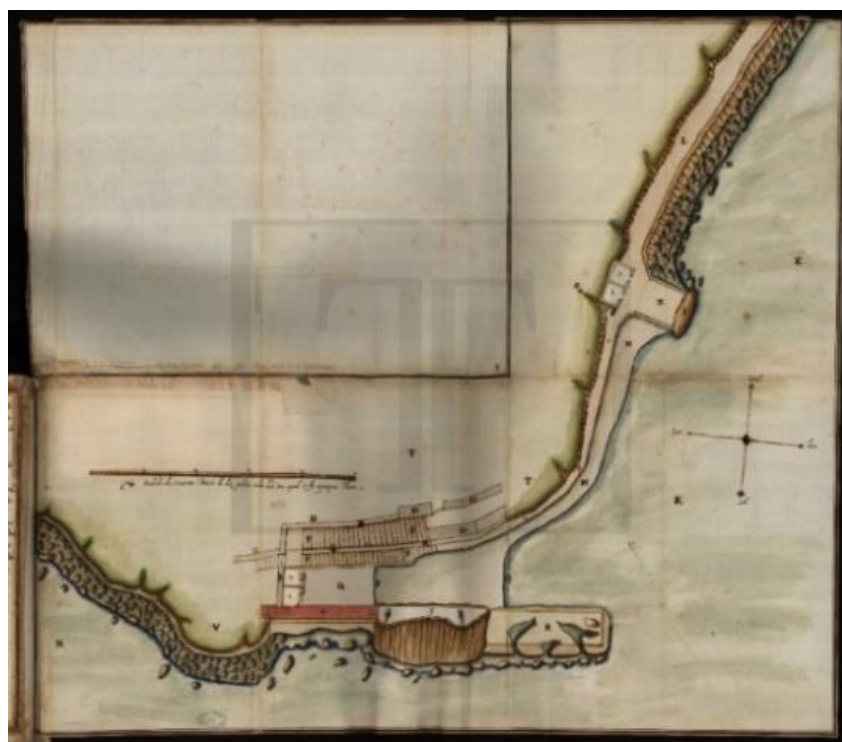


Fig. 27: Massai, Calheta da vila de Sines. Códice Casa Cadaval, lv. 29, fl. 141. Esc. 1/110 mts (medidas actuais). <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

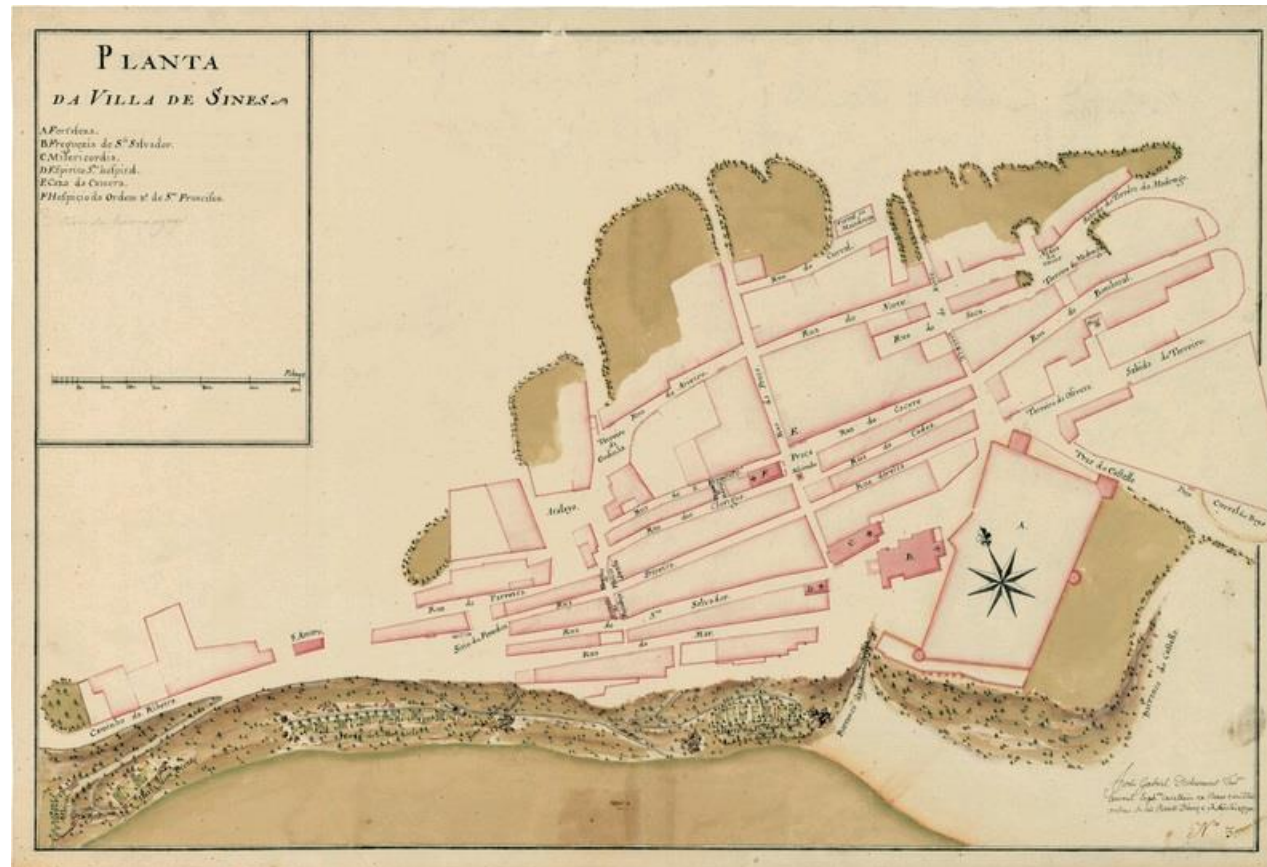


Fig. 28: João Gabriel Chermont Planta de Sines. 1790. Dim. 46X68 cm. Esc. : 1/880. ca

<http://docbase.dgterritorio.gov.pt/advsearch.aspx?base=CARTOTECA&search=%22CHERMONT%22&page=1&type=&format=&class=isbd.programas.partituras%20Obtido%20em%20fevereiro%202020>. Obtido em fevereiro 2020. Imagem ampliada

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna

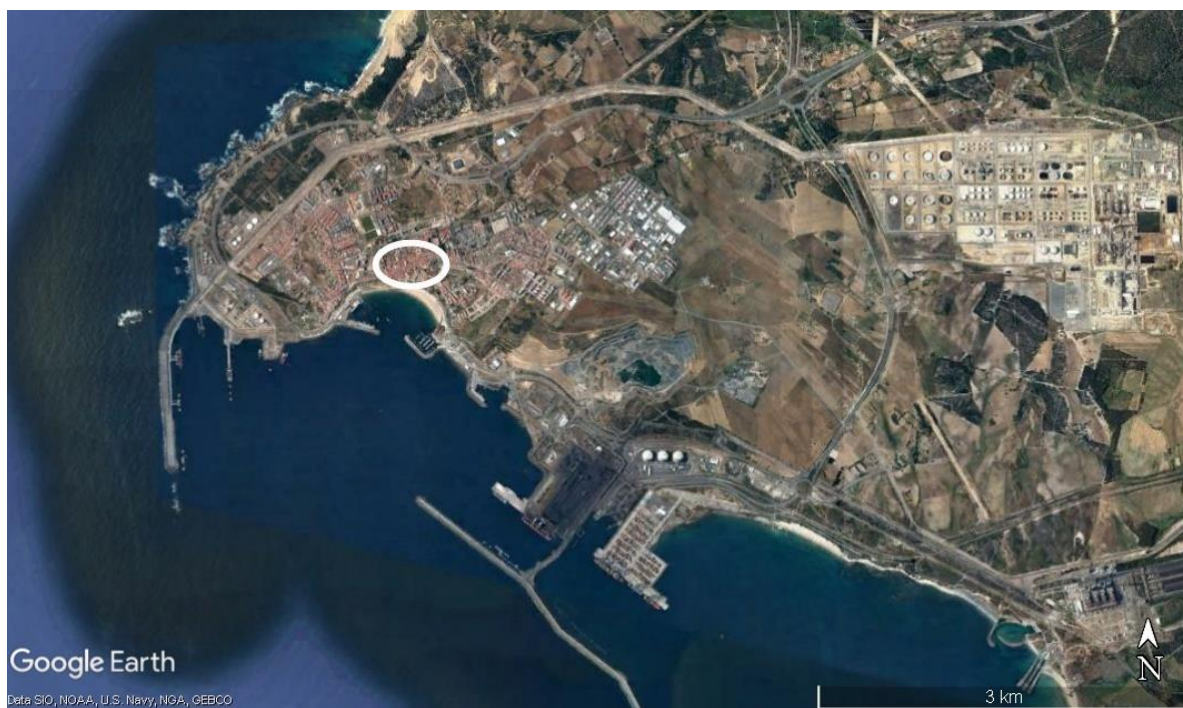


Fig. 29: Vila de Sines: Localização do núcleo medieval. Imagem obtida no Google Earth.
Esc. 1/3 Km.



Fig. 30: Sines, núcleo medieval Imagem obtida no Google Earth, Esc. 1/200 km.

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna



Fig. 31: Rua Direita, Foto Carina Luz

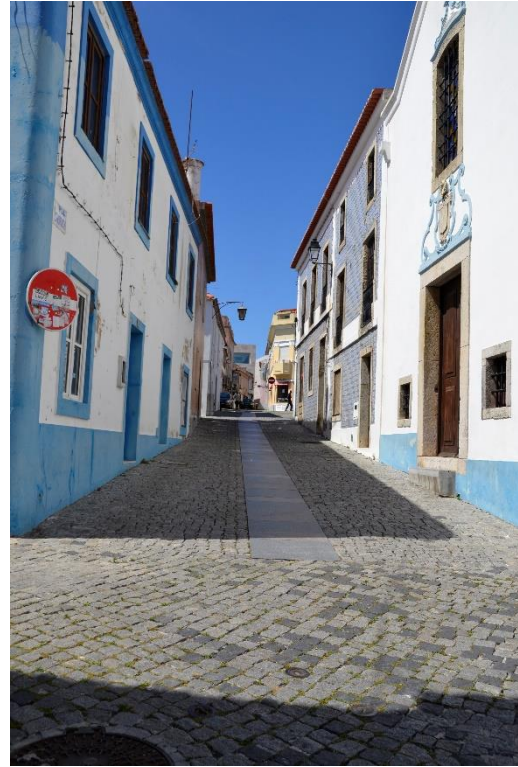


Fig. 32: Rua da Praça, Foto Carina Luz



Figura 33: Praça Ribeirinha, Foto Carina Luz

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna



Figura 34: Castelo de Sines, Foto Carina Luz



Figura 35: Forte do Revelim/ Forte Nossa Senhora das Salas, Foto Ana Luz

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna



Fig. 36: Ermida São Sebastião, Foto Carina Luz



Fig. 37: Ermida São Marcos, Foto Carina Luz



Fig. 38: Ermida da Senhora das Salas, Foto Carina Luz



Fig. 39: Hospício de São Francisco/ Igreja de Santa Isabel. Foto Carina Luz



Fig. 40: Igreja de São Salvador/ Igreja. Foto Carina Luz



Fig. 41: Hospital da Misericórdia. Foto Ana Luz

A Vila e as Gentes de Sines
Dos tempos medievais à época moderna



Fig. 42: Igreja da Misericórdia.
Foto Carina Luz



Fig. 43: Antiga Cadeia de Sines, Foto Carina Luz



Fig. 44: Fábricas piscícolas romanas
(Musealização): Foto Carina Luz



Fig. 45: Fábricas piscícolas (Pormenor)
Foto Carina Luz

Fontes / Cartografia / Bibliografia

Fontes:

ANTT. (1530). *Certidão em pública forma sobre os pregões que se deitaram na vila de Sines, dos roubos que nela haviam feito a armada dos franceses, 10 anos antes da morte de D. Manuel* (Vol. Maço 46 n° 28). Lisboa: ANTT. Obtido em março de 2020, de <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3773161>

ANTT. (1606). *Carta do capitão Francisco de Carvalho para o vice-rei de Portugal D. Pedro Castilho solicitando que enviasse dinheiro para acabar o muro do castelo, pólvora e chumbo*. Obtido em março de 2020, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3782662>

ANTT. (2010). *Cartas dos Governadores de África n° 403*. Lisboa. Obtido em outubro de 2018, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4719356>

ANTT, (1565). *Tombo dos bens e propriedades foros e possessões da Ordem de Santiago na vila de Sines*. Ordem de Santiago código 238. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251483>

ANTT, (1517-1540), *Visitação de 1517*, Ordem de Santiago, código n° 164. Edição preparada por Arnaldo Soledade. Lisboa. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251455>

ANTT, (1517-1540), *Visitação de 1533*, Ordem de Santiago, código n° 164. Lisboa. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251455>

ANTT, (1565), *Visitação de 1565*, Ordem de Santiago, código n° 215. Lisboa. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251476>

Chancelaria de D. João I, (Vol. I tomo II). (2005). Edição preparada por João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova.

Chancelaria de D. Afonso III, (Vol. I-II-III). (2011). Edição preparada por Leontina Ventura & António R. de Oliveira. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Chancelaria de D. Afonso IV, (Vol. I-II-III). (1992). Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova.

Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367). (1984). Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova.

COSTA, P. A. (1708). *Corografia Portuguesa, e descriçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varões illutres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos,*

Catalogos dos Bispos, antiguida (Vol. II). Lisboa: Oficina Valentim da Costa Deslandes. Obtido em abril de 2020, de <http://bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?id=258#>

Descobrimientos Portugueses. (1988), (Edição Fac-similada) Vol. I (Supl.). Edição preparada por João Martins da Silva Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

FALCÃO, J. A. (1987). *Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758* (Vol. Série B Nº 1). Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueologica Lusitana

FONSECA, L. A. (2006). *Livro dos Copos* (Vol. 1). Porto: Fundação Eng. António de Almeida. Obtido em setembro de 2018, de <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-7>

FONSECA, Luís Adão da, *Vasco da Gama e a Ordem de Santiago, Visitação da Vila de Sines, 1480* (Anexo), in *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Vol. 2 Colibri / Câmara Municipal de Palmela. 1999.

FREIRE, A. B. (1903-1916). *Archivo Histórico Portuguez.* (Ed. Fac-similada) (Vols. 3, 6, 8). Lisboa: Libano Silva

História florestal, aquícola e cinegética (1980). Edição preparada Baeta Neves. (6 vols.). Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal.

Monarquia Lusitana, (1986). Edição preparada por Bernardo de Brito. (Vol. VI). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

Monumenta Henricina, (1960-1974). Edição preparada por João Dias Dinis. XV vols., Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Ordenações Afonsinas (Vol. Livro 1). Edição preparada por Ivone Susana C. Heitor Obtido em outubro de 2019, de <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/11ind.htm>

Ordenações Filipinas. Obtido em outubro de 2019, de, <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>

Cartografia:

ANTT. (1501-1642). *Cartas dos Governadores de Africa n° 403*. Lisboa. Obtido em outubro de 2018, de <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4719356>

ANTT. (1607-1617). *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de*

Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache. Lv. 29. Lisboa. Obtido em outubro de 2018 de <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3908671>

ANTT. (1607-1617 c.). *Plantas das fortalezas da costa portuguesa entre Vila nova de Mil Fontes e as Berlengas e um mapa geral de todas.* Lv. 28. Lisboa. Obtido em outubro de 2018 de <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=3908670>

BND. Chermont, João Gabriel de. *Plano perfil e elevação do Forte de Nossa Senhora das Salas.* Disponível em (1781). Disponível em: <http://purl.pt/27896/2/>

dgTerritório. *Base de Cartografia.* Lisboa. Disponível em: <http://docbase.dgterritorio.gov.pt/advsearch.aspx?base=CARTOTECA&search=%22CHERMONT%22&page=1&type=&format=&class=isbd,programas,partituras>

Câmara Municipal de Sines. *Concelho de Sines.* Disponível em: <http://www.sines.pt/pages/310>

Bibliografia Geral:

ALARCÃO, Jorge de. *A Vida Rural no Alentejo na Época Romana*, Proj. de Investigação apresentado como Prova Complementar de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Coimbra. 1974

ALMEIDA, C.A. (2001). *História da Arte em Portugal- O Românico.* Lisboa: Colibri

ANDRADE, Maria Amélia A. (2005). *A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: O caso da fachada atlântica*, in B. Aízaga, & J. A. Solorzáno (Ed.), *Ciudades y villas portuarias del Atlântico en La Edad Media* (pp. 57-89). Instituto de Estudios Riojanos, Logroño. Disponível em: https://www.academia.edu/37662118/A_ESTRAT%C3%89GIA_R%C3%89GIA_EM_RELAC%C3%87O_AOS_PORTOS_MAR%C3%8DTIMOS_NO_PORTUGAL_MEDIEVAL_O_CASO_DA_FACHADA_ATL%C3%81NTICA_in_Ciudades_y_villas_portuarias_del_Atl%C3%A2ntico_en_La_Edad_Media_org._Beatriz_Ar%C3%ADza Consultado em janeiro 2019

ANDRADE, Maria Amélia A. (2008). *A Importância da linha costeira na estruturação do reino medieval português Algumas reflexões*, in História. Instituciones. Documentos n° 35, pp. 9-24. Disponível em: https://www.academia.edu/1373147/A_import%C3%A2ncia_da_linha_costeira_na_estrutura%C3%A7%C3%A3o_do_reino_medieval_portugu%C3%AAs._Algumas_reflex%C3%B5es_Historia._Instituciones._Documentos_no35_2008_pp._9-24 consultado em fevereiro 2019

AZEVEDO, P. (1905). Autos de posse de castellos no seculo XVI. *O Archeologo Português*, X, pp. 100-106

BAQUERO, Moreno, H. C., Duarte, L. M., & Amaral, L. C. *História da Administração Portuguesa na Idade Média. Um Balanço*. Recuperado a partir de <https://revistas.um.es/medievalismo/article/view/50011>

BARROCA, M. J. (2002). Casas da Câmara Pelourinhos, Fontes e Outras Obras Municipais. Em M. J. Barroca, & C. A. Almeida, *História da Arte em Portugal, O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença

BARBOSA, Isabel M. Lago (1991). *Regimentos de Visitações da Ordem de Sntaigo em Portugal nos finais da Idade Média*, in Actas do 1º Encontro sobre Ordens Militares. As Ordens Militares em Portugal. Palmela: Câmara Municipal de Palmela. (pp. 159-169)

BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª ed. Livraria Sá da Costa. Lisboa. 1945

BASTOS, Maria R., Dias, João A., Batista, Manuela, & Batista, Carla. (2012). *Ocupação do Litoral do Alentejo, Portugal: passado e presente*. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 12(1), pp. 99-116. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722012000100009 acedido em março 2019

BLOT, Maria Luísa de Brito H. Pinheiro. *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada na Universidade do Minho, 2 vols., Braga. 2001

BRANCO, Maria João V. (2006). *D. Sancho I*. Lisboa: Círculo de Leitores.

BRITO, I. C. (2001). *A burocracia regia tardo-afonsina, a administração central e os seus oficiais em 1476*. Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto. Obtido em novembro de 2019 de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18677>

BLUTEAU, R. (1728). *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... I- Letra A-K/ II- Letra M-Z*. (O. d. Ferreira, Ed.) Lisboa. Obtido em abril de 2018, de <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>

BUESCU, Ana Isabel. *D. João III*. Coleção Reis de Portugal. Círculo de Leitores. Lisboa. 2011

CAETANO, C. M. (2011). *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV e XVIII) (Vol. 1)*. Lisboa: Universidade Nova. Obtido em dezembro de 2018, de <http://hdl.handle.net/10362/7299>

CARVALHO, Virgílio de (1988). Portugal Pioneiro Universal em Estratégia Marítima e Naval. (Rcaap, Ed.) *Revista Nação e Defesa*, pp. 39-51. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/2723> acedido em fevereiro 2019

CASTRO, A. (1694). *A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV* (Vols. I- II-IV). Lisboa: Portugalia.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *Vataça uma dona na vida e na morte*, in Atas das Jornadas Luso-Espanholas da História Medieval. Porto. 1987

COELHO, Maria Helena (1996). *A Estruturação Social*, in J. Serrão, & A. d. Marques, Portugal em Definição de fronteiras Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV (1096-1325) (Vol. III, pp. 165-383). Lisboa: Editorial Presença

COELHO, Maria Helena. (1996). *Os concelhos*, in J. Serrão, & A. d. Marques, Portugal em Definição de Fronteira (1096-1325) Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV (pp. 554-584). Lisboa: Editorial Presença.

CORTESÃO, Jaime. *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997

COSTA, João Paulo Oliveira e. *D. Manuel*. Coleção Reis de Portugal. Círculo de Leitores. Lisboa. 2005

COSTA, J. (2010). *Palmela nos finais da Idade Média estudo do código da visitação e tomo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa .Lisboa: Universidade Nova. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/5694> acedido em dezembro 2018

COSTA, J. (2014). *A Ordem de Santiago e a Península de Setúbal: A conquista e a organização do território: 1147/1175*. (I. d. Medievais, Ed.) Palmela – o Espaço e as Gentes (séculos XIII-XVI), pp. 1-11. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/15021> acedido fevereiro 2019

COSTA, J. (2017). *A Ordem de Santiago e a Expansão Ultramarina: A Presença da Milícia na Vila de Sines e o papel de Ambas na Diáspora Portuguesa de Quatrocentos e Quinhentos*, in Sines o Porto e o Mar (pp. 46-56). Sines: Arquivo Municipal de Sines.

COSTA, P. M. (2006). *Ordens Militares e Fronteira: um desempenho militar, jurisdicional e Política em tempos medievais*. (F.d. Letras, Ed.) Revista História, 7 III Serie, pp- 79-91. Obtido em dezembro de 2018, de Ordens Militares e Fronteira: um desempenho militar

COSTA, P. M. (2012). *As Visitações: As Ordens Militares Portuguesas entre Poderes?*, in As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro. I, pp. 407-428. Palmela: GEsOS/Município de Palmela

COSTA , P. P., & PIMENTA, M. C. (02 de 2019). *A cruzada e os objectivos fundacionais das Ordens Religioso-Militares em Portugal*. (F. d. Instituto de História Económica e Social, Ed.) Revista Portuguesa de História, pp. 273-284. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt->

[pt/artigo/cruzada e os objectivos fundacionais das ordens religioso militares em p ortugal](#) acessido em dezembro 2018

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Edições 70, Lisboa. 2009

CUNHA, M. R. (2012). *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitetura e Materiais*. Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada na Faculdade de Letras Departamento de Ciências e Técnicas do Património (Vol. I). Porto: Univerdidade do Porto. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/72367> acessido em março 2019

DIAS, João José Alves., *Gentes e Espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI. Vol. 1. 1ª ed.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica, 1996

DURAND, R. (1982). *Habitats Fortifiés et Organisation de l'Espace en Méditerranée Médiévale*, in *Habitats Fortifiés et Organisation des Pouvoirs au Portugal*. (pp. 69-75). Lyon: GIS Maison de l'Orient.

DUTRA, F. A. (2005). *Cavaleiros e Comendadores e os Capítulos Gerais da Ordem de Santiago de 1550 a 1564: estudo preliminar*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares* (pp. 703-714). Lisboa: Edições Colibri.

ESTRELA, G. F. (2017). *Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média portuguesa*. Porto: Faculdade Letras Universidade do Porto. Obtido em outubro de 2019, de [https://www.academia.edu/38348680/Fontes e Chafarizes. O abastecimento de %C3%A1gua nos espa%C3%A7os p%C3%ABlicos na Baixa Idade M%C3%A9dia po rtuguesa?auto=download](https://www.academia.edu/38348680/Fontes_e_Chafarizes._O_abastecimento_de_%C3%A1gua_nos_espacos_p%C3%A7os_p%C3%ABlicos_na_Baixa_Idade_M%C3%A9dia_portuguesa?auto=download)

FABIÃO, C. (1989). *Para a história da Arqueologia em Portugal*. (UNIARQ – Artigos em Revistas Nacionais). Quetzal. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/10642> acessido em janeiro 2019

FERNANDES, C. V. (2006/2007). D. Afonso IV e a Sé de Lisboa - A escolha de um lugar de memória. *Arqueologia & História*(58/59), pp. 143-146. Obtido em 2019 de abril, de [https://www.academia.edu/307424/D. Afonso IV e a S%C3%A9 de Lisboa. A esc olha de um lugar de mem%C3%B3ria](https://www.academia.edu/307424/D._Afonso_IV_e_a_S%C3%A9_de_Lisboa._A_esc olha_de_um_lugar_de_mem%C3%B3ria)

FERNANDES, H. (2006). *D. Sancho II*. Lisboa: Circulo de Leitores.

FERNANDES, M. C. (2002). *A Ordem Militar de Santiago no século XIV*. Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18660> acessido em dezembro 2018

FERNANDES, M. G. (2008). *Cartografia*. Faculdade de Letras da Universidade DO Porto, Departamento de Geografia, Porto. Obtido de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5901.pdf> acessido em janeiro 2019

FERREIRA, L. R. (2015). *Os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438): contextualização historiográfica, metodologia e objetivos de uma dissertação de mestrado*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obtido em setembro de 2019, de https://www.academia.edu/5302716/De_homens-comuns_a_for%C3%A7a_de_elite_os_besteiros_do_conto_em_Portugal_na_Idade_M%C3%A9dia_1385-1438

FONSECA, Luís Adão da (Dir.) *Comendas das Ordens Militares na Idade Média, Actas do Seminário Internacional, in Militarum Ordinum Analecta N° 11, CEPESE*. Porto. 2009

FONSECA, Luís Adão da. *D. João II*. Coleção Reis de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores. 2005

FREITAS, J. A. (2009). *Chancelarias régias quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática*. (E. U. Pessoa, Ed.) Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, pp. 136-150. Obtido em agosto de 2019, de https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1323/1/136-150_%20FCHS06-4-pdf

GALEGO, Júlia e DAVEAU, Susane – *O numeramento de 1527 – 1532. Tratamento cartográfico nº 9*. Universidade de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1986

GASPAR, Jorge, *A cidade portuguesa na Idade Media. Aspetos da estrutura física e desenvolvimento funcional*. Disponível em: https://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/PerfilHistoriador/A_Cidade_Portuguesa_na_Idade_Media.pdf acessido em dezembro 2019

GOITIA, Fernando Chueca, *Breve Historia do Urbanismo* 9ª ed. Editorial Presença, Lisboa 2014

GONÇALVES, I. (2010). A Alimentação . Em J. Mattoso (Dir.), & B. V. Sousa, *História da Vida Privada em Portugal A Idade Média* (pp. 226-259). Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

GOMES, S. A. (1996). *A Produção Artesanal, in J. Serrão, & A. d. Marques, Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325) Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (Vol. III, pp. 476-486). Lisboa: Editorial Presença.

GUEDES, L. d. (1989). *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A "Descrição de Alexandre Massaii (1621) II Tratado*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar .

HOMEM, A. L. (1996). A Corte e o Governo Central. Em J. Serrão, & A. d. Marques, *Portugal em definição de fronteiras (109-1325) Do Condado Portucalense À crise do século XIV* (pp. 530-554). Lisboa: Editorial Presença

HOMEM, A. L. (1996). *A dinamica dionisina*, in J. Serrão, & A. d. Marques, Portugal em Definição de Fronteiras do condado Portucalense à crise do século XIV (Vol. III). Lisboa: Presença.

LAMAS, J. M. *A Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade*, 3ª ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004

LEÃO, Duarte Nunes de - *Descrição do Reino de Portugal*, Coleção Clássicos da Historiografia, Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 3.ª ed., Lisboa, 2002

LOPES, M. d. (2015). *Identidade em Viagem Para uma História da cultura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica.
<https://books.google.pt/books?id=6qSNCgAAQBAJ&pg=PT10&lpg=PT10&dq=%C2%ABA+atividade+mar%C3%ADtima+est%C3%A1+n%C3%A3o+s%C3%B3+nas+ra%C3%ADzes+da+nacionalidade+%5Bportuguesa%5D,+donde+sobe+como+a+seiva+para+o+tronco,+mas+%C3%A9+como+a+linha+medular+que+d%C> acedido em março de 2019

MARQUES, A.H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspetos da Vida quotidiana*. 6ª ed. A esfera dos livros. Lisboa. 2010

MARQUES, A. H. (1985). *História de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Palas.

MARQUES, A. H. (1993). *O Portugal Islâmico*, in J. Serrão, & A. d. Marques, Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista (Vol. II, pp. 121-249). Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. (2015). *Breve História de Portugal* (9ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, J. M. (1988). *Descobriments Portugueses (1147-1460) Edição Fac-Similada* (Vol. I). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

MARQUES, A.H. de Oliveira. *Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Editorial Presença. 1988

MARQUES, A. H. (1987). O Estado e as Relações Diplomáticas. *Portugal na Crise do século XIV e XV*, pp. 279-334

MARQUES, José - *Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis*, in História Vol. 10. Porto. vol. 10. 1993, pp.69-90

MATIAS, V. G. (1998). Navegação economia e relações interprovinciais. Lusitânia e Bética . *Humanitas*, 50, pp. 198-238. Obtido em março de 2020, de https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas50/12_Mantas.pdf

MATTOSO, J. (1993). *História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)* (Vol.II). Lisboa: Circulo de Leitores

MATTOSO, José. *Identificação de Um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325* Lisboa: Círculo de Leitores, 2015. (Temas e Debates)

MATTOSO, J. (2012). «*Recensão*» - *Trindade, Luísa - Urbanismo na composição de Portugal. Medievalista(XI)*. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11/mattoso1111.html> acedido em novembro 2018

MENDES, A. R. (2012). *O que é o Património Cultural*. Olhão: Gente Singular. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/2506> acedido em fevereiro 2019

MENDONÇA, M. (1991). *D. João II um percurso humano e politico nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa.

MESQUITA, J. M. (2017). *O abastecimento alimentar de Ceuta, 1415-1458*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obtido em janeiro de 2020, de <https://hdl.handle.net/10216/123172>

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - “*O espaço político e social local*”, in OLIVEIRA, César (Dir.), *História dos Municípios e Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia*. 1ª Ed. Círculo de Leitores, Lisboa. 1995

MORENO, H. B. (1988). A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências. 77-120. Porto. Obtido em maio de 2019, de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6411.pdf>

MORENO, H. B. (1999). O Mestrado da Ordem de Santiago no século XV. *Ordens Militares Guerra Religião Poder e Cultura*. 1, pp. 17-37. Palmela: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela.

MORENO, H. B. (2004). O regimento dos Corregedores no transito da Idade Media para a Idade Moderna. *Dom Manuel e a sua epoca Actas do III Congresso Historico de Guimaraes*, (pp. 217-229). Guimaraes. Obtido em junho de 2019, de <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/3CH/1sec/3ch-1sec-013.pdf>

NICHOLAS, David. *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa: 312-1500*. Lisboa. Publicações Europa-América. (Biblioteca da História). 1999

OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Poder Local: problemas e perspectivas de estudo*. in *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. 1ª ed. Colibri / CIDEHUS. Lisboa. 2005

OLIVEIRA, J. A. (2003). Aproveitamento e Valorização dos Recursos. Em *Na Peninsula de Setubal em finais da Idade Média organização do espaço, aproveitamento*

dos recursos e exercicio do poder (pp. 217-356). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

OLIVEIRA, L. F. (2005). *Em demanda das visitas da Ordem de Santiago: As actas anteriores a 1468*, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri

OLIVEIRA, L. F. (2009). *A Coroa, os Mestres e os Comendadores As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve.

OLIVEIRA, L. F. (2014). *A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do Sul (sécs. XII-XIII)*, in *Actas del V Congresso Nacional Sobre La Cultura en Andalucia. La Orden de Santiago. Fortificaciones Y Encomiendas. nº3*, pp. 89-102. Cuadernos de Estepa. Disponível em: https://www.academia.edu/6436765/A_Ordem_de_Santiago_em_Portugal_a_conquista_das_terras_do_Sul_s%C3%A9cs._XII-XIII acedido em outubro 2018

OLIVEIRA, L. F. (2014). *Dos castelos às Ordens Militares: os espaços de vida religiosa e comunitária. Castelos das Ordens Militares*. Lisboa: DGPC.

OLIVEIRA, L. (2016). *Ordens Militares. Em Ordens Religiosas em Portugal Das Origens a Trento - Guia Histórico* (3ª ed., pp. 453-504). Lisboa: Livros Horizonte.

OLIVEIRA, L. (2017). *Organização Naval à luz das Políticas Regias (1481-1640). Linhas de Tendências. Sines o Porto e o Mar* (pp. 121-136). Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes.

OLIVEIRA, L. F. (março de 2019). *As ordens militares e o mar: Problemas e perspectivas. O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448), A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*, pp. 127-146. Obtido em junho de 2019, de https://www.academia.edu/38875297/As_Ordens_Militares_e_o_Mar_Problemas_e_perspectivas

PAIO, Alexandra. *As novas vilas medievais séc. XIII-XIV, Urbanismo Medieval Planificado*. Tese de Mestrado apresentada no ISCTEC. 2001

PEREIRA, Emmanuel Cardoso (2014). *Concelho e ordens militares na Idade Média. Relações de dependencia e de confronto dos séculos XIII a XIV. síntese do seu estudo e novas perspectivas*, in *História*. Vol. 4 Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1208/1034> acedido em março 2019

PEREIRA, João Cordeiro Pereira – *Portugal na Era de Quinhentos*. Patrimonia Histórica, Cascais, 2003

PEREIRA, M. T. (2009). *O Mel e a Cera em Portugal na Idade Média. Em Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves* (pp. 447-468). Lisboa: Caleidoscopio.

PEREIRA, M. T. (2012). *A tomada de Hábito e Profissão na Ordem de Santiago*, in *Ordens Militares Freires Guerreiros Cavaleiros*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela (pp. 1045-1063)

PEREIRA, Emmanuel Cardoso (2014). *Concelho e ordens militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XIII a XIV. síntese do seu estudo e novas perspectivas*, in *História*. Vol. 4 Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1208/1034> acessado em março 2019

PIMENTA, C. (2005). *D. Pedro I*. Lisboa: Circulo de Leitores.

PIMENTA, M. C. (2012). A Ordem de Santiago em Portugal: fidelidade normativa e autonomia política. *As Ordens Militares Freires, Guerreiros, Cavaleiros*. 1, pp. 389-406. Palmela: Municipio de Palmela Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago.

PIMENTA, M. C. (2001). *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O governo de D. Jorge*, in *Militarium Ordinum Analecta*, 5. Porto: CEPES. Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n-o-5> acessado em janeiro 2019

PINHO, J. B. (dezembro de 2019). Casas da Misericórdia: um contributo para o conhecimento e valorização do património da saúde em Portugal. Obtido de academia.edu:

https://www.academia.edu/39810189/Casas_da_Miseric%C3%B3rdia_um_contributo_para_o_conhecimento_e_valoriza%C3%A7%C3%A3o_do_patrim%C3%B3nio_da_sa%C3%BAde_em_Portugal_Houses_of_Mercy_a_contribution_to_the_knowledge_and_valorization_of_health_heritage_in_Portugal_Nota_de_investiga%C3%A7%C3%A3o

PIZARO, J. A. (2005). *D. Dinis*. Lisboa: Circulo de Leitores .

PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível em <https://www.pordata.pt/Municipios/Superf%C3%ADcie-57> acessado em fevereiro de 2020

RIBEIRO, M. d., & Melo, A. S. (2012). *A Influência das Actividades Económicas na Organização da Cidade Medieval Portuguesa*, in M. d. Ribeiro, & A. S. Melo, *Evolução da Paisagem Urbana Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM.

RIBEIRO, Maria do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa, *A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval* in MATTOSO, José (dir.) *Medievalista*. nº 12, 2012. Disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html acessado em novembro 2018

RIBEIRO, Orlando, *Geografia e civilização: temas portugueses*, 3.^a ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1992.

RIBEIRO, Orlando. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra. Disponível em: <http://purl.pt/421> acedido em abril de 2019

RICARDO, I. M. (04 de 2012). *Arqueologia preventiva : modelos e perspectivas ao serviço da memória cultural*. Lisboa: Dissertações de Mestrado. Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa . Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9216> acedido em janeiro de 2019

ROSA, A. M. (2014). *Os Pelourinhos da Lusitânia (1820-1974) do vandalismo oitocentista à reabilitação pelo estado novo* (Vol. 1). Lisboa: Departamento de Ciências Sociais e Gestão Universidade Aberta. Obtido em novembro de 2019, de <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3468>

ROSSA, W. (2002). *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina.

ROSSA, W. (1993). A cidade Portuguesa. Em C. A. Almeida, *História da Arte em Portugal Arte da Alta Idade Média* (Vol. 2, pp. 233-323). Lisboa: Alfa.

ROSSA Walter. *Construção da Cidade Portuguesa in* Relatório da disciplina programa de estudos avançados em arquitetura, território e memória. Universidade de Coimbra. 2005. Disponível em: <https://estudogeral.sib.ucp.pt/bitstream/10316/13863/1/Constru%C3%A7%C3%A3o%20Cidade%20Portuguesa.pdf> acedido em novembro 2018

ROSSA WALTER, TRINDADE Luísa, *O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português*, in Nájera Encuentros Internacionales del Medievo, El Espacio Urbano en la Europa medieval Bolumburu Arizaga Beatriz, Telehea Jesus A. Solózano 2005

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana* 3ª ed. Porto: Afrontamento. 1999

SERRÃO, J. V. (1996). *População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII. História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Circulo de Leitores. Disponível em: https://www.academia.edu/3182212/Popula%C3%A7%C3%A3o_e_rede_urbana_em_Portugal_nos_s%C3%A9culos_XVI-XVIII acedido em março 2019

SILVA, A. d. (2009). *Annaes do Municipio de Santiago de Cacem Reedição 1869-2009*. Abela (Santiago do Cacem): Poder das Letras LDA.

SILVA, F. R. (2001). A pesca e os pescadores na rede dos forais manuelinos. *Revista Oceanos*(47/48), pp. 211-244. Obtido em fevereiro de 2020, de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8270.pdf>

SOUSA, Armindo, *A Estratégica Política dos Municípios do Reinado de D. João II*, (versão aumentada), in, Encontro Científico Poder Central e Poderes Periféricos em

Perspetiva Histórica, reguengos de Monsaraz. 1989 Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13718> acessado em dezembro 2018

SOUSA, Armindo. *D. João II, e a Sua Política Quatrocentista*, in Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Vol. I. Porto 1989

TEIXEIRA, J. (1648). *Descrição dos portos do reyno de Portugal*. França: Biblioteca Nacional de França. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550101920/f1.planchecontact> acessado em março 2019

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Maria. *Urbanismo Português Secs. XIII-XVIII*. Livros Horizonte. Lisboa. 1999

TORRES, C. (2018). "D. Afonso Henriques não conquistou Lisboa aos mouros, foi aos cristãos". (C. Torres, Ed.) *Revista Sábado*. Obtido de <https://www.sabado.pt/vida/pessoas/detalhe/claudio-torres-d-afonso-henriques-nao-conquistou-lisboa-aos-mouros-foi-aos-cristaos>

TRINDADE, L. (2013). *A Malha. Fazer cidade no Portugal Medieval : agentes, programa e execução*. pp. 59-81. Obtido de Disponível em: https://www.academia.edu/38489201/A_malha_Fazer_cidade_no_Portugal_Medieval.pdf acessado em dezembro 2018

TRINDADE, Luísa, *Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e poder na Cidade Tardo- Medieval Portuguesa*, in RIBEIRO, Maria do C.; Melo, Arnaldo S. (Coord.), in *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. CITCEM. Braga. 2012

TRINDADE, L. (2016). *Ordens Militares ou Ordens do Rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV.*, in , L. F. Oliveira (coord.), *Comendas Urbanas das Ordens Militares Lisboa*: Colibri. (pp. 85-119).

TRINDADE, L. (2009). *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13529> acessado em outubro 2018

TRINDADE, L., & ROSSA, W. (2006). Questões e antecedentes da "Cidade Portuguesa": O conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica. *MURPHY*, pp. 70-109. Obtido em maio de 2019, de <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/14351/1/Quest%C3%B5es%20e%20antecedentes%20da%20Cidade%20Portuguesa.pdf>

VALE, M. (2010). *Catálogo da Exposição Miróbriga o Tempo ao Longo do Tempo História e Historiografia*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal Santiago do Cacém.

VARGAS, J. M. (2016). A Comenda da Arruda da Ordem de Santiago. Em L. F. Oliveira, *Comendas Urbanas das Ordens Militares* (pp. 21-49). Lisboa: Edições Colibri.

VELOSO, M. T. (1996). *Um Tempo de Afirmação Política* in J. Serrão, & A. O. Marques, Portugal em definição de fronteiras Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV . Vol. III. Lisboa: Editorial Presença. (pp. 89-163)

VENTURA, L. (1996). *Afonso III e o Desenvolvimento da Autoridade Régia*. Em J. Serrão, & A. O. Marques, Portugal em definição de fronteiras (109-1325) Do Condado Portucalense À crise do século XIV (Vol. III, pp. 123-144). Lisboa: Editorial Presença

VENTURA, L. (1996). *Concelhos*. Em J. Serrão, & A. d. Marques, Portugal em definição de fronteiras (109-1325) Do Condado Portucalense À crise do século XIV (pp. 554-602). Lisboa: Editorial Presença.

VENTURA, L. (1996). *Terras e Julgados*. Em J. Serrão, & A. d. Marques, Portugal em definição de fronteiras (109-1325) Do Condado Portucalense À crise do século XIV (Vol. III, pp. 542-554). Lisboa: Editorial Presença

VENTURA, L. (2009). *D. Afonso III*. Lisboa: Circulo de Leitores & Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

VENTURA, L., & OLIVEIRA, A. d. (2011). *Chancelaria de D. Afonso III*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

VILAR, Hermínia, *A construção da identidade urbana no séc. XIII. O caso do sul de Portugal*. Hermínia Vilar, in *Anales de la Universidad de Alicante. História Medieval*. N. 16 2009 / 2010 pp.133-156 Artigo Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/17185/1/Historia_Medieval_16_07.pdf acedido em dezembro 2018

VILHENA, M. d. (2008). *Vataça A Comendadeira de Santiago do Cacém, in Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes*.

VIVAS, D., & LEITÃO, A. O. (2008). *Alentejo Litoral. Uma Abordagem à Luz da Toponímia*, in *Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. (pp. 221-230).

WOLFRAM, M. (2011). *Uma Síntese sobre a Cristianização do mundo rural no Sul da Lusitania Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Letras* (Vols. I-II). Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5678> acedido em novembro 2018

Bibliografia Especifica:

ALVES, Ivone C. (2001). *Gamas e Condes da Vidigueira. Percursos e Genealogias*. Lisboa: Colibri SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, *Pré-história da área de Sines: trabalhos arqueológicos de 1972-77*. 1ª ed. Gabinete da Área de Sines, 1981

ARAUJO, Ana C. (2017). *Vidigal e o Mesolítico, in Sines a Terra e o Mar Sines: Arquivo Municipal de Sines.* (pp. 27-28).

CAMPOS, António Manuel C. (2017). Ribeira de Sines de 1601 a 1970 - Obras portuárias e Atividades Económicas. *Sines o Porto e o Mar* (pp. 84-104). Sines: Arquivo Municipal de Sines. Disponível em: https://www.academia.edu/35663858/Sines_Hist_ria_e_Patrim_nio_o_Porto_e_o_Mar_-_Atas.pdf acessado outubro 2018

CAMPOS, Nuno Manuel N. P. (2016). *Porto de Sines – Estudo do Modelo de Ordenamento.* Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/20169> acessado em abril 2019

COVAS, A. P., Soares, J., Duarte, S., & Silva, C. T. (s.d.). Inventário do Património Arqueológico de Santiago do Cacém. *Atlas do Sudoeste Português* (CIMAL Ed.) <http://83.240.184.26/drupal/?q=pt-pt%2Fnode%2F261&fbclid=IwAR3TpHne8wwRIwAQHsY9O9HnlC4vKUVmjK0V1BzBnHprguNZwfnG4gIyb1g>

ENCARNAÇÃO, J. d. (1996). *Monumentos Epigráficos Romanos no Museu de Sines. Ficheiro Epigráfico, 51.* Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/26689> acessado em fevereiro 2019

ENCARNAÇÃO, J. d. (2008). *Em trono da Inscrição a Marte de Sines , in Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral.* Sines: Centro Cultural Emmérico Nunes. (pp. 40-42)

ENCARNAÇÃO, José d' (2014). Monumentos epigráficos romanos do Museu de Sines. *FLUC Secção de Arqueologia - Artigos em Revistas Nacionais.* Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/26689> acessado em dezembro 2018

FALCÃO, J. A., & PEREIRA, R. E. (1998). *A Ermida de Nossa Senhora das Salas, in da Ocidental Praia Lusitana Vasco da Gama e o Seu Tempo,* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. pp. 83-101.

FONSECA, L. A. (1998). *Vasco da Gama, O Homem, A Viagem, A Época.* Lisboa: Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.

FONSECA, T. (2017). *A Terra e o Mar nas posturas de Sines (1679-1832), in Sines O Porto e o Mar.* Sines: Arquivo Municipal de Sines. pp. 68-83 Disponível em https://www.academia.edu/35663858/Sines_Hist_ria_e_Patrim_nio_o_Porto_e_o_Mar_-_Atas.pdf acessado em outubro 2018

FONSECA, J., PATRICÍO, S., & SANTOS, R. (2017). Os Escravos em Sines na época moderna: Aspectos Demográficos e sociais. *Sines o Porto e o Mar ,* pp. 181-207. https://www.academia.edu/35663858/Sines_Hist_ria_e_Patrim_nio_o_Porto_e_o_Mar_-_Atas.pdf acessado em outubro 2018

GENTIL Cesário; GOMES Luísa, *Açúcar Pimenta e Canela Retrato de Santiago do Cacém ao Tempo do Foral Manuelino*. Câmara Municipal de Santiago do Cacém. 2010

GUEDES, Lívio da Costa, *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A "Descrição de Alexandre Massaii (1621). II Tratado*. Arquivo Histórico Militar. Lisboa. 1989

JORDÃO, F. G. (2017). *O Regresso à Margem Reabilitar a Calhaeta de Sines, Um Porto de Memórias*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/13904> acedido em abril 2019

LOPES, Francisco Luís, *Breve Notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama*. 3ª ed. Câmara Municipal de Sines. 2016

MARQUES, M. A. (2017). *Sines na Idade Média: da fundação ao foral manuelino*. Sines: Câmara Municipal de Sines. Obtido em dezembro de 2018, de [http://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/1501/O_concelho_de_Sines - Da funda o_poca moderna.pdf](http://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/1501/O_concelho_de_Sines_-_Da_funda_o_poca_moderna.pdf)

MARQUES, M. A. (2012). *Concelho de Sines e o seu foral manuelino*, in O concelho de Sines da fundação à época moderna (pp. 7-72). Sines: Arquivo Municipal Arnaldo Soledade.

MADEIRA, J. (2011). *Sines, O Mar e a Recuperação da Autonomia Perdida*, in Actas do 4º Encontro de História do Alentejo Litoral. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. (pp. 84-87)

MESQUITA, J. M. (2017). *O abastecimento alimentar de Ceuta, 1415-1458*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obtido em janeiro de 2020, de <https://hdl.handle.net/10216/123172>

PATRICIO, S. (s.d.). *Ermida de São Sebastião*. (A. M. Sines, Ed.) Obtido em junho de 2020, de Arquivo Aberto: [http://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/3613/SM_05 - Ermida de S. Sebastião.pdf](http://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/3613/SM_05_-_Ermida_de_S._Sebasti_o.pdf)

PATRICIO, S. (2015). *Porto Côvo: breve história de uma freguesia*. Arquivo Municipal de Sines. Sines. Disponível em: [https://www.academia.edu/23672726/Porto C%C3%B4vo breve hist%C3%B3ria de uma_freguesia?auto=download](https://www.academia.edu/23672726/Porto_C%C3%B4vo_breve_hist%C3%B3ria_de_uma_freguesia?auto=download) acedido em fevereiro 2020

PATRICIO, S. (2012). *Sines e a Ordem de Santiago no século XVI: fontes e perspectivas de estudo*, in O concelho de Sines da fundação à época moderna. Sines: Arquivo Municipal de Sines. (pp. 125-148). Disponível em: <https://document.onl/download/link/o-concelho-de-sines-da-fundacao-a-epoca-moderna> acedido em outubro 2018

PATRICO, S. (2011). *A economia do mar em Sines nas épocas medieval e moderna*, in Actas do 4º Encontro de História do Alentejo Litoral Sines : Centro Cultural Emmerico Nunes. (pp. 112-125).

PATRÍCIO, Sandra. *Santa Casa da Misericórdia de Sines: 500 anos da história de uma instituição*. Santa Casa da Misericórdia de Sines, 2016.

PATRICIO, S. (2017). Sines Medieval. Em S. Patricio, & P. Pereira, *Sines a Terra e o Mar* (pp. 64-75). Sines: Arquivo Municipal de Sines

PATRICIO, S. (01 de 2018). *A Velha Rua Direita* . Arquivo Aberto. (A. M. Soledade, Ed.) Sines. Disponível em: [www.sines.pt/uploads/document/file/1615/79 - A velha Rua Direita - I.pdf](http://www.sines.pt/uploads/document/file/1615/79_-_A_velha_Rua_Direita_-_I.pdf) acessado em janeiro 2018

PEREIRA, M. T. (2009). *Sob o Governo do Príncipe João: O capítulo da Ordem de Santiago de 1478 e a Visitação a Sines em 1480*, in Actas do 2º Encontro do Alentejo Litoral Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. (pp. 113-119).

PEREIRA. (2017). Sines até à fundação do concelho. Em P. Pereira, & S. Patricio, *Sines a Terra e o Mar* (pp. 19-63). Sines: Arquivo Municipal de Sines.

PEREIRA, P. A. (2018). *Castelo de Sines: Sondagens de Diagnóstico no Quintalão*. Obtido em fevereiro de 2019, de [https://www.academia.edu/37327151/Castelo de Sines Sondagens de Diagn%C3%B3stico no Quintal%C3%A3o-Relat%C3%B3rio_Final](https://www.academia.edu/37327151/Castelo_de_Sines_Sondagens_de_Diagn%C3%B3stico_no_Quintal%C3%A3o-Relat%C3%B3rio_Final) acessado em fevereiro 2019

PEREIRA, P. A., & Ferro, S. (2017). *A Necrópole de S. Salvador (Sines): Dados Bioarqueológicos*, in História e Património Sines o Porto e o Mar (pp. 27-45). Sines: Arquivo Municipal de Sines. Disponível em : <http://www.sines.pt/pages/1094> acessado em novembro 2018

PEREIRA, P. A., & Galhano, C. . *A actividade metalurgica e a olaria de Sines romana*, in Al-Madan Online, (pp. 20-37) Disponível em: [https://www.academia.edu/38226065/A_Atividade_Metal%C3%BArgica_e_a_Olaria_d e_Sines_Romana_Dados_preliminares](https://www.academia.edu/38226065/A_Atividade_Metal%C3%BArgica_e_a_Olaria_d_e_Sines_Romana_Dados_preliminares) acessado em abril 2019

PEREIRA, R. E. (2012). *O desaparecido Convento de Santo António de Sines*, in Actas do 5º Encontro de História do Alentejo Litoral Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. (pp. 174-187)

PEREIRA, R. E. (2017). O Castelo de Sines. Em S. Patricio, & P. Pereira, *Sines a Terra e o Mar* (pp. 75-79). Sines: Arquivo Municipal de Sines.

PEREIRA, R., & MENDONÇA, I. (2019). *Capela de Nossa Senhora das Salvas / Ermida de Nossa Senhora das Salas*. (SIPA, Ed.). Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2137 acessado em janeiro 2019

QUARESMA, A. M. (1998). *Sines no Transito da Época Medieval para a Moderna*, in da Ocidental praia Lusitana Vasco da Gama e o seu Tempo, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses pp. 47-65.

QUARESMA, A. M. (2011). *Litoral Alentejano: dois séculos de cartografia (XVII e XVIII)*, in IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica. Porto.: Universidade do Porto. Disponível em: https://www.academia.edu/31098317/Litoral_alentejano_dois_s%C3%A9culos_de_cartografia_XVII_e_XVIII _acedido em novembro 2018

QUARESMA, A. M. (2012). *Sines Medieval e Moderna (Séculos XIV-XVIII)*, in O concelho de Sines da fundação à época moderna. Sines: Arquivo Municipal Arnaldo Soledade. (pp. 73-124).

QUARESMA, J. C. (2010). *Chãos Salgados (Mirobriga?): génese, evolução e abandono de uma cidade romana*, in Jornadas Culturais: Santiago. Os caminhos do património. Santiago do Cacém: Centro de Arqueologia Universidade de Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/416070/QUARESMA_J._C._forthcoming_-_Ch%C3%A3os_Salgados_Mirobriga_g%C3%A9nese_evolu%C3%A7%C3%A3o_e_abandono_de_uma_cidade_romana._Jornadas_Culturais_Santiago._Os_caminhos_do_patrim%C3%B3nio._De_30_de_Junho_a_2_de_Julho_de_2010_Santiago_do_Cac%C3%A9m _acedido em fevereiro 2018

QUARESMA, António Martins. *Alexandre Massai: a 'Escola Italiana' de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (séculos XVI e XVII)*. Centro Cultural Emérico Nunes. Sines. 2007.

QUARESMA, António, *A Costa de Sines: actividade dos engenheiros e arquitetos militares, do período filipino ao fim do Antigo Regime. Memória Alentejana*. CEDA, nº 3. 2001

S.A, A. d. (2009). Porto de Sines. Disponível em: <http://www.portodesines.pt/o-porto/hinterland/> _acedido em abril 2019

SILVA, António de Macedo e, *Ananes do Município de Sant'Iago de Cacem*. 2ª ed. Imprensa Nacional. Lisboa1. 1869

SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa. 1993

SILVA, C. T., & SOARES, J. (1998). *Para uma Arqueologia do Castelo de Sines*, in da Ocidental Praia Lusitana. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (pp. 21-45).

SILVA, C. T., SOARES, J., & SOARES, A. C. (2009). *Arqueologia dos Chãos de Sines. Novos elementos sobre o povoamento pré-histórico*, in Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral Sines: Centro Cultural Emérico Nunes. (pp. 11-34).

SILVA, S. C. (2018). *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines 1655-1855*. Lisboa: Universidade de Lisboa Faculdade de Letras. Obtido em agosto e 2019, de https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33401/6/ulfl243248_td_dVol-I.pdf

SOLEDADE, A. (1982). *Sines, Terra de Vasco da Gama* (2ª ed.). Sines: Câmara Municipal de Sines.

VALE, M. (2010). *Catálogo da Exposição Miróbriga o Tempo ao Longo do Tempo História e Historiografia*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal Santiago do Cacém.

ZILS GLOBAL PARQUES (2015), *Dossier do Investidor*.: Disponível em: http://dossier.investidor.globalparques.pt/index.php?option=com_organizer&view=displaycontent&layout=default&catid=636&Itemid=27&lang=ptacedido em novembro 2018